

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2006.** -----

----- **ACTA NÚMERO DEZOITO** -----

----- No dia 17 de Outubro de 2006, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Rosa do Egipto, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de

Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Lopes Leal, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Sílvia Cristóvão Claro, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Rui Jorge Lopes Ferreira, Rosa Maria Carvalho da Silva, José Luís Borges da Silva, Manuel Dias de Almeida, João Martins Baioneto, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Ana Patrícia Lamy Barreiros, Maria Augusta da Conceição Barata Marques Oliveira, Sérgio Rui Lopes Cintra, Diogo Fernandes, Sílvia Mota Lopes, Pedro Gamito Cruz Santos. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado Silva Preto, David Alexandre Ribeiro Valente, João Augusto Martins Taveira, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Pedro Miguel Santos de Sampaio Nunes, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Vasco Valdez Matias (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- Jorge Penedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- João Pessoa e Costa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- José Maria Ribeiro Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Manuel Biscaia Pereira. -----

----- José Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Patrícia Lamy Barreiros. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Rui Jorge Lopes Ferreira. -----

----- Filipe Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Martins Baioneto. -----

----- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Maria Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Gamito. -----

----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, por Diogo Fernandes. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Cintra. -----

----- Irene Lopes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, por Maria Augusta Marques Oliveira. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária que tinha como ponto único da Ordem de Trabalhos: Debate sobre o Estado da Cidade. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DEBATE SOBRE O ESTADO DA CIDADE** -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que iam hoje fazer a descrição daquilo que era o estado da cidade, que nunca era uma imagem estática e por isso ia tentar dar uma imagem dinâmica do que tem sido a evolução do estado da Cidade de Lisboa. -----

----- E, para isso, ia passar em revista, necessariamente, as várias áreas de actuação da Câmara nas diversas vertentes de actuação que tinham a ver com a vida dos lisboetas e com o dia-a-dia da cidade e de quem a utilizava. -----

----- Por outro lado, esta apresentação, no fundo, visava também fazer ao mesmo tempo um balanço do que foi o primeiro ano de mandato em termos da estratégia e dos objectivos da Câmara, cumprindo, desde sempre, aquilo que foi o compromisso com o eleitorado de Lisboa. -----

----- Portanto, no dia em que tinham uma greve de professores em Lisboa, e aos quais, também como professor, desde já dava uma nota de solidariedade, ia começar justamente pela educação. E em matéria de educação, que era uma área que estava nas primeiras preocupações da Câmara numa cidade que estava envelhecida, a aposta tem sido traduzida num ganhar e num criar de condições para que as pessoas se pudessem sentir atraídas para uma cidade onde pudessem construir o futuro das suas crianças. E era por isso que se podiam orgulhar de terem feito um significativo esforço financeiro para, pela primeira vez, garantir o enriquecimento curricular e o apoio à família num universo que abrangia cerca de 20.000 crianças do ensino básico em Lisboa, que estavam repartidas por 30 agrupamentos escolares, 96 escolas e 61 jardins-de-infância, possibilitando-se, dessa forma, o acesso universal, e quase gratuito, a um universo de 20.000 crianças, 20% das quais de minorias étnicas e 30% oriundas de outros concelhos. -----

----- Mas realçava também que em termos de refeições, garantira-se neste ano, pela primeira vez, um concurso que foi feito a tempo e horas, não remetendo para a última hora questões como ajustes directos numa matéria que era tão sensível como a saúde pública e a alimentação das crianças. E conseguira-se a maior cobertura de sempre através da garantia de fornecimento de cerca de 16.000 refeições para as crianças da cidade. -----

----- Passando à acção social, disse que uma ideia chave estava e continuava a estar presente na política da Câmara, que era mais eficácia e menos custos. E três pontos se permitia distinguir nessa área: -----

----- Em primeiro lugar, o diagnóstico que vinha sendo feito com parceiros sociais, visando uma melhor articulação entre todas as entidades com responsabilidade na acção social na Cidade de Lisboa, que eram muitas: para além da Câmara, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e muitas IPSS. -----

----- Daí que desejasse relevar, pela importância histórica que tinha, a assinatura da Rede Social no passado mês de Abril do corrente ano, que visava justamente uma melhor articulação porque poderia ser um desperdício de esforços tanta entidade não ter a melhor forma de juntar energias em prol de tanta e tanta gente, como idosos, deficientes, toxicodependentes, sem-abrigo, mulheres prostituídas e tantas pessoas carentes. -----

----- E, em segundo lugar, estavam a trabalhar num novo modelo organizacional das IPSS. Neste momento, uma comissão de peritos estava a analisar e o que queriam era, basicamente, centrar a atenção nas pessoas e puxar pela sua auto-estima. -----

----- Em terceiro lugar, também privilegiar como política de acção social uma intervenção em proximidade. Proximidade através do privilégio de dar atenção às pessoas idosas, um problema que recentemente tem sido muito falado na comunicação social a propósito de questões tão importantes para todos os portugueses, e não só na Cidade de Lisboa, que era a segurança social, e também os deficientes onde era de realçar que 19 obras foram já executadas desde o princípio do mandato, e outras populações/alvo dessa preocupação da Câmara, que eram ainda, infelizmente, muito numerosas na cidade, porque também ela própria recebia de outros concelhos vizinhos muita população desses grupos de maior atenção. -----

----- Também uma especial chamada de atenção para a acção Praia-Campo que tem sido melhorada e reforçada, qualitativa e quantitativamente, destinando-se essa acção tanto ao público júnior como ao público sénior. -----

----- Depois, em termos de política de integração, que era uma preocupação permanente da Cidade de Lisboa, aberta, solidária e fraterna para tantas pessoas que buscavam Portugal e Lisboa para viver, criaram o Espaço Cidadania, no Palácio dos Machadinhos. -----

----- Voltando à educação, disse que neste primeiro ano houve uma clara vontade e determinação de privilegiar a acção pedagógica em detrimento de outro tipo de acções. Mas, apesar de tudo, 18 empreitadas foram também lançadas neste primeiro e estavam com um programa de intervenção e de financiamento de obras de vulto na rede escolar de Lisboa. -----

----- E igualmente se permitia destacar que pela primeira vez reunira o Conselho Municipal de Educação, o que também reputava da maior importância para o funcionamento da rede escolar em Lisboa. -----

----- Obviamente, a descrição deste balanço era sempre necessariamente reduzida e resumida, mas não desejava deixar de passar pelos principais aspectos que seleccionara para esta análise do estado da cidade. -----

----- E passava então para a área do ambiente urbano, em que, também ainda ligado a questões de educação, desejava chamar a atenção que houve um aumento de cerca de 30% do número de projectos de sensibilização ambiental com as escolas, ou seja, abrangendo hoje um número próximo das 10.000 crianças, com uma evolução muito significativa relativamente ao ano passado em que andara na ordem das 7.000 crianças. -

----- Realçava também a criação da folha electrónica, que hoje já era reconhecida como uma folha de grande qualidade e que era produzida e distribuída, mensalmente, a mais de 3.000 endereços electrónicos seleccionados. -----

----- Mas também a continuidade de uma estratégia energético/ambiental da Cidade de Lisboa. Para além da actualização que foi feita da matriz energética, apresentara-se a matriz da água, que já estava realizada, e estava-se neste momento a desenvolver a matriz dos materiais que também reputava da maior importância para a sustentabilidade da construção em Lisboa. Também neste momento estavam a proceder à revisão da Carta de Ruído da Cidade, em conformidade com a nova legislação publicada sobre essa matéria. -----

----- Mais duas notas importantes também se permitia realçar, a primeira das quais era a adjudicação, finalmente, da ampliação da ETAR de Alcântara, no passado mês de Setembro, pela SIMTEJO, que iria contribuir significativamente para que tivessem as infra-estruturas de saneamento apetrechadas com bons meios de tratamento e de destino final das águas residuais de Lisboa. Como sabiam, a ETAR de Alcântara era a que servia o maior número de população da cidade, e passaria a ter um tratamento adequado e conforme a legislação comunitária e nacional nessa matéria, para além de prever também a cobertura da própria ETAR para eliminação dos cheiros que ainda afectavam, por vezes, aquela zona da cidade. -----

----- A segunda nota, era que na semana anterior foi apresentada a segunda fase do Plano Geral de Drenagem de Lisboa, sendo que a terceira fase seria apresentada ainda no final deste ano. Mas esta segunda fase demonstrava já o excepcional trabalho de grande qualidade que estava a ser feito e que lhes permitiria passar de uma fase em que não havia nada sistematizado e informatizado para uma fase em que seria possível, já hoje, ter um diagnóstico muito sucinto, muito claro, dos principais problemas da drenagem na Cidade de Lisboa e um conhecimento profundo da rede de drenagem. -----

----- Relativamente aos espaços verdes, realçou o projecto dos Jardins Digitais, que foi apresentado há algumas semanas e que constituía também uma grande inovação e um avanço muito grande na utilização dos espaços verdes da cidade por utilizadores de Internet que podiam, gratuitamente, utilizar esses espaços verdes para aceder à Internet. -----

----- Mas, para além disso, em termos de espaços verdes havia muita e boa novidade para chamar a atenção do que foi feito neste ano. -----

----- Assim, foram terminados os trabalhos de reabilitação da Mata de Alvalade; foi feita a abertura da primeira fase do Parque Oeste, na Alta de Lisboa, parque esse que seria só a terceira mancha verde da Cidade de Lisboa, a seguir a Monsanto e ao Parque da Bela Vista; e também a consolidação do projecto de Monsanto, do projecto verde e do projecto ambiental, e ainda do projecto de recreio e lazer que hoje Monsanto seguramente era, tendo sido registados mais de 120.000 utilizadores durante os anos de 2005 e 2006. Mas também estavam a fazer um trabalho único, nunca antes feito, de georeferenciação de todo o arvoredo da cidade, e estavam a fazer obras de intervenção das quais algumas já terminaram, como no arvoredo da Senhora do Monte, na Graça, e de São Pedro de Alcântara, aqui ainda em curso. -----

----- E relativamente ao espaço público tinham fartos motivos para estarem também bastante satisfeitos. Desde logo porque iniciaram um processo que era urgente começar há muito tempo e que tinha a ver com a revisão dos próprios regulamentos do espaço público, e foram já definidas novas regras justamente para afixação das telas de publicidade, no sentido de impor maiores restrições, e já hoje havia sinais visíveis dessa eliminação do que era chamado de poluição visual na Cidade de Lisboa, de que tanto se falava mas nunca se fez nada. -----

----- Para além de que o espaço público vinha sendo crescentemente utilizado com animação, como, por exemplo, o Festival de Magia feito nas ruas da cidade, e também a Cow Parade que tanta atenção suscitara e que contribuía para ajudar IPSS através da venda, em leilão, dessas mesmas figuras que estiveram expostas na cidade durante alguns meses. -----

----- Ainda na área do Vereador dos Espaços Verdes, era importante referir que numa cidade em que mais de 25% dos óbitos eram cremações, estava já em construção neste momento o terceiro forno crematório, o segundo do cemitério dos Olivais. -----

----- Em termos da informação e atendimento, que era desde logo um serviço que se exigia da maior qualidade e mesmo de excelência porquanto era o primeiro contacto do munícipe com a autarquia, disse que os números do último ano subiram também significativamente. No último ano receberam 50.000 chamadas telefónicas, tiveram 100.000 contactos pessoais e tiveram 10.000 intervenções do Lx-Alerta, números que os satisfaziam mas que também lhes davam maior responsabilidade nesse serviço. -----

----- Mas também estavam a fazer algo pelas pessoas, não só por aquelas que habitavam na cidade mas igualmente por aquelas que habitavam ou estudavam, ou seja, o atendimento municipal estava a ser alargado também à população de outros Municípios que vivia durante o dia na cidade. -----

----- Passando ao urbanismo, disse que muito poderia ser ali falado, mas preferiria dar alguns números que seria importante reter. Desde logo, relativamente ao Plano Director Municipal, instrumento orientador da gestão urbana na Cidade de Lisboa, há 12 anos. O PDM de 1994 previa que fossem elaborados 60 planos, 60 instrumentos de planeamento, mas era um facto que até há pouco tempo só havia em vigor 20, dos quais 2 estavam em revisão, 5 diziam respeito à zona do Parque das Nações e 5 diziam respeito aos bairros históricos. Ou seja, na realidade para o grosso da cidade havia oito planos, um dos quais o Plano de Urbanização da Alta de Lisboa, ele próprio já com alguns anos. -----

----- Mas só neste primeiro ano foram levadas à Câmara 15 iniciativas de planeamento, e estavam em elaboração 15 planos de pormenor e quatro planos de urbanização. No PDM, como já ali foi várias vezes anunciado, estavam a trabalhar no sentido de que fosse apresentado para discussão até ao final do corrente ano. Mal houvesse – queria que isso ficasse ali claro – uma versão acabada, ela seria imediatamente disponibilizada à Vereação e à Assembleia Municipal. -----

----- Quanto ao Parque Mayer, disse que até ao final do ano avançariam com os termos de referência do plano de pormenor. Como se lembrariam, foi uma decisão do actual Executivo camarário fazer um plano de pormenor no Parque Mayer e os termos de

referência do mesmo iriam à Câmara até ao final do ano para serem discutidos e votados. -----

----- E três das principais iniciativas, a que sempre chamara a sua prioridade de actuação na Cidade de Lisboa para este mandato, que em traços gerais já foram apresentados em Câmara e quase todas com aprovação unânime, tinham a ver com os planos de reabilitação do Bairro da Liberdade, Bairro da Boavista e Bairro Padre Cruz. Até ao final do ano contavam apresentar os planos de acção para desenvolver depois os projectos de reabilitação desses três bairros importantes de Lisboa. -----

----- No tocante à Feira Popular, disse que pese embora algum atraso relativamente à solução que todos gostariam que não tivesse sido nunca interrompida, a verdade era que até ao final deste ano estariam em condições de estudar qual a melhor forma de solução, especialmente o concurso que haveria de ser feito para a construção da nova Feira Popular da cidade. -----

----- Portanto, em termos de gestão urbanística muitos números poderia avançar, mas o que queria era chamar a atenção que ela tinha sido pautada pelo rigor e também pela celeridade. Hoje toda a gente que contactava com a Câmara Municipal de Lisboa era testemunho que a gestão urbanística estava mais rigorosa e estava mais célere na sua apreciação e no contacto também com o município. -----

----- Mas outras áreas havia em relação às quais podiam também estar bastante satisfeitos porque constituíam uma evolução positiva relativamente a áreas do passado, como era o caso da cultura. A cultura, que com um menor orçamento maior número de coisas conseguira fazer porque maior valor das parcerias foi possível arranjar para a promover cada vez mais, como tem dito em várias ocasiões, tinha que estar presente em tudo que era acção municipal. -----

----- Mas dava algumas notas para lembrar aquilo que foi feito. -----

----- No tocante aos arquivos municipais, tanto o arquivo técnico como o arquivo histórico, hoje em dia não se comparava a resposta, em qualidade e em tempo, que agora era dada a quem procurava nos arquivos municipais informação técnica ou informação histórica sobre a Cidade de Lisboa. Um grande avanço foi dado e isso toda a gente hoje podia e devia reconhecer, para além, obviamente, da mudança das instalações que já tinha sido feita. -----

----- Nas bibliotecas, disse que duas foram reabertas: a Biblioteca de São Lázaro e a Biblioteca Maria Keil, e a de Marvila estava previsto ser reaberta no início de 2007. ----

----- Por outro lado, reabriria também o velho Teatro Maria Matos, velho não porque fosse dos mais antigos da cidade, mas porque já era uma velha aspiração que aquele teatro pudesse reabrir. E reabriria, tendo registado desde então um aumento de público superior a 100% e um aumento do apoio financeiro também superior a 100%. De facto, a par do quem têm sido o São Luiz e outros, foi uma experiência de sucesso disponibilizada à população da cidade. -----

----- E também o Cinema São Jorge, onde se fizeram obras de intervenção de primeira prioridade como a reparação do telhado, os sistemas de ventilação, ar condicionado e o sistema eléctrico, iria entrar numas obras mais definitivas já em 2007, mas desde já foi possível realizar lá iniciativas de grande importância no panorama cultural, que voltara

a estar no mapa pelos menos pela atenção que suscitara por exemplo o Festival de Cinema Digital. -----

----- Relativamente ao Teatro Variedades, no Parque Mayer, que agora estava sob a responsabilidade da Câmara, disse que foi já feita uma parceria para a sua revitalização para ser utilizado enquanto o futuro projecto do Parque Mayer não estivesse em curso. --

----- De realçar também o Lisbon Festival de novas tecnologias, que foi um sucesso na Cidade de Lisboa, a questão do fado que tão cara era a todos, e que passava pelo esforço que foi feito pela Câmara para a aquisição do Espólio do Fado, mas também pelo empenho e determinação da Câmara para apoiar o filme de Carlos Saura, sobre o fado, que iria começar a rodar em Lisboa no próximo mês de Novembro. -----

----- Disse que a colecção de Francisco Capelo, da Moda e Design, saíra, como era sabido, do CCB para aí se acomodar agora a colecção de Berardo, mas a colecção da Moda e *Design* já decidiram que iria para o Palácio de Santa Catarina e estavam já a desenvolver o projecto de arquitectura para obras de arranjo que era necessário desenvolver no edifício para que ele tivesse condições para albergar essa colecção, que tinha a certeza que iria criar um pólo da maior importância na atracção de especialistas, do público em geral e de turistas para essa zona da cidade. -----

----- Quanto ao ansiado projecto do ex-Cinema Europa, disse que muito tempo passou sem se ter feito nada, mas o actual Executivo meteu mãos à obra e, em concertação com o proprietário, com a Junta de Freguesia e com os movimentos de cidadãos, que esperavam uma boa solução, estavam no caminho de a encontrar pois estavam a trabalhar num projecto de arquitectura, que seria apresentado até ao final deste ano, e que justamente procurava ir ao encontro daquilo que se pretendia, isto é, um pólo de dinamização e actividade cultural no Bairro de Campo de Ourique. -----

----- Depois, a Câmara estava muito empenhada também na Lisbon Filme Commission. Numa altura em que Lisboa era procurada cada vez mais para espectáculos de iniciativas de filmes, tinham a convicção que era importante dotar a cidade de uma infra-estrutura de base de apoio a todas essas iniciativas, que eram provenientes de várias partes do mundo. Portanto, era importante que tivessem um local de apoio para que se pudesse cativar mais o interesse, o investimento e a atenção de Lisboa para a indústria cinematográfica. Por isso, estavam já em fase terminal as negociações para instalar em Lisboa uma Lisbon Filme Commission. -----

----- Estavam também já em preparação uma iniciativa que iria ser da maior importância para o próximo ano de 2007, que era um festival chamado “Misturas”, que ia no sentido de um diálogo intercultural que era, aliás, apanágio da maneira de Portugal estar no mundo, e iria ser com certeza uma iniciativa da maior projecção nacional e internacional na Cidade de Lisboa. -----

----- Para além disso, estavam também a aumentar o número de parcerias, não só com a Igreja mas também com o Conservatório Nacional, para disponibilizar música em muitos espaços da cidade, muitos deles nem eram conhecidos pelo grande público mas podiam e deviam ser bem aproveitados para organizar pequenos festivais de música abertos, de forma gratuita, à população. -----



----- E ainda na área da cultura, permitia-se também distinguir, não só pelo conteúdo mas especialmente pela abertura que foi dada pelo Sr. Vereador Ruben de Carvalho, o projecto de Salvaguarda da Memória do Património Colectivo da Sociedade Portuguesa. Tinha honra no facto do Sr. Vereador Ruben de Carvalho ter aceite o desafio para até ao final de Janeiro de 2007 elaborar um relatório com um conjunto de propostas fundamentadas, que certamente contribuiriam para garantir a salvaguarda do património colectivo da sociedade portuguesa, numa fase contemporânea da vida que tinha a ver com o período da ditadura que tiveram em Portugal. -----

----- Mas uma outra aposta muito clara vinha sendo feita, diria como nunca, em termos dos recursos humanos da Câmara. E nesta matéria desejava chamar a atenção para a proposta da criação do quadro privativo do pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, que a lei permitia mas nunca tinha sido pensado e iria certamente garantir aos prestadores de serviços da Câmara umas condições de segurança de emprego que não tinham, e que lhes possibilitava terem um outro conforto relativamente à forma de estarem a trabalhar na Câmara Municipal de Lisboa. Mas chamava também a atenção de que só no último ano foram abertos 145 concursos, 42 internos e 103 externos, e que, também como nunca, foi dada uma atenção especial às acções de formação profissional a um número muito alargado de funcionários da Câmara. -----

----- Para além disso, instalara-se o serviço de saúde, higiene e segurança nas novas instalações, e procedera-se à renovação de todo o parque informático da Direcção Municipal de Recursos Humanos. -----

----- Ainda na área dos recursos humanos, uma nota da maior importância no tocante aos Serviços Sociais: os Serviços Sociais foram criados no último mandato, tinham o edifício-sede praticamente pronto, e o protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal e os Serviços Sociais estava já formalizado, não estava ainda assinado mas iria sê-lo dentro de dias. -----

----- Aludindo ao relacionamento dos órgãos autárquicos da cidade, Câmara, Assembleia e Juntas de Freguesia, disse que era de realçar que pela primeira vez tinham um quadro de entendimento como nunca foi feito, que abrangia justamente a relação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. Novas regras com novos protocolos e com um quadro claro de definição do que deveria ser essa relação contratualizada entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, o que era fundamental porque não podiam passar sucessivamente ano após ano a agir de forma casuística e de forma por vezes aleatória. Agora tinham um quadro de referência que a todos satisfazia. -----

----- Passando à habitação social, disse que basicamente estavam perante uma mudança de paradigma. Ou seja, durante muitos anos a habitação social esteve intimamente ligada ao Programa Especial de Realojamento, mas hoje já não devia ser tanto assim, devia ser muito mais, devia ser olhada como uma habitação de interesse social. Era isso que queriam para a Cidade de Lisboa e, portanto, desejava chamar a atenção de que a GEBALIS tem feito um excelente trabalho, com uma estratégia e com critérios. -----

----- Encontraram uma solução financeira através da titularização das rendas, que previa, especificamente, um fundo de reserva para operações nos anos futuros e que

garantia que o parque habitacional, sob a tutela da GEBALIS, iria ter os meios necessários para a sua conservação, manutenção e mesmo melhoramento. -----

----- Por outro lado, estava também praticamente concluído o levantamento do património disperso, porque sem esse levantamento não era possível ter uma gestão, um planeamento. -----

----- Continuando, o Sr. Presidente da Câmara disse que estavam ainda pendentes de resposta 5.165 pedidos de habitação, a maior parte deles nunca respondidos às pessoas que os formularam, mas até ao final deste ano a Câmara iria dar resposta a todos, porque a pior coisa que podia acontecer era um contacto desses sem uma resposta da Câmara. E também todos os outros pedidos que vierem a seguir terão resposta pronta e rápida a quem os solicitar. -----

----- Mas também pela primeira vez foram apresentadas candidaturas ao programa PróHabita, no valor de 6,5 milhões de euros, bem como candidaturas aos Fundos EFTA, para a reabilitação de alguns pátios da cidade, no valor de 3,7 milhões de euros. Eram candidaturas de grande qualidade, diria mesmo de excelência, que com certeza mereceriam a melhor aceitação por parte das entidades responsáveis. -----

----- E também tinham programas sociais de que destacava a habitação para a inclusão, as residências assistidas, como por exemplo, em projecto, na Rua do Crucifixo, e também no programa Jovens Activos da Classe Média, um concurso no Casalinho da Ajuda que recentemente foi noticiado. -----

----- Iguamente as Micro-Redes das Unidades de Reabilitação Urbana, nomeadamente na Ajuda e no Alto do Lumiar, eram exemplos a apoiar, exemplos a seguir, exemplos de sucesso na política de revitalização urbana, que passava também por um trabalho de proximidade com as populações, com as ONGs e com as IPSS envolvidas. -----

----- Uma promessa da maioria que a breve prazo estaria cumprida, era, seguindo disse, a intervenção no Bairro do Condado com a demolição dos chamados túneis em oito lotes, com a conclusão já prevista para 2007, num valor de 6,7 milhões de euros, bem como uma intervenção no Bairro das Salgadas onde se previa a requalificação de 224 fogos, também com a conclusão para 2007 e um investimento de 2,5 milhões de euros. -

----- Por fim, em termos de bairros sociais, referiu que o Bairro 2 de Maio tinha um projecto de reabilitação do espaço público e dos espaços verdes. -----

----- E em paralelo com isso não podia deixar de dar uma nota muito particular a um projecto que os enchia de satisfação, de estímulo e entusiasmo. Referia-se ao projecto da Baixa-Pombalina, projecto que o Comissariado prometera fazer em seis meses e efectivamente fizera nesse prazo. Foram convidadas pessoas da mais elevada qualidade e experiência, fizeram o trabalho em seis meses e ele foi apresentado pela Câmara ao Governo esperando-se a toda a hora que o Governo dê um sinal do seu apoio a esse projecto, porque sem esse apoio não seria possível desenvolvê-lo para que de uma vez por todas se pudesse caminhar de uma forma irreversível no sentido da revitalização do coração da Cidade de Lisboa, que em muitas áreas precisava de recuperar muitos anos perdidos, nomeadamente em termos de habitação, de qualidade do espaço público, de mobilidade, de centralidade financeira e de centralidade cultural. -----

----- Portanto, era com grande satisfação que podiam mostrar que no primeiro ano de mandato tiveram aí um trabalho, liderado pela Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto, que tinham a certeza que iria ser bem recebido e iria continuar a avançar. -----

----- Aliás, nessa mesma linha de rumo, ontem mesmo foi feita, pelo Sr. Vice-Presidente, a apresentação da Agência para Promoção da Baixa-Chiado, que tão esquecida esteve durante algum tempo mas que agora, justamente em bom momento, se retomava com maior energia e com maior dinâmica, como a apresentação de ontem assim o demonstrara. E esta justamente, sem prejuízo das iniciativas que depois o projecto da Baixa-Chiado pudesse vir a ter, era uma medida de curto prazo para continuar e para estimular a vida dos comerciantes e dos utilizadores da Baixa-Chiado.

----- Mas também algo que se fez neste primeiro ano e que nunca tinha sido feito antes, foi criar uma atenção especial a pessoas tão importantes da cidade como eram as que pertenciam às colectividades e casas regionais por exemplo, e também os imigrantes e as minorias étnicas. E foi assim que se criaram dois gabinetes especificamente para tratar desses assuntos: apoio às colectividades e aos imigrantes e minorias étnicas. Aliás, como todos sabiam, desenrolara-se no passado sábado, nesta mesma sala, Sede da Assembleia Municipal, o primeiro Fórum das Casas Regionais do Concelho de Lisboa, que teve a participação mais de 40 casas regionais, que suscitara o maior interesse e também o estímulo para continuar a apoiar essa realidade tão importante e tão viva da Cidade de Lisboa. -----

----- Seguidamente, passando à área do desporto, disse que tinham várias razões para acreditar que era seguramente uma aposta também no futuro da cidade. Queriam muito que o desporto fosse, hoje em dia e ao contrário do que foi no passado, qualquer coisa que atingia todos os extractos sociais, todas as camadas da população: os mais jovens, os menos jovens, os mais carenciados e os menos carenciados. Era essa, seguramente, uma das formas para também contribuir para uma sociedade melhor, mais sã e mais preparada. -----

----- Por exemplo, era com satisfação que em termos da utilização das piscinas alargaram, pela primeira vez, o horário de funcionamento que passara a ser agora das 8:00 às 22:00 horas, e também em função disso e pelo número maior de piscinas que já tinham, o número de frequentadores passara de 3.065 no ano anterior para 5.239 no último ano, portanto um aumento de cerca de 70%. -----

----- Mas também estavam empenhados num programa de Desporto e Saúde para os trabalhadores da própria Câmara Municipal de Lisboa. Para isso tinham em construção outras infra-estruturas, num futuro muito próximo teriam perto de 60 equipamentos desportivos sob a tutela municipal, alguns dos quais estavam em vias de conclusão e dos quais se permitia destacar a Piscina do Alvito e todo o conjunto de infra-estruturas que estavam a ser feitas no Alto do Lumiar, onde também se situava a Pista Municipal de Atletismo Prof. Moniz Pereira, aliás cuja atribuição do nome foi aprovada, por unanimidade, em Sessão de Câmara, reconhecendo-se, assim, uma carreira ímpar e verdadeiramente excepcional do Prof. Moniz Pereira, a quem a Cidade de Lisboa, e Portugal, muito deviam. -----

----- Em matéria de higiene urbana, disse que estavam a dar passos largos no sentido de estarem ao nível do que se fazia nas melhores cidades europeias. Em termos da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos, no último ano passaram de 17 freguesias que eram servidas para 27, ou seja, um aumento de 53%, mas até ao final do ano o número de freguesias servidas por esse sistema passaria para 29 freguesias, podendo então falar-se de um aumento de cerca de 70%. -----

----- Em termos de obras, que era qualquer coisa que as pessoas muitas vezes não gostavam de falar, apenas se limitava a citar algumas que estavam presentes nas preocupações e no dia-a-dia da Câmara. -----

----- Desde logo a CRIL. Não começaram ainda as obras mas esta era uma das matérias que desejava destacar, e voltaria a referir-se a ela mais à frente, nas relações institucionais entre a Câmara e o Governo, em que aí estava um bom exemplo de cooperação e de entendimento, porque parecia haver condições, finalmente, para que até ao final deste ano, segundo lhes foi dito, se abrisse o concurso para o último troço que faltava construir da CRIL, entre a Buraca e a Pontinha, num projecto que – relembra – foi previsto pelo Plano Rodoviário Nacional, pela primeira vez, em 1972. E era fundamental essa obra para o fecho da malha de circulação rodoviária na Cidade de Lisboa, e as consequências que isso tinha não só para a mobilidade mas em particular para o meio ambiente. -----

----- Nessa linha, também dava nota que no Eixo Norte-Sul foram, finalmente, desbloqueadas algumas situações que não tinham a ver com a Câmara Municipal de Lisboa, porque a Câmara esteve sempre presente naquilo que lhe dizia respeito, nomeadamente em termos das expropriações. Mas o Eixo Norte-Sul estaria em princípio aberto ao público no próximo mês de Março, e estava certo que a partir daí abrandaria a pressão sobre a Segunda Circular. Também o Túnel do Marquês, de que muito se tem falado, em princípio abriria nessa mesma altura, Março de 2007. -----

----- Mas também neste ano entraram em funcionamento pequenas obras, ou pequenas grandes obras que reputava da maior importância, algumas delas mais conhecidas do que outras, como, por exemplo, o desnivelamento da Av. Infante D. Henrique, junto à Av. Marechal Gomes da Costa; o Túnel do Rego, que muitas pessoas ainda não conheciam mas que tinha uma utilização muito importante; o Edifício-Sede dos Serviços Sociais, que já referira; a Biblioteca Central e Arquivo Municipal, que estava em obra mas já tinha as fundações e as paredes de contenção feitas. -----

----- E igualmente obras que não tinham a ver directamente mas também eram importantes para a cidade. Lembra o casino, não pelo jogo em si mas por aquilo que ele representava, a partir de agora, como contrapartidas para apoiar iniciativas turísticas e de valorização cultural na Cidade de Lisboa, a que mais adiante se referiria, mas também a Sala do Campo Pequeno, hoje com possibilidade de ser coberta ou não, em que para além dos espectáculos taurinos tem acolhido um número muito variado de outro tipo de espectáculos que antes não era possível. -----

----- Disse, depois, que não queria só falar das coisas boas, mas tinha a certeza que os Srs. Deputados Municipais teriam ocasião de falar das coisas menos boas ou das coisas menos conseguidas, pelo que deixaria esse trabalho para eles. -----

----- Isto para dizer, em relação ao Campo Pequeno, *mea culpa, mea culpa*, o que faltava fazer ainda era a reabilitação prevista do Jardim Marquês de Marialva, que circundava a Praça de Touros. -----

----- Mas outro exemplo de boa cooperação com a Administração Central, e o Ministério da Economia em particular, para o desenvolvimento do projecto de uma nova imagem da zona de Belém, que passava, entre outras coisas, por aquela nova centralidade que iria ser a concretização do novo Museu dos Coches, justamente indo buscar dinheiro às contrapartidas do casino. Portanto, aí estava um projecto em que tanto o Governo como a Câmara estavam empenhados em levar por diante num curto espaço de tempo, e na certeza que iria contribuir muito para a aposta ainda mais forte no turismo dessa zona ocidental da cidade. -----

----- Contudo, para além disso, estavam também a fazer outras estruturas importantes para a cidade. Não ia enumerar todas, mas a construção do edifício da nova esquadra da PSP, na Alta do Lumiar, feita através da SGAL mas, obviamente, era dinheiro da Câmara, que seguramente iria constituir uma nova presença muito importante para garantir a segurança e a sensação de segurança das pessoas dessa zona da cidade; também a piscina do Alvito em fase final de conclusão como já referira; a Pista Municipal de Atletismo a que também já se referira; e as obras de reabilitação urbana em relação às quais desejava referir que, neste mandato, queria ver concluídas nos bairros de Alfama, Mouraria e Castelo. Queria que não passassem este mandato sem terem todas as obras de reabilitação urbana acabadas nesses três bairros de Lisboa. -----

----- No entanto, havia outras que também iam construindo, finalmente. As construções EPUL-Jovem no Martim Moniz, as construções da EPUL na Av. das Forças Armadas, a reabilitação do Mercado de Santa Clara, etc. Mas, acima de tudo, o que também estava a ser feito nessa Direcção do Obras, era a implementação de um novo sistema de avaliação de projectos, ou seja, era um trabalho que vinha sendo desenvolvido com a Ordem dos Engenheiros, e que visava, essencialmente, acabar com uma coisa que era sempre uma dificuldade enorme para qualquer Câmara e não apenas para a de Lisboa, que era a constante necessidade de alterar o orçamento para fazer face a coisas como trabalhos a mais e revisões de preços, etc. Portanto, tinha a certeza que com a implementação desse sistema de avaliação de projectos muito ganhariam, quer em termos financeiros, quer em termos de tempo. -----

----- Em matéria de mobilidade, disse que também podiam estar extremamente satisfeitos com aquilo que fizeram durante este ano, pois para além de propostas concretas no aumento da segurança do peão, introduzindo modificações no sistema Gertrude, na semaforização ou na sinalização horizontal e vertical em zonas como a Av. 24 de Julho, junto ao Liceu Francês e tantas outras em mais de 20 sítios da cidade onde houve obras de intervenção para melhorar a segurança do peão. -----

----- E uma coisa que nunca foi feita, mas que tinham neste momento já em construção depois de ter sido feito um concurso internacional, era a instalação de radares de controlo automático da velocidade na Cidade de Lisboa. Estariam todos prontos no primeiro mês de 2007, mas já começara a sua construção pelo que até ao final deste ano já teriam alguns a funcionar e, seguramente, isso iria contribuir para uma diminuição

significativa da sinistralidade na cidade, disciplina do tráfego e um maior rigor no cumprimento das regras de trânsito. -----

----- Para além disso, a Câmara esteve muito empenhada, como sempre, mas mais ainda este ano, em várias campanhas de segurança rodoviária, e estava também agora envolvida na Prevenção Rodoviária Portuguesa. -----

----- Sobre o estacionamento, disse que também muito podia falar mas apenas dava nota de algumas coisas que foram feitas e que constituíam um avanço significativo. Desde logo, em termos de lugares de estacionamento, com a revisão dos contratos de exploração de alguns parques, foi possível disponibilizar 5.000 lugares para residentes em parques já existentes, com tarifas socialmente adequadas e em horários também aceites pela população. Para além disso, introduzira-se um novo regulamento nos parques da EMEL e foi posto também à discussão o regulamento geral do estacionamento à superfície, garantindo uma equidade no tratamento do cidadão, garantindo também um cartão próprio para o comerciante, utilizando e recorrendo a novas tecnologias e garantindo maior fiscalização. Portanto, esses dois regulamentos, o dos parques da EMEL e o do estacionamento à superfície, eram instrumentos fundamentais para uma maior disciplina do estacionamento e, por conseguinte, da mobilidade na cidade. -----

----- Por outro lado, a própria alteração dos Estatutos da EMEL, em que tendo em atenção aquilo que o novo Código da Estrada permitia, iria também contribuir para uma maior eficiência da fiscalização na cidade. -----

----- Quanto à pedonalização de vias e condicionamentos, disse que importava dar nota que já tinham mais um bairro condicionado, o quinto, a seguir ao Bairro Alto, Bica, Santa Catarina e Alfama, pois também agora no Castelo o trânsito foi condicionado a viaturas de residentes e de visitantes, o que, segundo constatara no local e tem ouvido dizer, depois de um período de adaptação tem sido um ponto muito importante para a qualidade de vida no Castelo. E também a pedonalização que este ano fizeram de várias ruas, nomeadamente: Rua dos Condes, Rua das Portas de Santo Antão, Rua João das Regras, Rua dos Bacalhoiros e Rua do Arameiros. Todas elas passaram a ser vias pedonais! -----

----- Em termos de Polícia Municipal, disse que também nesta matéria queria dar nota do bom entendimento com a Administração Central, no sentido de ter sido possível incluir na Escola de Formação de Agentes da PSP, no final do ano passado, mais 150 novos formandos, com custos de formação suportados pela Câmara Municipal, o que iria permitir, até ao final do ano corrente, a passagem de um efectivo de 337 para 487 agentes da Polícia Municipal, num total de 857 do quadro que estava previsto. Ou seja, um aumento de 40% dos efectivos e uma taxa de cobertura do quadro total de 56%. -----

----- Mas também foi feita uma aposta na formação profissional dos actuais elementos, foi feita a redefinição e o alargamento da área de actuação dos guardas-nocturnos e estava em construção, como já referira, o edifício para a nova Divisão da PSP, para além de espaços que foram cedidos pela Câmara Municipal para a 1ª Divisão da PSP, que saíra da Praça da Alegria e estava na Rua Gomes Freire, e também o Palácio Folgosa, na Rua da Palma, que foi cedido, sob protocolo, à PSP, para se instalar aí uma

Divisão que seria, seguramente, da maior importância para essa zona da Baixa da cidade. -----

----- No que dizia respeito ao Regimento de Sapadores Bombeiros, referiu que 89 formandos foram admitidos, num total de 1.112 do quadro. Ou seja, passaram de 842 elementos para 922, o que representava um aumento de 10%, e tinham actualmente uma taxa de cobertura do quadro de 83%. -----

----- Sobre as Corporações dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, seis como sabiam, disse que os valores transferidos passaram de 3,5 milhões de euros no ano passado para 5.000 milhões de euros este ano, portanto um aumento de 40%. -----

----- Ainda falando de bombeiros, disse que foi apresentada e aprovada em Câmara a solução para a instalação definitiva do novo quartel dos Bombeiros Voluntários Lisboenses. Portanto, a Câmara estava totalmente empenhada nessas áreas – Polícia, Bombeiros e Protecção Civil – que eram áreas fundamentais para o bem-estar da população, mas seguramente também para as condições de competitividade que Lisboa teria que ter no padrão internacional. -----

----- Relativamente à Protecção Civil e no que respeitava ao planeamento, disse que queria chamar a atenção para a implementação e desenvolvimento dos planos locais de emergência em nove Juntas de Freguesia; plano de emergência externo para o grupo de operações conjuntas do aeroporto de Lisboa; a actualização do plano especial de emergência para acidentes com aeronaves com a Administração da ANA – Aeroportos de Portugal; o início dos trabalhos para a elaboração do plano especial de emergência do Metropolitano, na área de influência do concelho de Lisboa; e, por último, o plano de emergência do Parque Florestal de Monsanto. -----

----- No que dizia respeito a instrumentos de suporte e apoio, disse que pretendia chamar a atenção para a georeferenciação dos registos de ocorrências e utilização da base de dados dos espaços livres abertos ao público, sem infra-estruturas. -----

----- No campo da formação e divulgação, chamava a atenção para o programa Crescer na Segurança, que foi visitado por mais de 6.000 crianças oriundas de 160 escolas e outros organismos. Mas também a segurança em creches, jardins-de-infância e escolas do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, através da prestação de apoio técnico à elaboração do plano de emergência interno, de 70 estabelecimentos de ensino. -----

----- Outra área em que a Câmara tem estado fortemente empenhada, e a Cidade de Lisboa no seu todo tem colhido bons dividendos, era, seguramente, o turismo. Mas para isso, para salvaguardar uma estratégia sólida e sustentada para o turismo foi desenvolvido o plano estratégico para o turismo para os próximos quatro anos, com vários especialistas que acederam a colaborar nesse trabalho, que reputava da maior importância para que tivessem esse caminho bem fundamentado. -----

----- Também o serviço de turismo da Câmara, na Internet, estava agora disponível em quatro línguas, português, francês, inglês e espanhol, e continha um vasto conjunto de informações de grande utilidade para todo o tipo de turista, nacional ou estrangeiro. ----

----- Prosseguindo, disse que era importante chamar a atenção para um número, se calhar nunca visto, de grandes eventos turísticos que foram feitos na cidade e que suscitaram as mais diversas atenções de vários públicos diferentes. Desde logo, a

Regata dos Grandes Veleiros que trouxera a Lisboa, mais uma vez, os melhores e maiores veleiros do mundo, no âmbito também dos 150 anos da Associação Naval de Lisboa, aliás como também recentemente foi feita, pela primeira vez fora das Ilhas Britânicas, a Regata Oxford/Cambridge, com a participação também de uma tripulação da Associação Naval de Lisboa. Isto para já não falar no Lisboa/Dakar, que se iria repetir no princípio do próximo ano, de mais uma edição do Rock in Rio, do concurso gastronómico 2006 “Lisboa à Prova”, da organização do primeiro festival de magia, designado por Lisboa Mágica/Street Magic World Festival na Baixa de Lisboa, a realização do primeiro festival de música Dixie “Happy Jazz – Lisboa Music Summer Festival”, a realização do segundo Festival Mundial de Pirotecnia, a organização do Festival de Dança, “Lisboa Dança/2006”, as Noites de São Bento já habituais e muito esperadas. -----

----- Em termos de movimento turístico, disse que podiam dar números que os confortavam e estimulavam justamente por ver que a Cidade de Lisboa era uma das cidades com o maior aumento de procura turística na Europa. Só nos primeiros oito meses do ano em curso, as dormidas em Lisboa registaram um aumento de 11,5% relativamente ao período homólogo do ano passado, o que em termos de receitas dera 12,5%, o que significava também um aumento no preço médio da dormida. E aportaram ao Porto de Lisboa 270 navios de cruzeiro no ano de 2005 consolidando a tendência de crescimento dos últimos anos, que este ano se deveria verificar de novo. Assim como se consolidou também o número de congressos e seminários de grande qualidade, que se realizaram em Lisboa -----

----- Para além de outras como a Moda Lisboa, recentemente terminada, e a escolha da Cidade de Lisboa para um evento que ia suscitar a maior atenção mundial que era o anúncio, no próximo dia 7 de Julho de 2007, das novas Sete Maravilhas do Mundo. Portanto, teriam nessa altura todos os olhos virados para Lisboa. Mas chamava a atenção de um aspecto muito importante: é que muitos desses eventos que vinham para Lisboa não era porque Lisboa fosse mais barata ou tivesse melhor sol! Era também seguramente por isso, mas era, sobretudo, por um factor muito importante que era a segurança, porque a segurança estava hoje na primeira linha dos critérios de discriminação positiva ou de preferenciação da Cidade de Lisboa. E era por isso que estavam muito empenhados, com as forças de segurança que dependiam da Administração Central, em garantir sempre essa sensação de segurança e a segurança efectiva dos lisboetas e de quem visitava a cidade. -----

----- Relativamente à área dos mercados, disse que depois da abertura do Mercado da Ajuda importava registar o sucesso que ele tem tido nessa zona tão especial da cidade, e também a Baixa-Chiado que era um centro comercial ao ar livre. Como referira, ainda ontem foi apresentada a Agência para a Promoção da Baixa Chiado, que visava ultrapassar aquilo que durante muito tempo tem sido visto por algumas pessoas com um certo passivismo, também dos comerciantes, e estava na altura de passarem todos a ser mais activos. Precisavam de auto-estima para serem capazes de vencer com as capacidades que cada um tinha, que por vezes eram insuficientemente estimuladas. -----



----- No âmbito das finanças da Câmara, disse que basicamente estavam numa política de rigor e de contenção, e nesse aspecto não eram muito diferentes das outras entidades, a começar pelo próprio Governo. Era altura de haver mais rigor, mais contenção! -----

----- Era por isso que tinham que ter uma atenção particular sobre a gestão da receita, não só a gestão da despesa que durante muitos anos foi quase o paradigma de todas as Câmaras e também da Câmara de Lisboa. Tinham muita receita a receber e tinham que saber geri-la bem. -----

----- Tinham já a terminar a implementação da contabilidade analítica, sem a qual não era possível ter uma boa gestão. A centralização de compras estava praticamente feita e iria contribuir, ela própria, para uma grande contenção da despesa e para a sua racionalização. Mas, para além disso, tinham necessidade de proceder, obviamente, à venda de algum património da Câmara, como já ali foi bastante falado. -----

----- Sobre a dívida da Câmara, disse que ela tinha os números que os Deputados Municipais conheciam. No entanto, havia uma diferença relativamente ao passado: é que hoje não estava nada de fora, estava lá tudo, a dívida estava reconhecida, portanto não tinham nada de fora para não terem surpresas como tiveram no passado. Estava lá tudo, era com isso que tinham que contar, era com isso que tinham que trabalhar e era com isso que tinham que se orientar. -----

----- Disse, ainda, que neste momento estava em diversas fases de reestruturação praticamente todo o universo das empresas municipais: a EPUL, a GEBALIS, EMARLIS, EMEL, EGEAC, SRUs, de uma forma ou de outra uma reestruturação mais profunda, uma reestruturação mais financeira, uma reestruturação desta forma ou daquela mas o certo era que neste momento estava tudo a ser feito de forma a adaptá-las melhor às funções para que foram criadas. -----

----- Assim como a posição da Câmara relativamente ao MARL, que era conhecida e que foi debatida em Câmara há uns dias, também da ATL, associação em que a Câmara reforçara a sua posição através da presidência pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, e também a proposta já conhecida para a reestruturação da AMBELIS. -----

----- No âmbito das organizações de que Lisboa fazia parte, disse que com o continuado empenho da Câmara nas acções de cooperação e de solidariedade para com as outras cidades da UCCLA, tiveram oportunidade, este ano, de inaugurar, finalmente, obras de maior relevo na Cidade da Praia, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, como a inauguração da Av. Cidade de Lisboa e da Casa Padjá, dois ícones da maior importância para os cabo-verdianos, e que a Câmara Municipal de Lisboa se orgulhava de ter contribuído para a sua construção. Mas também a inauguração de uma escola, em São Tomé, no Bairro do Riboque, até porque era sempre uma satisfação num país carente e numa cidade carente como era Água Grande, haver uma escola com as condições que essa tinha para possibilitar o ensino a centenas de crianças. E tantas outras iniciativas têm sido conseguidas e continuadas no âmbito da UCCLA. -----

----- Mas também no âmbito da UCCI – União das Cidades Capitais Ibero-americanas, a Câmara Municipal de Lisboa ganhara a presidência do comité sectorial Solidariedade Anti-catástrofes, e também na Organização das Cidades do Arco Atlântico um comité sectorial sobre Património e Cultura foi cometido à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Pediu depois a atenção para o universo de problemas que existiam na cidade, que não tinham só a ver com a Câmara Municipal de Lisboa mas que têm sido objecto de vários encontros, de várias trocas de impressões, de várias negociações e de vários tipos de aproximações com a Administração Central. Já dera ali bons exemplos mas desejava ainda chamar a atenção para outros bons exemplos, como o projecto do futuro Hospital de Todos-os-Santos, que como se sabia estava previsto no PDM. -----

----- Aliás, já teve oportunidade de dizer ali que saudava com grande satisfação a iniciativa do Governo de levar por diante o projecto para a construção do novo Hospital de Todos-os-Santos, obviamente com a colaboração da Câmara Municipal que efectivamente via com bons olhos a construção desse novo hospital, como também já ali referira o empenho da Câmara junto da Administração Central para ser a Câmara a ajudar na construção de uma esquadra da polícia e na disponibilização de espaços para a polícia poder funcionar melhor em Lisboa. -----

----- No entanto, havia outras preocupações, preocupações essas que já foram ali manifestadas, ele próprio já várias vezes ali referira as questões do novo aeroporto de Lisboa e do futuro do aeroporto da Portela, e desejava deixar, mais uma vez, o seu desejo para que se promovesse na Assembleia Municipal um debate sobre o aeroporto de Lisboa, pela importância que tinha e teria que continuar a ter para o desenvolvimento e a vida da Cidade de Lisboa. -----

----- E quando se falava do estado da Cidade de Lisboa também era preciso pensar de que forma ela estaria unida, ou menos unida, em torno de alguns problemas que os afectavam a todos, e foi dada uma nota muito importante relativamente à postura da Câmara sobre o programa da nova rede da Carris. Pessoalmente tinha a certeza que não esteve subjacente à apresentação da proposta nenhuma vontade de lesar os interesses, o que estava ali era uma forma de articular com a cidade que não foi a melhor. Portanto, votaram por unanimidade em Câmara, e na Assembleia Municipal também de uma forma expressiva, a postura que tinham de cidade relativamente à forma como certas entidades se tinham que relacionar com a cidade. -----

----- E era por isso que batiam o pé quando era preciso. Bateram o pé contra a apresentação de um projecto megalómano de ampliação de um terminal de contentores no Porto de Lisboa, e hoje era bom ver que o Sr. Presidente da Administração do Porto de Lisboa vinha a público dizer que já abandonara essa ideia. Por isso, uma nota de grande união e solidariedade queria ali registar, porque que quando estavam em causa valores que os uniam a todos sabiam estar unidos na defesa dos valores da Cidade de Lisboa. -----

----- Mas também já dera nota de apreço relativamente a projectos que tinham que ser feitos em conjunto com o Governo. Estava convicto que iria ter o melhor acolhimento o projecto da Baixa-Chiado, já sabia do empenho do Governo no Museu dos Coches e tantos outros, como, por exemplo, na Estação do Rossio as obras estavam a acabar, assim como o Largo dos Duques de Cadaval. No entanto, estavam preocupados os comerciantes, particularmente da Baixa, com as obras do Túnel do Rossio e com o atraso e as implicações negativas que elas estavam a ter para a cidade. -----

----- Por fim, disse que escusava de falar da Lei das Finanças Locais, que tem sido sobejamente discutida, mas queria referir que teriam sempre uma postura de seriedade, e de respeito em primeiro lugar, para com todos os cidadãos de Lisboa, tivessem eles votado na maioria ou não. Essa seria uma postura de responsabilidade, viessem as adversidades de onde viessem, deste ou daquele Governo, desta ou daquela entidade. Estariam sempre – queria dar nota disso – mais firmes, mais convictos, mais empenhados e determinados do que nunca. E pessoas ou entidades que ao longo deste primeiro ano de mandato tiveram porventura a vontade, ou o sonho, de cobrar da determinação da Câmara ou de a fazer vergar na sua força, que estivessem desenganados porque estavam mais fortes do que sempre e determinados para continuar o trabalho que iniciaram há um ano. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, abriu, nos termos regimentais, um período de perguntas à Câmara, avisando que, nos termos do artigo 25º do Regimento, todas as intervenções contavam para o tempo de cada Grupo Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra para fazer perguntas à Câmara, disse que o Sr. Presidente falara da ETAR de Alcântara e finalmente parecia que se avançara um passo nessa matéria, mas esse passo conseguira colocá-los apenas na fase em que estavam em 2001, portanto no final do mandato do Executivo de esquerda que, como se sabia, deixara o processo em fase de adjudicação, que o anterior Executivo acabara por anular, e a Câmara, para além de ter perdido quatro anos de tratamento das águas, perdera também dinheiro. -----

----- Por isso, o que desejava saber era para quando a conclusão da obra e se houve fundos comunitários, que aparentemente estavam garantidos em 2001. Ou seja, se esses fundos se perderam, se foram aproveitados nesta fase, ou se tiveram outro destino. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, em resposta à pergunta formulada, disse que era verdade que se perdera tempo mas não estavam agora como em 2001. Em 2001 tinham um projecto que tinha um tratamento terciário, que era caro, que tinha um caudal grande para tratar e que não tinha cobertura da ETAR, e hoje tinham um tratamento adequado às exigências da lei comunitária e da lei nacional, tinham uma cobertura da ETAR que não tinha dantes e que agora garantia a desodorização e tinham um caudal de estiagem compatível com as reais aflúências à ETAR para não pagarem dinheiro de mais a quem não deviam. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra para perguntas à Câmara, disse que o Sr. Presidente, na sua intervenção, dera uma nota encorajadora e benevolente acerca do plano Baixa-Chiado, mas através da comunicação social tomaram conhecimento que existiriam algumas dúvidas e porventura algumas certezas do Sr. Presidente da Câmara acerca desse plano. Pelo que entendera, dúvidas quanto ao processo de execução do plano, e certezas quanto à capacidade financeira da Câmara para o apoiar suficientemente. -----

----- Portanto, desejava que o Sr. Presidente da Câmara informasse sobre a fidelidade dessa informação dada na comunicação social. -----

----- **A Senhora Presidente** perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se queria responder agora ou depois na fase de respostas da Câmara, e de seguida abriu, nos termos regimentais a fase de debate. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Para fazer este debate, importa, pois, enquadrar o momento em que ele se realiza, ou seja refrescar o quadro político em que a cidade tem estado envolvida, quadro esse que, naturalmente, condiciona a sua evolução e desenvolvimento, logo o seu estado. ----

----- Convém, pois, lembrar que, entre 1989 e 2001, Lisboa foi dirigida por uma maioria absoluta PS/PC, maioria absoluta essa em todos os órgãos autárquicos – Câmara, Assembleia e Juntas de Freguesia –, o que lhe permitiu, com enorme liberdade e autonomia de gestão, desenvolver as suas políticas e medidas para a cidade. -----

----- Entre 2001 e 2005, Lisboa viveu um período de enorme dificuldade para ver aplicadas políticas estruturantes para a cidade, devido ao equilíbrio precário entre a maioria PSD/PP no Executivo e a maioria opositora (PS/PC/BE/PEV) na Assembleia Municipal, com custos inerentes para a adopção de políticas coerentes e que retratassem, efectivamente, o programa que a Câmara defendia para Lisboa, e que tinha sido maioritariamente sufragado pelos eleitores. -----

----- Relembro que se chegou ao ponto de, no último ano do anterior mandato, a oposição ter impedido a Câmara de ver aprovado o orçamento para 2005, num acto sem precedentes, e com consequências graves para Lisboa. -----

----- O mandato anterior, e as opções então tomadas por todos os Partidos, foram sufragados nas eleições de Outubro de 2005, nas quais o povo de Lisboa deu ao PSD uma vitória expressiva nos diversos órgãos autárquicos, garantindo maioria relativa na Câmara Municipal, maioria absoluta na Assembleia Municipal e a maioria das Presidências das Juntas de Freguesia. -----

----- Este novo quadro gera, naturalmente, novas expectativas e novas responsabilidades que o PSD não quer defraudar, enquanto maior Partido autárquico em Portugal. -----

----- Mas gera, igualmente, responsabilidades para a Oposição, e para a forma como é capaz de interpretar o interesse municipal. -----

----- Esperamos, assim, que a Oposição seja capaz, neste Debate de, diferentemente do que tem feito até aqui, apresentar alternativas concretas nas várias áreas da governação da Cidade, não se limitando apenas a desfazer a actividade do Executivo. -----

----- Efectivamente, iniciado o actual mandato, logo se geraram focos de instabilidade, com a oposição na Câmara a procurar condicionar a normalidade do trabalho autárquico do Executivo através do chumbo, sucessivo, das delegações de competências. -----

----- Felizmente que foi possível encontrar um solução maioritária absoluta, dessa forma criando condições para que as propostas eleitoralmente sufragadas pelos Lisboetas possam ser aplicadas. -----

----- Mas percebeu-se, também, logo desde o início, que a oposição iria desempenhar o seu papel na comunicação social, ou a reboque das suas notícias. -----

----- E tanto assim é que as notícias saídas em órgão de comunicação social têm sido aproveitadas pela Oposição para criar uma cortina de fumo em relação à verdadeira actividade da CML. -----

----- O PSD quer, por essa razão, ver idêntico interesse na divulgação pública, completa e correcta, das realizações da CML, e muitas são. -----

----- Em nenhuma circunstância, e independentemente do fórum político em que se encontre, o PSD pactuará com situações que ponham em causa o interesse público. ----

----- Mas o PSD também nunca pactuará com meros aproveitamentos político-partidários que pretendam pôr em causa, na praça pública, a honorabilidade das pessoas, e sobretudo dos eleitos locais. -----

----- Estamos, pois, muito à vontade para, não só com palavras, mas com acções que temos tomado nesta Assembleia, querer ver sempre esclarecido tudo aquilo que envolve a actividade camarária, dentro de tais princípios. -----

----- Desejamos, aliás, que a CML, na linha do discurso de Sua Exa. o Presidente da República no 5 de Outubro, esteja na primeira linha do combate político, no quadro dos Municípios, à corrupção. -----

----- Não deixamos, contudo, de defender o equilíbrio na informação pública, e isso passa pela adequada divulgação das políticas municipais. -----

----- Assinalamos, com agrado, a existência de uma nova postura da actual CML. Postura de respeito pelo Município, que se perpetua para além do momento eleitoral. ----

----- Desde logo, na forma como foi conduzido o processo relativo aos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, com mais transparência, com novos critérios e com novas regras de responsabilização, tudo no seguimento de múltiplas reuniões com os eleitos locais. -----

----- Postura, ainda, de respeito pelos agentes que, no terreno, trabalham nas mais diversas áreas de actividade municipal. -----

----- Esta vereação tem sabido ir ao terreno e ouvir os verdadeiros actores desta Cidade. Os agentes educativos e culturais, os utentes do espaço público, as associações de defesa da segurança rodoviária, os projectos em curso. É nesta linha que vai a criação da figura dos provedores de Bairro, em matéria de reabilitação. -----

----- Soube, ainda, prestar contas públicas do estado de cumprimento das medidas anunciadas para os 180 dias de governação autárquica, sujeitando-se ao escrutínio e avaliação dos Municípios. -----

----- E tem sabido, também, assumir, perante esta Assembleia, as suas políticas e opções, tomando a iniciativa de as apresentar e explicar, submetendo-se ao contraditório democrático. -----

----- Questão que tem de ser encarada neste debate, porque condicionadora das políticas, é a que se prende com a situação financeira do Município, que não é de agora, e que limita, obviamente, a capacidade de intervenção do Executivo para ocorrer às diferentes necessidades na cidade. -----

----- É de saudar, apesar da situação real, que seja neste momento possível reconhecer, na totalidade, as dívidas da CML. -----

----- Trata-se, por isso, de uma situação que é bem conhecida de todos, e que não queremos esconder. E é uma situação que tenderá a agravar-se se for para a frente a proposta do Governo de nova Lei das Finanças Locais. -----

----- Temos para nós, PSD, que as Autarquias Locais devem ser solidárias com o País no combate ao défice e ao desperdício, garantindo uma adequada e eficaz utilização dos dinheiros públicos. -----

----- Contudo, a legitimidade democrática dos Municípios, que advém de eleição directa, é idêntica à do Governo, que emana do Parlamento. Não há, por isso, razões para que, invocando renovados princípios de redistribuição financeira, se aproveite para atacar o Poder Autárquico. -----

----- Há que questionar, por exemplo, porque razão o Governo Central aposta em iniciativas cuja razoabilidade do ponto de vista da relação entre investimento e benefícios gera enorme controvérsia, como sejam a do Aeroporto na Ota, e mesmo o TGV, e se retira capacidade financeira aos Municípios para avançarem com os seus projectos locais. -----

----- Pergunta-se, igualmente, porque razão esta Lei vem reduzir substancialmente as receitas do Município de Lisboa, conforme já declarado publicamente pelo SE da Administração Local no programa “Expresso da Meia-Noite”, no passado dia 6 de Outubro, quando os custos de capitalidade são tão evidentes, e foram unanimemente assumidos por esta Assembleia Municipal? -----

----- E que dizer quando o Governo PS capitaliza, em todos os sentidos da palavra, com a construção do Casino de Lisboa, projecto arrancado e concluído pela CML e tão vituperado pela oposição, com o PS à cabeça, anunciando, assim, um plano de revitalização para a zona de Belém? -----

----- Falemos da política de mobilidade, à qual pela primeira vez um Executivo camarário deu foros de pelouro e que tem, aliás, motivado interessantes debates nesta Casa, sinal de que este é um tema mobilizador. -----

----- Várias acções têm sido empreendidas, nos eixos da segurança dos peões e redução da sinistralidade rodoviária e da redução do fluxo automóvel dentro da Cidade. -----

----- Desde logo, uma palavra para a preocupação com a Segurança Rodoviária, que a CML tem acarinhado e desenvolvido, de que são exemplos a sua adesão à Prevenção Rodoviária Portuguesa e o Programa Lisboa Capital da Segurança Rodoviária. Dando aqui um exemplo e um sinal importante, infelizmente não acompanhado pelo Governo que desinvestiu nesta componente essencial para a segurança dos cidadãos. -----

----- Referência, também, para a inserção da política de estacionamento municipal nesta mesma política de mobilidade, dando coerência aos instrumentos que a CML dispõe para a regular. -----

----- Releva-se, ainda, o encerramento ao trânsito geral do Bairro Histórico do Castelo. -

----- Mas nesta área da mobilidade impõe-se uma pergunta. Quem, nesta Casa, julga, honesta e verdadeiramente, que é possível à CML concretizar essa mesma política quando o Governo congelou, *ad eternum*, a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, entidade com os poderes para, no quadro intermunicipal, regular todo este sector? -----

----- Como é que alguém nesta Casa pensa que é possível estimular o uso do transporte público em detrimento do individual quando as Empresas públicas de transportes urbanos – CARRIS, METRO, CP – viram as costas à CML e às necessidades da Cidade? -----

----- A mobilidade é uma dança para a qual a CML precisa de par. Só que o seu par não se levanta deste Terreiro do Paço. -----

----- Aliás, deste Terreiro do Paço não tem saído nada que favoreça Lisboa. -----

----- Não sai o Túnel do Metro, que permanece como exemplo de mais uma trapalhada do Governo e de péssima gestão de uma obra, da responsabilidade da Administração Central, mas com enorme impacto na cidade de Lisboa, que o Governo não é capaz de resolver. Relembre-se, aliás, que o início desta obra, que não acautelou os interesses e necessidades da Cidade, se decidiu e iniciou em plena gestão camarária PS/PCP. -----

----- Não sai o Túnel do Rossio. É outra trapalhada, com efeitos nefastos em Lisboa, sobre a qual a CML também não pode actuar, mas sofre os impactos negativos, desta obra que se arrasta tipo folhetim ou romance de cordel. Quando tudo parecia sanado, e a obra seria concluída em 2007, eis que novo arrufo entre a REFER e a concessionária congelou toda a obra. Para quando o seu fim? -----

----- Ao contrário, foi recentemente anunciado pelo Presidente da Câmara a abertura do Túnel do Marquês em Março de 2007, obra demorada por responsabilidade directa daqueles que, em simultâneo, iam reclamando pelo incómodo da obra e exigindo a sua conclusão. -----

----- No âmbito do Desporto, a CML tem um programa extremamente ambicioso de manutenção, requalificação, reabilitação e construção de diversos equipamentos desportivos na Cidade, cuja concretização, naturalmente em mais do que um mandato, não deixará de favorecer aqueles que querem fazer desporto em Lisboa, as associações e colectividades desportivas e a própria imagem internacional da Cidade. -----

----- No Urbanismo, que constitui uma das áreas fundamentais da Cidade, tem havido um enorme esforço em disciplinar o processo de licenciamentos e em resolver um conjunto de situações passadas, algumas envolvendo compromissos camarários, que não são sequer do mandato anterior; mas sobretudo foi dado um impulso enorme à revisão do PDM, elemento fundamental, porque estruturante, das intervenções em Lisboa. -----

----- Este Executivo tem procurado definir regras onde elas não existem, sem descuidar o processo de elaboração do novo PDM, que é sempre muito moroso. Nesse sentido, levou já 15 instrumentos de planeamento a reunião da CML, e tem 20 em elaboração. --

----- Um tema sempre sensível para os Lisboetas, o da Feira Popular, foi objecto de decisão quanto ao local para se instalar, retirando-a do meio de uma zona residencial, tendo sido resolvidas as situações que preocupavam os antigos feirantes. -----

----- Ao nível da intervenção no espaço público, há a realçar a continuação da recolha selectiva porta-a-porta de resíduos indiferenciados, que vai sendo alargada a toda a Cidade; a definição de novas regras para a afixação de faixas publicitárias em Lisboa e a actuação para garantir o seu cumprimento; o projecto “Jardins Digitais”, permitindo o acesso à INTERNET sem fios em jardins de Lisboa. -----

----- Exemplo altamente negativo para a qualidade do espaço público é o projectado Plano Estratégico do Porto de Lisboa, que prevê, sem cuidar da posição da Câmara e das Juntas de Freguesia, o alargamento desmesurado da área de contentores na zona de Alcântara, criando uma nova e artificial barreira entre a Cidade e o Rio. Mais uma vez, a CML não tem poderes para alterar o que quer que seja. Mas Lisboa sofrerá as consequências. Fico satisfeito que, conforme o Sr. Presidente há pouco referiu, esta questão não vá em frente. -----

----- Em matéria de ambiente e espaços verdes, a divulgação da Matriz da Água, a reflorestação de Monsanto e a inauguração do Parque Oeste merecem destaque. -----

----- Na Cultura, que definiu o objectivo de criar uma cidade de diálogo de culturas, assinalamos o aumento das Parcerias, o desbloquear da situação do Parque Mayer, prevendo-se a sua utilização já em 2007, a reabertura do Maria Matos, a recuperação do Cinema S. Jorge como sala privilegiada para receber festivais de cinema, a criação do Museu do Design, que permitirá a reabilitação do Palácio de Santa Catarina, e do Lisboa Arte Fórum, com conclusão prevista para 2009, dando a Lisboa um centro de arte contemporânea. -----

----- Na área social e da educação, o trabalho do Executivo tem sido decisivo para apoiar os mais desfavorecidos e as crianças de Lisboa. Quem pode esquecer o avanço da Rede Social e o trabalho feito por forma a permitir a abertura do Ano Escolar em condições, bem como as actividades de enriquecimento curricular, com a participação de diversas Juntas de Freguesia, num esforço que desonerou os orçamentos familiares em Lisboa, pela primeira vez. -----

----- Isto num tempo em que o Governo, sem cuidar das situações locais concretas e das condições de resposta das entidades que trabalham na área social, legislou sobre tempos livres de forma autista e acabou com apoios que eram essenciais à sobrevivência de muitos ATL, criando dificuldades às famílias e às instituições. -----

----- Não é de mais realçar o enorme esforço de internacionalização da Cidade empreendido pela CML, traduzido na captação directa ou no apoio a inúmeros eventos e iniciativas com dimensão externa, como sejam o Lisboa/Dakar, o Rock in Rio, a regata “Tall Ships Race, a entrega dos prémios MTV, o Lisbon Village Festival, a Cow Parade, entre outros. -----

----- Esta é uma aposta certa e séria. Aposta remuneradora para a cidade, pela imagem dinâmica, aberta e empreendedora que transmite, com retorno, imediato ou a prazo, para múltiplas actividades económicas que aqui vivem ou que, por essa via, aqui se queiram vir a instalar. -----

----- Esta aposta tem já resultados muito concretos, conforme evidencia a expansão do sector do turismo em Lisboa. -----

----- É, também, nesta perspectiva que se deve analisar o enorme esforço que está projectado para requalificar a zona da Baixa-Chiado, cujo financiamento necessitará da adesão do Governo. -----

----- Será interessante notar se, tal como o Governo do PSD se empenhou nos anos 90, permitindo o PER e a eliminação das barracas, também o actual Governo PS dará um passo a favor de Lisboa. Assinalaremos positivamente se o fizer. -----



----- O PSD nunca estará satisfeito, até porque a satisfação em política significa falta de preocupação com a qualidade da gestão pública e falta de ambição na defesa da qualidade de vida em Lisboa. -----

----- Queremos sempre mais, porque em política a fixação de metas ambiciosas é sinal de respeito pelos Cidadãos. -----

----- Desejamos, por isso, ser possível concluir este mandato: -----

----- Com um Centro Histórico mais preservado e mais habitado. -----

----- Com mais mobilidade na cidade, mas também localmente. -----

----- Com maior reabilitação e requalificação dos Bairros. -----

----- Com um novo Plano Director Municipal. -----

----- Com maior limpeza urbana. -----

----- Com uma Polícia Municipal dotada de agentes e meios que lhe permitam aumentar a segurança na Cidade. -----

----- Com um espaço público mais amigo do Município. -----

----- Com mais vias cicláveis. -----

----- Com mais manchas verdes em Lisboa, não só em área mas também em qualidade. -----

----- Com uma Lisboa mais inclusiva socialmente, seja com os seus idosos, as suas crianças, os portadores de deficiência, os mais desfavorecidos e os imigrantes. -----

----- Com uma oferta cultural crescente. -----

----- Com uma posição reforçada de Lisboa nos circuitos internacionais, não só nos aspectos turísticos, comerciais ou de eventos, mas nas áreas da Inovação e do Conhecimento. -----

----- Com uma CML mais moderna, agilizando a sua relação com o Município, qualificando os seus recursos humanos e credibilizando, cada vez mais, a sua actividade. -----

----- Queremos construir a Cidade com a contribuição dos Movimentos de Cidadania, de que são bons exemplos neste mandato a iniciativa, já realizada, sobre o cidadão portador de deficiência e a cidade, bem como a que se encontra projectada, sobre o novo aeroporto de Lisboa, envolvendo aqueles que, directamente, vivem os problemas, as dificuldades e manifestam esperanças e expectativas. -----

----- Queremos interpretar um projecto para a Cidade, que traga soluções que melhorem o dia-a-dia de quem nela vive e trabalha, contribuindo para uma Lisboa cada vez mais sustentável nas suas mais diversas vertentes. -----

----- Afinal, aquelas vertentes que colocam hoje Lisboa como: -----

----- A 15ª cidade mais cordial do Mundo.-----

----- Uma das 10 cidades europeias mais bem cotadas em termos turísticos, acima de Amesterdão, Londres, Madrid e Munique. -----

----- O 8º melhor destino mundial para Congressos, sendo a 6ª cidade europeia mais atractiva. -----

----- O 5º maior porto europeu de cruzeiros. -----

----- A 5ª cidade mundial mais escolhida para a realização de eventos. -----

----- A sede da Agência Europeia de Segurança Marítima. -----

----- Estes indicadores permitem-nos perceber, pela positiva, o estado da cidade de Lisboa em 2006.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, depois de referir que o debate se iniciara há quase duas horas e só agora começava o contraditório, leu o seguinte documento: -----

----- “Sr. Presidente, -----

----- Praticamente um ano após a sua eleição para Presidente da Câmara Municipal estamos a debater, pela primeira vez neste mandato, o Estado da Cidade de Lisboa, que, aliás, tem sido muito mal tratada por V. Exa. -----

----- V. Exa., Sr. Presidente da Câmara, quando se apresentou ao eleitorado há um ano atrás conseguiu a proeza, é justo reconhecer, de surgir como o candidato descomprometido com a anterior gestão, que era a sua e de Santana Lopes, como o candidato que iria colocar Lisboa em movimento. Todos nos recordamos do seu cartaz de “mangas arregaçadas” e do seu programa eleitoral, uma magistral confissão da inoperância do mandato anterior, no qual foi sucessivamente Vice-Presidente, Presidente, de novo Vice e depois Presidente, e onde assumia todas as críticas ao trabalho efectuado, prometendo de seguida tudo e mais que tudo. -----

----- Como V. Exa. consegue aliar à sua simpatia pessoal, que reconheço ser genuína, um ar de inocência “naif” e de permanente vítima da maldade dos outros, conseguiu uma expressiva vitória, semeando uma onda de esperança nas pessoas, as quais estavam muito justamente zangadas com a gestão de Santana Lopes, que também era a sua. -----

----- Ora, Sr. Presidente, se comecei por aqui, é porque quanto mais se promete demagogicamente tudo, quanto mais se conquista a confiança das pessoas pela transmissão de uma imagem de afectividade e de grande competência executiva, maior é a desilusão quando a realidade começa a ser visível por todos. -----

----- E a impressão que começa a consolidar-se nos Lisboetas é a de uma enorme desilusão e frustração sobre o estado a que Lisboa chegou. O que sobressai de imediato é que esta maioria tem revelado uma impressionante ausência de pensamento estratégico sobre Lisboa, caindo frequentemente num discurso contraditório, somente justificado porque não há autoridade política no seio da maioria. Não há liderança, não há comando, não há concertação e cada um diz e faz o que quer. -----

----- Com efeito, o resultado desta ausência de autoridade política no seio da maioria, esta incapacidade permanente em afirmar uma estratégia para Lisboa provoca, como consequência, uma enorme dificuldade da Câmara em gerir bem qualquer dossier da cidade. -----

----- A situação financeira do município é talvez o maior exemplo desta incapacidade, onde mais se evidencia o desnorde desta gestão. O Sr. Presidente, ao fim de 5 anos de Câmara Municipal, tendo por braço direito o Sr. Vice-Presidente, responsável pelas finanças da autarquia há cerca de 10 anos, vem lamentar-se, como o fez ontem à noite no Programa Prós e Contras, que herdou uma dívida enorme. Herdou? Onde esteve nos últimos 5 anos? -----

----- A sua gestão que por exemplo herdou em 2002, uma dívida de curto prazo no valor de 48,7 milhões de euros, apresenta em 2005 uma dívida, também de curto prazo de

310 milhões de euros. No que respeita a fornecedores, em 2002 a dívida era de 45,5 milhões de euros, e em 2005 subiu para 263 milhões de euros. -----

----- E agora vem lamentar-se, vem culpar o Dr. João Soares pela situação desastrosa da Câmara? Já ninguém acredita nisso. -----

----- Teremos oportunidade de debater detalhadamente esta matéria quando da apresentação do Orçamento Municipal para 2007; mas em todos os outros sectores estratégicos para a cidade, o que se constata é um retrocesso que, a não ser sustido, empurrará Lisboa para níveis de competitividade inferiores, para não ir mais longe, a algumas cidades médias da nossa vizinha Espanha. -----

----- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, -----

----- Uma cidade que não for amiga das pessoas, que não traduzir em simultâneo sinais de solidariedade, de conforto e obviamente de modernidade, é uma cidade que perderá aficionados, visitantes e perderá, sobretudo, humanidade. -----

----- Sem um Espaço Público de qualidade, Lisboa não poderá ser uma cidade “amiga das pessoas”. Aos poucos vamos perdendo a nossa identidade cultural, o nosso cosmopolitismo e a nossa alma. Constituímos um notável exemplo de cidade propiciadora de todas essas vertentes, com um espaço público naturalmente belo, mas que infelizmente se vai degradando, na maioria até já de qualidade ínfima, abandonado aos marginais e pouco frequentado pelas pessoas. A tendência geral das pessoas é substituírem o espaço público pelos condomínios fechados e centros comerciais, com todos os inconvenientes que tal acarreta para a vivência da cidade. -----

----- Qual é o plano estratégico da Câmara para a implementação e recuperação do Espaço Público? Teríamos aqui infinitos exemplos para apresentar de situações concretas de abandono, de desresponsabilização municipal, mas apenas perguntamos, reconhecendo que os meios não são ilimitados, qual é a política da Câmara? Tem algum plano concreto para os logradouros da Zona J de Marvila? Vai intervir nas Freguesias da Ameixoeira e Charneca, de modo a qualificar o seu Espaço Público? O eixo da Av. Almirante Reis é menos prioritário do que a Baixa Chiado? -----

----- As Praças e Jardins estão ao abandono. Inúmeros exemplos poderiam ser citados, mas já reparou, Sr. Presidente, no que acontece no Jardim do Alto de Santa Catarina, abandonado e perigoso de frequentar? Já reparou no estado de degradação do Miradouro de Santa Luzia? E o que dizer das Avenidas Novas? -----

----- Sr. Presidente, -----

----- O PS, no seu programa eleitoral, assumiu o compromisso de promover uma Praça e Jardim em cada bairro. Aqui tem um contributo construtivo neste debate. Assuma esta nossa proposta, ela é de “borla”, e potencie para a cidade uma rede de espaços que reponham a convivência e o intercâmbio vivencial, cultural, geracional e também profissional entre as pessoas. Seria uma atitude estratégica. -----

----- Não pode haver qualidade de vida e bom espaço público com o trânsito e estacionamento caótico que temos. Por toda a cidade se pode constatar o agravamento da situação, com particular incidência na 2ª Circular, Campo Grande, Avenida da República, Avenida da Liberdade até ao Terreiro do Paço. Mas o que é verdadeiramente aviltante é o que se passa com o estacionamento. -----

----- Por um lado, promove aumentos absurdos nos parques de estacionamento da EMEL, e por outro lado, permite a autêntica afronta que é o estacionamento em segunda fila e, sobretudo, o estacionamento em cima dos passeios. -----

----- Aqui tem, construtivamente, outra proposta programática do PS que lhe oferecemos grátis: comece a acabar com os carros em cima do passeio. São uma verdadeira afronta à mobilidade das pessoas. -----

----- A Reabilitação Urbana também “fechou para obras”, e nem mesmo as obras de fachada que se faziam nos tempos do Dr. Santana Lopes, se fazem agora. -----

----- Naturalmente que temos conhecimento público do Plano de Recuperação para a Baixa Pombalina, o qual será objecto da nossa análise aprofundada, mas importa deixar desde já claro que haverá uma questão incontornável a esclarecer, que é saber quem é que vai pagar. Até ao momento é uma dúvida não esclarecida, e confesso que o modo como este plano foi lançado, faz lembrar a primeira proposta do Dr. Santana Lopes para recuperar o Parque Mayer, só que desta vez já não há mais casinos para trazer para a cidade. -----

----- Um ano depois da vossa reeleição, e 5 anos de gestão municipal PSD/CDS, demonstram que em Lisboa, os socialmente excluídos são cada vez mais. -----

----- Uma cidade que não é solidária com os mais desprotegidos, é uma cidade condenada a estagnar. O Município por si dirigido, Sr. Presidente, abdicou de catalizar a implementação de uma rede social de apoio e intervenção, desinvestiu ainda mais no apoio aos sem abrigo, no acompanhamento dos toxicodependentes provocando com esta atitude fenómenos de insegurança que preocupam cada vez mais os cidadãos. -----

----- Ainda estamos à espera da implementação das salas de injeção assistida, que o PS já aqui propôs, que o Sr. Presidente assumiu, pelo menos experimentalmente, mas até ao momento ainda não concretizou. -----

----- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, -----

----- Num debate sobre o Estado da Cidade não podemos deixar ficar de fora as escolas do 1º ciclo do ensino básico. -----

----- É bom que se lembre o facto – aliás ignorado pela maioria dos cidadãos – que é da competência e responsabilidade da Câmara a manutenção e conservação destas escolas, assim como o apoio social que lhe é inerente. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tão célere na crítica a actos de gestão que competem ao Poder Central, descarta completamente as responsabilidades que tem neste domínio, perante a cidade, as famílias e as crianças. -----

----- Gostava de lembrar, ou informar, o Sr. Presidente da Câmara, que em Lisboa, da responsabilidade municipal, existem mais de 30 escolas do Ensino Básico a carecerem de obras urgentes de conservação. Não podendo agora enumerar todas elas, aconselho o Sr. Presidente a visitar a EB1 n.º 18 do agrupamento Padre Bartolomeu Gusmão, ou a EB I n.º 34 do agrupamento do Alto do Lumiar. São apenas dois casos entre os cerca de 30, que deveriam envergonhar esta Câmara. -----

----- Sr. Presidente da Câmara, não é admissível, não é tolerável, que existam escolas em Lisboa, da sua responsabilidade, em que as casas de banho não estejam a funcionar.

----- Não é admissível, não é mesmo tolerável, que continuem a existir dezenas de edifícios com péssimas condições de utilização, sem cantina para refeições, sem casas de banho, onde chove, e a Câmara Municipal de Lisboa continue a gastar rios de dinheiro em iniciativas e produções aliadas ao *show-off* habitual. -----

----- A partir deste debate, o PS/Lisboa colocará permanentemente na agenda política a questão da Escola e as responsabilidades do Município, porque o melhor investimento que se pode fazer em Lisboa é nas crianças, na sua educação. -----

----- Sr. Presidente, Srs. Deputados -----

----- Termino como comecei. A cidade está à deriva, sem rumo estratégico e sem liderança política. -----

----- A coligação de direita que gere Lisboa até podia não apresentar rumo estratégico de desenvolvimento, mas devia cumprir com os serviços mínimos, aqueles que correspondem ao dia a dia. Infelizmente também não é assim. -----

----- Agora que se inicia o período das chuvas, gostava de desafiar o Sr. Presidente da Câmara Municipal a garantir à cidade que não se registarão as inundações provocadas pelos colectores entupidos e pela ausência de manutenção ou renovação do sistema de escoamento? -----

----- Aumenta a degradação da qualidade de vida, a higiene urbana está cada vez pior – é um autêntico escândalo a ausência de respostas e medidas face à proliferação de dejectos caninos nos nossos passeios – e os pavimentos continuam sempre mais degradados. Já não há gestão corrente. Os Vereadores estão divididos em sensibilidades internas partidárias, conspira-se por tudo e por nada, mandam-se recados internos por blagues (tudo isto dentro do PSD) e quem se prejudica é a cidade. -----

----- V. Exa., Sr. Presidente, sem dúvida uma pessoa bem intencionada, é cada vez mais um homem só, isolado no seu reduto, que não consegue impor a ordem nas suas hostes. -----

----- Às situações que carecem de explicação pronta, como é o caso do que se passa na EPUL, demora-se nas respostas e chovem as contradições entre responsáveis, aumentando assim a perplexidade dos cidadãos. -----

----- Não há claramente autoridade política na sua Câmara, cada um faz o que quer. -----

----- O Partido Socialista lamenta que assim seja, porque não defendemos, nunca o fizemos, uma política de terra queimada. -----

----- Queremos que Lisboa ande para a frente e não ande para trás. -----

----- Queremos que o Sr. Presidente da Câmara governe bem e de acordo com o seu programa. -----

----- Queremos que Lisboa e a sua Câmara tenham credibilidade, honrem os seus compromissos financeiros para com terceiros e que se tomem boas opções. -----

----- Não é isso, infelizmente, o que tem acontecido. Em política, quando as coisas correm mal o primeiro responsável, é sempre o líder, V. Exa. sabe que tem de assumir essa responsabilidade, mas também deve saber que lhe faltam ainda três anos de governação para terminar o seu mandato. -----

----- A bem de Lisboa, desejamos que recupere a autoridade política que deixou perder, que governe e discipline a sua equipe. -----

----- Como sempre, pode contar com o PS/Lisboa, como oposição responsável, leal e construtiva. A BEM DA CIDADE DE LISBOA.” -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por anotar que se fizeram duas perguntas e o Sr. Presidente da Câmara só respondera a uma, o que era um mau começo de debate. -----

----- Depois, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Lisboa tornou-se uma cidade que é a capital do capital especulativo na bolsa, no imobiliário e nos lucros fabulosos dos grupos financeiros. Mas é, simultaneamente, a nível da Câmara Municipal, uma cidade fragilizada e descapitalizada, em finais de 2005 com uma dívida de 956 milhões de euros, dos quais 329 milhões de euros a fornecedores, e com um passivo de cerca de mil e duzentos milhões de euros, que já determinavam um futuro comprometido que urge contrariar e resolver. -----

----- Sobre estas questões, e porque a Câmara não presta contas a esta Assembleia na informação escrita do seu Presidente, na semana passada apresentámos um requerimento à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, para que a Câmara nos esclareça sobre a actual situação financeira e sobre as medidas que deve tomar para contrariar este desastre. -----

----- Em nosso entendimento, também na situação financeira não só não se rompeu com a gestão do mandato anterior como se deu continuidade e aprofundamento ao que de pior a caracterizava. -----

----- Os senhores do dinheiro estão a ser chamados para investir em projectos como a Baixa-Chiado, em Alcântara, na alteração profunda da Avenida da República e noutras zonas; enquanto a Câmara Municipal abandona a reabilitação urbana e o papel regulador de uma empresa municipal como a EPUL é desvirtuado; ela foi-se transformando num serviço atento e obrigado à especulação e aos grandes negócios, por exemplo no Vale de Santo António, acompanhado de escândalos quase diários em mordomias, comissões, prémios, pagamentos por serviços a empresas privadas, segredos proibidos até para a vereação da Câmara e para a Assembleia Municipal. -----

----- O quadro actual é de envelhecimento da população da cidade, de pobreza mais generalizada, de perda acentuada de emprego, de especulação, de não existência de habitação para os trabalhadores e para os jovens. Neste ano de mandato da actual maioria, acentuaram-se as dificuldades nos bairros sociais, com uma GEBALIS a não fazer aquilo que lhe cumpre, que é regular e coordenar a habitação e os espaços envolventes, cuidar de resolver situações de isolamento de idosos, da sua mobilidade nos prédios e na participação na vida local. Ao contrário, a empresa municipal continua no caminho das festas e festarolas, no discurso angelical do “deixai vir a mim os velhinhos”, tentando enganar e ocultar com papas e bolos o que são situações dramáticas generalizadas pela cidade. -----

----- Na área da mobilidade, os novos e brutais aumentos nos parques de estacionamento são a prova provada de que se vê mais facilmente a árvore do lucro fácil e do agravamento da vida já dura das pessoas, do que se ataca a sério os problemas reais de Lisboa. A Câmara não toma medidas na articulação entre os operadores, nas propostas para lutarmos pela melhoria e funcionalidade das redes de transportes

colectivos, na oferta de soluções adequadas ao trabalho, ao lazer e à vida social e cultural das populações, que se vêm confinadas aos bairros e freguesias. E perguntamos aqui o que é feito do Regulamento das Cargas e Descargas, que devia ter vindo a esta Assembleia seis meses após ter sido posto em prática, e que nunca mais a Câmara cá trouxe e se calhar também não o aplica. -----

----- Na área da cultura, gostávamos de salientar que o papel essencial de uma autarquia é o de abrir novos mundos de participação e descoberta de fruição e de criação. A Câmara deve incentivar a democratização do acesso à vida cultural, sobretudo através de programas a realizar com os agentes culturais, com as Juntas de Freguesia e com as associações locais. Esta é a pedra de toque que tarda, no Pelouro da Cultura. Estava nas 309 medidas mas sobre isto o Sr. Presidente não disse nada, o Pelouro da Cultura não faz rigorosamente nada. O Sr. Presidente fala de actividade desportiva na cidade, então eu pergunto para o Sr. Presidente responder: que é feito dos Jogos de Lisboa, uma actividade que mobilizava todas as associações desportivas da cidade. -----

----- As nossas propostas para este debate aí estão, na urgência em mudar de rumo na gestão da cidade, propiciando condições para a instalação de empresas tecnologicamente avançadas também em espaços municipais, para a criação de empregos e uma vida produtiva e inovadora; reabilitando a habitação e o património municipal com uma acção reguladora e voltada para o interesse público; combatendo a especulação, que torna Lisboa uma cidade proibida também para as classes médias; tomando medidas de fundo para uma mobilidade em que todos tenham direito e acesso aos transportes públicos, à circulação, à participação no trabalho mas também na vida cultural e social. -----

----- Propomos que a Câmara não desbarate mais património e território municipal, que exerça a sua responsabilidade nas mudanças necessárias na EPUL, para que seja uma empresa ao serviço de uma Lisboa da maioria e não de minorias do dinheiro e do poder absoluto e destruidor. -----

----- Propomos mais atenção aos bairros e freguesias, à articulação com os órgãos autárquicos e associações, para melhoria efectiva das condições de vida local, do trânsito e do estacionamento caóticos, das vias de circulação, dos jardins e espaços públicos, da participação dos habitantes em projectos de cultura, vida social e lazer que são urgentes na realidade violenta e pobre em que vivemos. -----

----- No fundo, o que mais uma vez propomos, neste debate sobre o estado da cidade, é que os autarcas na Câmara e em todos os órgãos municipais cumpram os deveres e o trabalho para que foram eleitos, construindo uma cidade que deixe de ser agressiva e que não baixe mais em número de habitantes. Uma cidade que não perca identidade cultural como está a perder, face à brutalidade de projectos e planos que a Câmara alimenta e estimula. -----

----- Estamos abertos à participação, ao debate e à tomada de medidas para que Lisboa corresponda aos sentimentos mais legítimos de quem muito gosta dela e a quer ver feliz. Feliz e em progresso democrático e participado, não com *slogans* usados e logo deitados fora, mas com políticas levadas à prática com determinação e vontade de mudar e transformar activamente para a maioria. -----

----- O que os lisboetas querem, tal como demonstraram na passada quinta-feira, juntando-se a dezenas de milhar de trabalhadores de todo o país, numa imensa manifestação que aqui saudamos, é uma cidade com direitos, com trabalho e com a paz e o futuro que todos ambicionamos.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que estavam a fazer o balanço do estado da cidade, isto é, a analisar como se encontrava a cidade, que planos estratégicos foram feitos de fundamental para os problemas fundamentais da cidade, que ideias pilares positivas foram levantadas neste ano, como foi o desempenho da maioria do Executivo, do respectivo Presidente e dos Vereadores. -  
----- Analisar era olhar o essencial do que era prospectivo e estratégico, nomeadamente daquilo que na campanha eleitoral se propôs como questão principal para resolver na cidade. -----

----- Era inegável, por quem quer que fosse, que a prioridade de todos os programas políticos apresentada por todos os partidos na última campanha eleitoral, incluindo o programa do PSD, era a requalificação da cidade, onde se incluía a recuperação do parque imobiliário degradado e a recolocação no mercado imobiliário de cerca de 70.000 fogos devolutos. Se essa era a tarefa das tarefas, se esse era o objectivo dos objectivos, teriam que perguntar que foi feito de fundamental, que projectos, que ideias, que acções foram desencadeadas com capacidade para atacar essa gigantesca tarefa. ----

----- De decisivo, de determinante, nunca encontraram nada, a não ser umas gotas no oceano do estado degradado do edificado da cidade. Se existiam cerca de 70.000 fogos devolutos, ou perto disso, calculava-se que existiriam na cidade mais de 300.000 fogos degradados a exigirem obras imediatas. Como atacar esse avanço da degradação? Como iam conseguir tratar dessa quantidade enorme de fogos, que já foi assumido por todos na Assembleia Municipal? Era necessário um plano ousado e um contrato claro e preciso – como sempre ali foi defendido e já várias vezes conversara com o Sr. Presidente da Câmara – com o Governo Central sem o qual não teriam capacidade de recuperar a cidade. -----

----- Mas ouviu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, com toda a atenção, ouviu tudo! Até ouviu que a página do turismo na Internet agora já tinha quatro línguas! Fundamental para os problemas estratégicos da cidade! Mas sobre o essencial, sobre a tarefa gigantesca da recuperação, sobre como “rebentar” com esse ciclo de cada vez haver mais casas devolutas e mais casas degradadas, qual era o projecto, qual era a ideia, quais eram as tarefas, não ouviu nada. Ou melhor, corrigindo, ouviu falar de uma área onde neste momento crescia o protagonismo, na Câmara, da Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto, sobre a recuperação da Baixa, mas a sua colega falava depois sobre esse essa matéria. Do Sr. Presidente da Câmara, sobre o plano de recuperação da cidade, que estava no programa do PSD, não ouviu nada! -----

----- Era verdade que tinham um Presidente simpático que até andava de mota e de bicicleta, que corria nas maratonas com toda a sua simpatia, só não corria na maratona da recuperação da cidade, que, essa sim, era uma maratona. Portanto, tinham um Presidente simpático, com quem até se gostava de conversar pessoalmente, mas a verdade era que olhando para a cidade não viam o Presidente. Não viam o homem do



pulso, não viam o homem do leme, o homem da cidade, o homem que dissesse “isto é o principal é por aqui que vamos atacar”. Isso não viram! -----

----- Parecia-lhe que estavam a assistir à reposição de um filme que já viram há algum tempo, estava-se a lembrar do Primeiro-Ministro, António Guterres, que simpático, que popular e que conciliador ele era, mas que País ele deixara à deriva! -----

----- Lamentavelmente era isso que se passava! O balanço que o BE fazia sobre o estado da cidade, era que estavam numa cidade sem lei nem roque. -----

----- Sem lei, porque o Sr. Presidente da Câmara, na anterior reunião da Assembleia Municipal quando apresentou a sua informação escrita, perguntara-lhe por que não distribuía à Assembleia o relatório do Sr. Provedor de Justiça sobre a obra da Av. Infante Santo, e respondera-lhe que considerava que não tinha relevância para a Assembleia conhecer em detalhe esse relatório. Mas o BE ia distribuí-lo aos líderes dos Grupos Municipais, e à Sra. Presidente naturalmente, apesar dele ser público. -----

----- Mas passava a ler alguns parágrafos do tal relatório do Provedor de Justiça, membro fundador do PSD, que o Sr. Presidente dizia que não tinha relevância para a Assembleia. -----

----- E esse relatório dizia, na página 29: -----

----- Ponto 33 – “Bem se vê, pois, que a cada bloco deveria corresponder um lote, sem embargo dos lotes disporem no exterior e subsolo de áreas comuns partilhadas por todos os adquirentes de fracções autónomas. Nem mais nem menos do que justamente já se encontrava previsto nas operações de loteamento do Decreto-Lei n.º tal, tal e tal.” -

----- Página 30 – “Não tendo sido o licenciamento das obras da edificação reclamadas procedido por operação de loteamento, é nula e não simplesmente anulável a licença outorgada.” -----

----- Página 31 – Ponto 38 – “Nulos são ainda por consequência inelutável os negócios jurídicos de alienação celebrados que tenham resultado, ainda que indirectamente, a divisão em lotes ou primeira transmissão de fracções autónomas.” -----

----- Página 33 – “Inequivocamente esta fachada apresenta 9 pisos, aproximando-se dos 27 metros em manifesta violação da cêrcea máxima admitida pelo PDM.” -----

----- Isto não era relevante para a Assembleia Municipal? -----

----- Continuou a ler extractos do relatório do Provedor de Justiça: -----

----- Página 35 – Ponto 14 – “Ao fim e ao cabo a licença encerra em si própria a contradição insanável que arrasta para a nulidade. Para que não se exigisse prévio loteamento admitindo tratar-se de uma só edificação, mas ao invés, para calcular a cêrcea valeu-se da autonomia funcional entre o que lhe consente o jogo das palavras, diversos blocos, partes independentes, diferentes edifícios com diferentes entradas.” ----

----- Página 42 – “Em parte considerável a operação representa um esbulho de uma parcela de terreno compreendida no domínio privado do Município de Lisboa, a qual jamais foi alienada.” -----

----- Página 57 – “Conclusões e propostas: § 12 – ponto 1 – As obras tiveram início muito antes do deferimento da licença, facto que foi participado pelo Eng.º do Departamento de Administração Urbanística, da Zona Ocidental, sem que a participação tivesse surtido efeito útil algum.” -----

----- Em nota de rodapé: a única acção que teve foi que o aludido engenheiro teve uma advertência por ter exorbitado das suas funções ao ter feito tal relatório. -----  
----- Mas continuava nas conclusões: Ponto 4 – “A licença de construção, definida por despacho, era nula por não ter sido precedida de operação de loteamento, infracção ao disposto no artigo “tal”, etc., etc., etc.” -----  
----- Página 59 – “Mais se admitiu nas justificações da licença e uma cêrcea máxima de 9 pisos com uma altura aproximada de 31,5 metros, em flagrante contraste com o artigo 5º, n.º 1, da alínea b) do Regulamento do PDM de Lisboa.” -----  
----- Disse que podia continuar a ler o relatório do Provedor de Justiça que o Sr. Presidente da Câmara considerava que não tinha relevância para a Assembleia, mas apenas lia dois pontos da parte conclusiva, que diziam assim: -----  
----- “Em conformidade, -----  
----- propõem-se a participação integral do teor do presente relatório: -----  
----- alínea a) – a Sua Excelência o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa: -----  
----- 1 – Para adoptar as medidas de política urbanística necessárias a fazer de imediato sustar os trabalhos ilegais determinando o seu embargo; -----  
----- 2 – Instaurar o procedimento contra-ordenacional à Sociedade Promotora de Operação Imobiliária, de acordo com o disposto no art.º 9º do RGEU; -----  
----- 3 – Instaurar os pertinentes procedimentos de averiguação para os efeitos disciplinares aos funcionários, etc. etc.” -----  
----- E ainda: -----  
----- “Ao Exmo. Senhor Procurador-Geral da República, enquanto órgão superior do Ministério Público, para que investigue; -----  
----- Ao Exmo. Senhor Procurador-Adjunto, Dr. Sérgio Pena, para que o DIAP investigue; -----  
----- Ao Sr. Inspector-Geral da Administração do Território; -----  
----- A Sua Excelência o Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas -----  
----- Ao Presidente do Instituto do Património Arquitectónico.” -----  
----- Recordou que disse isto ao Sr. Presidente da Câmara na última reunião, e esperava que hoje, no debate sobre o estado da cidade, fosse mostrado que tinham uma cidade com lei, uma cidade que respeitava a Constituição e os órgãos constitucionais. Podiam ter todas as diferenças de opinião, mas era esta a Constituição que os regia, e o Sr. Presidente da Câmara não tinha o direito de, mais um vez, escamotear esse assunto à Assembleia e dizer que este relatório não era relevante. Esquecera-se de ler, mas estava também no relatório, que este assunto poderia pôr em causa o mandato do Sr. Presidente da Câmara, pelo que se isso não era relevante gostava de saber o que é que era relevante. -----  
----- Mas estavam numa cidade também sem “ROC”, sem uma revisão oficial das contas! Por exemplo, perguntaram ali, e foi-lhes prometido que de imediato seriam dadas, onde estavam as contas do Rock in Rio. Mas a verdade é que o Sr. Vice-Presidente, responsável pelas finanças, nunca entregara essas contas. E também lhe foi prometido que entregariam as contas do Festival de Cinema Digital, e quanto foi que a EGEAC metera nisso. -----

----- Tudo isso pediram e nada lhes foi entregue. Era por isso que diziam que a cidade precisava, imediatamente, de uma acção clara para a recuperar e também de uma acção clara para que deixasse de ser uma cidade sem lei nem “ROC”. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa tinha que fazer um esclarecimento, porque o relatório do Sr. Provedor de Justiça encontrava-se na Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, onde estava a ser objecto de análise. Portanto, não era exacto que a Assembleia o não tivesse uma vez que ele estava a ser objecto de análise nessa Comissão. -----

----- Por isso, era justo que se repusesse ali essa verdade. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o estado da cidade não era brilhante, e poder-se-ia perguntar porquê? Essencialmente, dizia o CDS-PP e já o referira várias vezes, como, aliás, o dizia também no seu programa eleitoral, porque a cidade mudara muito. E mudara desde o princípio do século anterior com certeza, mas com maior gravidade desde 1985, meados da década de oitenta, porque foi a partir daí que se assistira a uma desertificação muito significativa, a cidade perdera um terço da sua população, cerca de 250.000 habitantes, segundo leu algures estaria nesta altura com uma população próxima daquela que teria em 1930, portanto com a alteração da matriz da população houve também alteração da sua vivência como cidade. -----

----- Por exemplo, 65% dos trabalhadores da cidade entravam e saíam em Lisboa todos os dias, num movimento pendular que tantas dificuldades à cidade trazia. E nessa situação também a interacção com os Municípios envolventes e com o Poder Central, era cada vez mais importante e condicionante das acções da Câmara de Lisboa. Isso era sabido, era comum às grandes áreas metropolitanas, sendo que em Portugal a Área Metropolitana de Lisboa era a maior. E daí a insistência, que também têm vindo a fazer nos últimos tempos, aliás não eram originais nessa matéria mas achavam que era suficientemente importante para fossem teimosos com ela, que era a absoluta necessidade da existência da Autoridade Metropolitana de Transportes, com este ou outro formato qualquer, mas que garantisse de facto e de uma vez por todas, a gestão conjunta de um espaço que era muito mais do que a mera fronteira do concelho de Lisboa, que, como se percebia, era cada vez mais pequena face à sua envolvência e era cada vez mais dependente dessa mesma envolvência no que dizia respeito à sua gestão.

----- Essa foi a modificação do concelho de Lisboa, uma modificação dramática! E por que era que o estado da cidade continuava a não ser brilhante? Porque claramente os Executivos da Câmara Municipal não se souberam adaptar a ele, e estava a falar dos Executivos desde os meados da década de oitenta, dos quais fizeram praticamente parte, de uma forma ou de outra, todos os partidos que agora estavam na Assembleia Municipal. E essa falta de adaptação, no entender do CDS-PP, conduziu, de facto, a esta dificuldade em melhorar o estado da cidade. -----

----- Era a falta de adaptação da estrutura organizativa da Câmara às novas realidades da cidade, a falta de adaptação dos meios humanos, dos meios materiais, da própria distribuição dos serviços da Câmara pela cidade e utilização dos espaços que lhe estavam cometidos, a própria distribuição e utilização dos edifícios, que tinham vindo a

gerir ineficiências sucessivas e complicações na gestão, quer dos recursos humanos, quer dos restantes recursos. -----

----- Era recorrente a discussão sempre que se falava, na Câmara e na Assembleia, da frota. Frota que tinha uma dimensão gigantesca mas que ela própria se alimentava dessas ineficiências, já que se tornava extremamente complicado não ter essa frota porque as pessoas tinham que gerir muitas vezes espaços que estavam dispersos pela cidade, a distâncias significativas e com dificuldades enormes de deslocação entre elas.-

----- Era, portanto, uma pescadinha de rabo na boca! A cidade mudara, ao longo dos anos não foram tomadas, por todos os partidos que passaram pelo Executivo, as medidas necessárias e, por tudo isso, a cidade não estava na melhor das formas. -----

----- Disse que esta sua alusão ao passado era apenas no sentido de recordar que a leitura da história era sempre útil para perspectivar o futuro e também no sentido de por vezes se recomendar alguma humildade democrática a todas a gente – Situação e Oposição – humildade democrática que por vezes não existia, quer dum lado, quer do outro, mas a Oposição tinha dado, ultimamente, alguns exemplos não muito interessantes. Todos tinham que aprender a ser democraticamente humildes, cada um reconhecer os seus erros e reconhecer, quando era o caso, as boas ideias dos outros. ----

----- Agora, perspectivando o futuro, o que deveria ser feito para que a cidade melhorasse? -----

----- Parafraseando o programa eleitoral do CDS-PP, disse que as prioridades seriam, essencialmente, arrumar a casa. Isto é, melhorar a estrutura dos recursos humanos, melhorar a sua rentabilidade e a sua adaptação às novas necessidades da Câmara e da gestão do seu espaço; racionalizar a utilização dos imóveis da Câmara permitindo, por um lado, a concentração e a gestão mais adequada dos recursos, evitando assim uma dimensão de frota que claramente não se justificaria com uma gestão adequada do espaço, e, por outro lado, libertando espaços que podiam ser, de forma planeada e cuidadosa, colocados no mercado para render os meios financeiros de que a Câmara bem carecia. E, obviamente, dois outros aspectos fundamentais: dar confiança às pessoas respondendo às solicitações, e partilhando o debate e explicando as decisões aos cidadãos. -----

----- Disse, ainda, que tinham muito bons exemplos no actual Executivo quanto a essas linhas políticas, mas, ainda assim, é óbvio que era algo que nunca deveriam perder de vista e, por isso mesmo, deveria tornar-se uma prática transversal a todo o Executivo camarário, sem que isto significasse acusar ninguém em particular, mas era algo que devia estar permanentemente dentro de todos e que todos deveriam assumir na relação com a gestão camarária de forma permanente. -----

----- Prestar contas! E prestar contas era aquilo que, em boa medida, o Executivo anterior e o actual fizeram. Porque quando se falava ali dos passivos da Câmara, era óbvio que não ia dizer que os passivos da Câmara foram todos gerados pelos mandatos anteriores, sabiam que não era assim porque a própria actividade da Câmara, os próprios desequilíbrios que a Câmara Municipal tinha na relação entre receitas e despesas, ela própria criava dificuldades à gestão desse passivo. Portanto, ela própria vinha gerando um acréscimo do passivo. -----

----- Independentemente de se questionarem muitas opções da forma como se gastava o dinheiro! Enfim, era para isso que a situação e a oposição existiam: de um lado defendiam-se as opções e do outro lado atacavam-se. Mas, no essencial, não se podia dizer que o passivo da Câmara foi inventado pelo anterior ou pelo actual Executivos da Câmara. O que um e outro fizeram foi algo que ia acontecendo com alguma frequência pelas Câmaras, ainda recentemente uma Câmara vizinha de Lisboa teve um situação semelhante que era de vez em quando abrirem-se umas gavetas e apareciam umas dívidas. E às vezes as dívidas eram de 40 ou 50 milhões de euros, coisas poucas! -----

----- Portanto, olhando estatisticamente para as contas em 2001 e para as contas em 2005, era óbvio que era de assustar. Mas que lhes fizessem o favor de reconhecer que não foi tudo dinheiro gasto pelo anterior e actual Executivos. -----

----- Por conseguinte, aquilo que “nós” recomendamos para a actividade futura da Câmara – e quando referia “nós” era porque estavam no Executivo e estavam de corpo inteiro – era planear, executar e controlar, enfim regras básicas da gestão de qualquer coisa. -----

----- Tem isso sido feito? Diria que em parte sim, mas que era preciso mais! -----

----- E no caso da Vereação do CDS-PP têm tentado ser rigorosos, frugais no uso dos meios e pontuais no cumprimento das tarefas que assumiam. Mas era óbvio que também têm tido dificuldades, pois tal como toda a Vereação por vezes os ritmos que pretendiam adoptar não se coadunavam com a natureza dos problemas. No entanto, as estratégias vinham aos poucos a adaptar-se aos problemas e à forma de resolução dos mesmos. -----

----- Ainda assim, insistiam, porque era algo que ao longo do mandato vinha sendo uma pedra de toque nas intervenções do CDS-PP na Assembleia, na necessidade de reforçar a racionalização do uso dos recursos. Já falara um pouco acerca disso, mas voltava a referir a necessidade de racionalização dos recursos humanos, dos recursos técnicos e, principalmente porque considerava ser o trabalho fundamental, da ocupação dos edifícios onde a Câmara desempenhava os seus trabalhos. -----

----- E essa gestão dos edifícios ligava-se com uma outra questão fundamental que também tinha a ver com a situação financeira, que era a elaboração de um plano de alienação ou de rentabilização do património da Câmara. E quando dizia alienação ou de rentabilização tal significava que tanto podia a Câmara vender como podia arrendar, podia ceder para parcerias públicas e privadas. Portanto era, fundamentalmente, olhar para o património de uma forma integrada, verificar qual era a verdadeira necessidade financeira da Câmara e tentar colmatá-la com essa rentabilidade. Obviamente, tendo em atenção que havia imóveis que embora pudessem valer bastante dinheiro, poderiam ter utilizações mais adequadas noutro tipo de actividades. -----

----- Mas essa questão do financiamento embatia depois com a postura da Oposição, porque ainda há bem pouco tempo tiveram ali uma afirmação do Deputado Municipal Miguel Coelho que dizia, a bandeiras despregadas, que a operação que vai financiar a recuperação dos bairros sociais era manifestamente ilegal, uma sua camarada de partido acabara por o desmentir e não ouvira da parte dele nenhum pedido de desculpa em relação ao lapso que havia cometido. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----  
“----- “Decorrido cerca de um ano da nova gestão desta autarquia, o primeiro debate sobre o Estado da Cidade impõe em primeiro lugar que se identifiquem os seus traços caracterizadores, no sentido de permitir encontrar as linhas das tendências para os próximos 3 anos. -----  
----- Em primeiro lugar, convém fazer notar que esta é a continuação da anterior gestão camarária, pois os actuais Presidente e Vice-Presidente já desempenharam funções semelhantes no mandato anterior. -----  
----- A título exemplificativo, apresentamos 5 grandes eixos caracterizadores do exercício deste poder – Mobilidade, Recursos Energéticos e Gestão da Água, Educação, Finanças e Património Públicos, Planeamento sustentável – factores enquadrados numa gestão despesista em total discordância entre o discurso e a prática, com ausência de um rumo mais definido e a opção pela navegação à vista marcada pela total subserviência do interesse municipal debaixo de interesses privados. -----  
----- Desmontemos então o que os cidadãos detectam: -----  
----- Mobilidade -----  
----- A Câmara prometeu ‘estimular a construção de novos parques dissuasores promovendo a oferta de estacionamento nos acessos a Lisboa junto às estações do Metropolitano e dos Caminhos de Ferro, sensibilizando os municípios limítrofes e a Autoridade Metropolitana de Transportes’. -----  
----- Detectamos o anúncio da construção de mais parques no interior da cidade e o aumento dos preços dos já existentes, a ausência da promoção e do desenvolvimento de uma real política de Mobilidade Sustentável, bem como de políticas de apoio à melhoria dos transportes colectivos, a ausência de um plano de mobilidade estruturado, que tenha em conta a intermodalidade e as dificuldades financeiras da população, que promova a eliminação dos pontos negros de sinistralidade, não esquecendo também os cidadãos de mobilidade reduzida, apostando numa erradicação das barreiras arquitectónicas existentes. -----  
----- Onde está a implementação de medidas que conduzam à redução do trânsito automóvel, privilegiando o uso do transporte público, promovendo a coordenação metropolitana ao nível do planeamento das acessibilidades e dos parques dissuasores? --  
----- Constatamos a não promoção efectiva do uso de biocombustíveis em toda a frota municipal, no sentido de uma estratégia concertada de redução das emissões de CO2 e consequente melhoria da qualidade do ar em Lisboa. -----  
----- Não vemos que se amplie a rede de corredores verdes, de ciclovias e percursos pedonais, que permitam a ligação a pé ou de bicicleta, protegendo os seus utilizadores, fomentando as actividades económicas, o turismo e a qualidade ambiental da cidade. ---  
----- Recursos Energéticos e Gestão da Água. -----  
----- Como será implementado o plano energético-ambiental conducente a uma utilização mais racional e eficaz de energia na cidade, edifícios, transportes ou gestão urbana? Ou, como se prevê tornar os serviços e edifícios da Câmara um exemplo de boas práticas energético-ambientais? -----

----- Falta implementar um Plano Energético Municipal que promova a divulgação e o uso de energias renováveis, como sejam em edifícios construídos ou em construção, tornando-os mais sustentáveis do ponto de vista energético. Falta dar a importância devida ao escasso recurso Água, evitando quer uma lógica do mercantilismo aplicado à água, quer evitando desperdícios graves, com a adopção de medidas de controlo, racionalização e gestão integrada da água potável no Município. -----

----- Lisboa necessita de uma efectiva promoção do Programa de Gestão Sustentável da Água, com o aproveitamento das águas subterrâneas e da chuva para a rega de jardins e lavagem das ruas, contribuindo para uma utilização sustentada desse escasso recurso, poupando a utilização da água da rede pública e promovendo uma melhor gestão das horas de rega dos mesmos. -----

----- Educação -----

----- Outra matéria que tem apresentado dificuldades é o da Educação, com um reinício do ano escolar no ensino básico pautado por protestos justificados de pais e educadores.

----- Um exemplo. O agrupamento escolar Lindley Cintra. Se se sabia que a escola n.º 109 ia entrar em obras, porque não foram iniciadas logo a seguir ao fecho do anterior ano lectivo, aproveitando deste modo o período de férias escolares? Porquê crianças com aulas em contentores e contentores que estão ainda para chegar da ... Alemanha? --

----- Outro exemplo. Porquê a ausência de condições de segurança, higiene e de pessoal, como no caso da Escola Básica n.º 49 que levaram os pais a fechar o estabelecimento a cadeado? Porquê? Por falta de planeamento! -----

----- E que dizer da empresa Clave de Soft ter contratado os serviços de animadores sócio-culturais e profissionais com outras especializações artísticas, sem qualquer formação na área do ensino da música para leccionar no horário de prolongamento e enriquecimento escolar? Situação agravada por aconselharem os seus animadores a mentirem e sugerirem a prática de fraude fiscal? Como se posiciona a vereação perante a contratação de pessoal sem qualificações para ensinarem Expressão Musical? -----

----- Finanças e Património Públicos -----

----- Perante a dificuldade em liquidar as dívidas a curto prazo e com uma dívida de cerca de mil milhões de euros a longo prazo, porque se endivida cada vez mais o Município? Qual a real situação financeira do Município e que medidas vai tomar para reduzir a dívida? Que dizer quando a Câmara Municipal planeia que as receitas previstas resultem de operações patrimoniais, através de vendas e de permutas, onde uma boa e significativa fatia das receitas que o executivo pretende arrecadar é conseguida através da alienação do património municipal? -----

----- Nada de diálogo nem de estimular orçamentos participados. Por muito que o executivo o negue, porque esbanjam prémios as empresas municipais e são recorrentes os salários em atraso a alguns funcionários da Câmara? -----

----- Já agora, sabem qual a relação financeira entre uns poluidores 379 veículos que a Câmara vai adquirir para Directores de Departamento e Chefes de Divisão e equiparados e a anunciada hasta pública de um património municipal que dá pelo nome de Quinta de Nossa Senhora da Paz, ao Paço do Lumiar? É que a venda da Quinta vai à praça por 4 milhões e duzentos mil euros e as viaturas custarão às finanças camarárias,

pelo menos, 5 milhões de euros. É caso para dizer, vão-se os anéis e, já agora, vendam-se também os dedos. -----

----- Significa que se trata de uma gestão que tem necessidade de recorrer ao futuro para gerir o presente, ou seja, faz-se a gestão do presente hipotecando o futuro. Como? Alienando património. É simples e é o mais fácil, mas, convenhamos, também muito pouco sustentável para uma gestão futura equilibrada. -----

----- Porém, Lisboa precisa da defesa do património público, sua protecção e requalificação, nomeadamente das quintas e palacetes considerados património histórico e cultural, uma vez que este deve ser considerado como parte integrante de um correcto Ordenamento do Território e afecto a uma estratégia de equipamentos e espaços de utilização colectiva e valorização turística e ambiental da cidade. -----

----- Planeamento sustentável -----

----- Há também que assumir uma estratégia concreta de desenvolvimento e ordenamento do território, conduzida por uma revisão transparente e participada do Plano Director Municipal, bem como a elaboração de Planos de Pormenor e de Urbanização eficazes, que culminem num melhor planeamento para a cidade de acordo com o preconizado no PDM. -----

----- Segundo a Ordem dos Engenheiros, a cidade de Lisboa localiza-se numa zona de elevada sismicidade. Assim sendo, onde está o Plano de Sismicidade para as zonas mais vulneráveis e em risco da cidade? Espera-se pela casa assaltada para se lhe colocar trancas à porta? Sabem o que aconselha a Câmara? Medidas de autoprotecção: que o cidadão elabore um plano de emergência para a sua família. -----

----- E o que dizer do diálogo com as Juntas de Freguesia para que tenham mais autonomia de execução, uma vez que estas são aquelas que mais contacto têm com as populações e com os seus problemas do dia-a-dia? Onde está o contacto com as populações, a promoção de visitas da vereação aos bairros e auscultação dos munícipes? Ou será que a Lisboa nada mais anseia do que transformar-se na capital da especulação imobiliária e dos lucros fabulosos dos grupos financeiros? Alguém sufragou os lisboetas se querem uma Lisboa como capital do ‘capital’? -----

----- Para quando uma nova estratégia entre a Câmara e a Administração do Porto de Lisboa, com o objectivo de dar a devida importância a esta infra-estrutura portuária, mas também que devolva a zona ribeirinha ao usufruto dos lisboetas e do turismo em geral? -----

----- Falta promover a participação dos cidadãos e das suas organizações para a definição de estratégias e acções para o desenvolvimento sustentável da cidade, nomeadamente através do Conselho Participativo da Cidade de Lisboa. Falta a elaboração de projectos que reduzam os impactos sonoros das populações adjacentes às vias com maior afluência automóvel, nomeadamente através da implementação de cortinas arbóreas e painéis absorventes do ruído, bem como radares de controlo da velocidade. -----

----- Em conclusão -----



----- O que dizer da falta de resolução e implementação por parte do executivo camarário de muitas recomendações aprovadas por unanimidade nesta Assembleia Municipal? Porquê este diálogo de surdos entre os dois órgãos da cidade? -----

----- O Partido Ecologista “Os Verdes” pede que se responda aos lisboetas com toda a sinceridade: pretende ou não a Câmara gerir a cidade com os cidadãos e para os cidadãos?” -----

----- **O Deputado Municipal Ribeiro Rosa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, no uso da palavra, disse que estavam hoje a debater o estado da cidade, e ouviram o Sr. Presidente da Câmara fazer a análise de tudo o que tem sido feito e relatar todas as acções que a Câmara tem realizado. -----

----- Fazia precisamente um ano que foram eleitos, Câmara e Juntas de Freguesia, e entendia que todos tinham que ficar satisfeitos com o que acabaram de ouvir. Sentiam que existia um rumo traçado, e que com esse rumo, independentemente de todas as vicissitudes e adversidades, tem-se conseguido cumprir o programa, quer na Câmara, quer nas Juntas de Freguesia. -----

----- Mas falava pela sua, Santa Maria de Belém, onde foi e é o primeiro Presidente de Junta do PSD depois do 25 de Abril, uma freguesia que tinha fama de ter gente rica, mas nada mais enganoso. Belém tinha gente de todos os estratos sociais, era uma freguesia verdadeiramente interclassista. -----

----- De qualquer forma, depois de 12 anos consecutivos da coligação PS/PCP na freguesia, o PSD ganhara as eleições pela primeira vez há quatro anos, estavam agora com um ano do segundo mandato, e na Junta também tinham dificuldades, como em qualquer outra, já que são o primeiro elo de ligação à população no terreno, mas entendiam que não obstante a autonomia que deviam ter, e que têm, deveriam ter uma articulação o mais possível ligada à Câmara, para bem das populações, porque, de uma forma complementar, podiam ir realizando as diferentes acções em prol da comunidade. -----

----- E nesta matéria tinha que felicitar a Câmara pelo modelo que acabou por ser escolhido. Inicialmente até nem achara muito bom, teve algumas reservas quando lhe falaram que havia um Vereador especialmente para tratar a parte institucional ligada freguesias, mas agora tinha que reconhecer que foi um modelo bem escolhido e tinha que salientar o papel do Sr. Vereador António Prôa como representante do Executivo, e da sua equipa, pessoas fantásticas que realmente os conseguiam ouvir e atender os desejos na medida do possível. -----

----- Disse, depois, que o maior problema que sentiam no dia-a-dia era a solidão dos idosos aliada a uma certa pobreza envergonhada. Gente já com uma certa idade para quem a Junta se mostrava fundamental, porque uma das suas prioridades era arranjar projectos para ocupar essas pessoas mais desfavorecidas no dia-a-dia. -----

----- Referiu que a árvore de Natal que há dois anos foi construída na freguesia, este ano não estava lá tal como não esteve já no ano passado. Sabia porquê, sabia que foi por bons motivos, porque tinham o Lisboa/Dakar em Belém, mas entendia que isso se podia conciliar. Para o ano deviam fazer um esforço nesse sentido porque achava mais natural a árvore de Natal na zona de Belém, por exemplo junto ao Parque das Missas, porque aí

era perfeitamente compatível e muito mais ajustado do que no sítio onde presentemente estava. -----

----- Seguidamente, referiu que para a sua Junta também as colectividades eram uma prioridade. Quase todas elas eram centenárias, mas se não houvesse apoios da Junta de Freguesia elas praticamente morriam todas. Falava, por exemplo, da Sociedade Musical Instrução e Liberdade, do Desportivo de Pedrouços, do Desportivo do Bom Sucesso, do Belém Clube, da Academia Dramática Familiar, etc., que todos têm recebido apoios da Junta. Não lhes interessava nada a cor partidária de cada um dos dirigentes, aliás, uma das primeiras coisas que fizeram quando ganharam as eleições foi chamar todas as colectividades e dizer-lhes que elas eram algo de muito precioso na vida da comunidade, e que não aceitavam qualquer tipo de partidarização. A colaboração seria com todas aquelas que quisessem colaborar e elas seriam os tentáculos da Junta de Freguesia. -----

----- E assim vinha sendo feito. Por exemplo, podia dizer que foram criadas Salas Internet nas diferentes colectividades, custeadas pela Junta de Freguesia, com livre acesso à população em geral, mas também outro tipo de projectos. -----

----- O Arraial de Belém, que este ano foi ganho pela Junta de Freguesia de Belém que muito se orgulhava disso depois de dois segundos lugares consecutivos, foi também uma realização das colectividades com o apoio da Junta de Freguesia, tendo-se realizado no campo do Desportivo de Pedrouços. -----

----- Têm recuperado várias instalações das colectividades, todos os anos havia verbas para esse efeito porque as colectividades não tinham outra forma de conseguir a manutenção das instalações, mas era óbvio que havia sempre contrapartidas das colectividades para que não fosse só o subsídio pelo subsídio. -----

----- E a colectividade marítima mais antiga da Península Ibérica, a Associação Naval de Lisboa, também estava sediada na Freguesia de Belém, onde estavam também outras colectividades navais, designadamente o Clube Naval de Lisboa, a Secção de Vela do Sport Algés e Dafundo, o Grupo Desportivo de Vela da EDP, com o qual tinham um protocolo para uma escola de vela para crianças. Tudo instituições que enriqueciam muito aquela zona. -----

----- Disse que para a Junta o desporto tinha um papel especial, queriam que a Freguesia de Belém fosse reconhecida como a freguesia do desporto. Ia já na 14ª edição, portanto começara com os seus antecessores, o “Belém-Volei” que mexia, cada vez que se organizava, com 600 jovens de todo o país a praticar volei, durante dois dias, no Jardim Vasco da Gama. -----

----- Por outro lado, também já ia na 4ª edição o “Ragby-Belém”, em parceria com o Belenenses, que também punha cerca de 300 jovens a praticar a modalidade. -----

----- Portanto, como encaravam o desporto como uma escola da vida, investiam muito nessa área. Participaram com 200 pessoas na meia-maratona de Lisboa, também preparavam programas de hidro-ginástica para idosos, e na parte cultural aulas de canto coral, flauta e dissertação de poemas, e na parte da educação, juventude e desporto tinham pequenas obras em escolas, com base nos protocolos de delegação de competências com a Câmara, porque tinham competências próprias e competências

delegadas. E com tudo o que se passava na área da freguesia teriam que ter sempre uma palavra a dizer, teriam que ser atrevidos, teriam que ver o que se passava, não podiam deixar que se realizasse lá nada sem saber o que se estava a passar, mesmo que não se enquadrasse nas competências próprias da Junta. -----

----- Tinham também aulas de inglês; as salas de Internet na Junta e nas colectividades estavam sempre cheias; iniciaram agora o projecto “Verde aos Molhos”, com o Instituto Português da Juventude sobre os espaços verdes; a construção de um parque desportivo na Rua António Abreu, para futebol, basquetebol e andebol; tinham um programa de alfabetização de adultos; apoiaram e continuavam a apoiar várias modalidades, quer no Belenenses, quer no Casa Pia Atlético Clube, nomeadamente o hóquei em campo, o pentatlo, o karaté, o atletismo, modalidade em que havia um grupo *ad-hoc*, os “Amigos de Belém”, que eram apoiados pela Junta e que participavam em maratonas em todo o território nacional, o FUTSAL, o voleibol, ginástica para idosos. Enfim, muitas modalidades que a Junta apoiava. -----

----- Estavam também em vias de apoiar um pólo do centro de iniciação de ténis do Estádio Nacional, em Belém, e aulas de danças de salão e de folclore. -----

----- Em matéria de apoio social, disse que têm feito vários passeios para idosos, a organização de bailes e outro tipo de festas, as festas do Natal e da Páscoa, o magusto gigante anual era uma realidade. O Projecto Intervir tem sido sempre um grande sucesso contra as dependências diversas, quer seja do tabaco, das drogas e do álcool, na componente de prevenção. O Programa Praia-Campo Sénior este ano foi o primeiro e correrá muito bem na ligação Câmara e Juntas de Freguesia. Tinham um espaço ecológico cuja manutenção era feita não por funcionários mas por voluntários do Projecto Intervir, portanto pelos idosos da freguesia que tratavam dos animais, das árvores, de tudo, várias acções têm sido realizadas com as instituições, e o voluntariado para a Junta era fundamental. -----

----- Sendo a Junta de Belém uma Junta com poucos funcionários, quatro ao todo, funcionava com assessorias nos diferentes Pelouros, que não recebiam dinheiro como era evidente, e também voluntariado em diversos domínios, nomeadamente no domínio jurídico a que chamavam “Apoio à Cidadania”, apoio domiciliário, ocupação de tempos livres e apoio à educação. -----

----- Também no domínio da segurança estavam contentes porque a visibilidade da polícia tem sido superior, e podiam confirmar, preto no branco, que do ano passado para este se conseguira baixar a taxa de furtos naquela zona em 14%. Várias operações stop e rondas a pé eram visíveis, operações stop às tantas horas da noite eram uma realidade. E o apoio às corporações de bombeiros, nomeadamente aos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, que são os bombeiros da zona, também tem sido uma constante. -----

----- Na área do ambiente e espaços verdes, disse que fizeram a construção e reabilitação de jardins da Rua Duarte Pacheco Pereira, do Largo Alves Miguel, da Rua Martins Barata e da Rua António Abreu, muitos desses em ligação com a Câmara e tinham a manutenção de outros através de protocolo de delegação de competências. ----

----- E para esta questão dos espaços verdes permitia-se chamar a atenção do Sr. Vereador António Prôa porque os jardins não estavam no estado óptimo que desejavam que estivessem, embora soubesse que a Câmara estava a envidar esforços para que muito em breve tivessem resultados mais positivos nessa matéria. Aliás, estavam também a criar um grupo de voluntários para intervir nos jardins e espaços verdes. -----

----- Em termos de urbanismo e património disse que também tiveram várias acções, que não referia porque tinha pouco tempo. -----

----- Disse, ainda, que desejava deixar bem claro nesta ocasião, que da parte da Junta continuariam a lutar, diariamente, em conjunto com a Câmara, no sentido de irem ajudando a criar cada vez mais melhores condições de vida para todos aqueles que viviam e trabalhavam em Lisboa, nomeadamente e de forma especial na Freguesia de Santa Maria de Belém. -----

----- Terminou dizendo ao Sr. Presidente da Câmara e à Vereação que contassem com eles e que fossem em frente trabalhando em prol da comunidade, porque era isso que as pessoas esperavam deles. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Belém Roseira (PS)**, no uso da palavra, disse que ouviu atentamente a exposição do Sr. Presidente da Câmara e apreciara o destaque que deu às questões relacionadas com a mobilidade. Também ela, em Maio passado, elabora Moção que ali apresentara, Moção essa que pretendia atacar e sublinhar aquilo que, em seu entender, eram os principais problemas da mobilidade. -----

----- Pela veemência com que vivia essas questões, porque considerava que hoje dos problemas mais difíceis com os quais se debatiam era a questão da conciliação, e a questão da conciliação das actividades com a vida de cada um dependia muito da maneira como conseguiam circular na cidade e fazer uma gestão adequada dos tempos, essa linguagem forte foi interpretada pelo Grupo Municipal do PSD como uma linguagem de ataque à Câmara, quando o que pretendia ser era uma linguagem de reforço à Câmara para ela exercer as suas competências no domínio da regulação da circulação na cidade. -----

----- E continuava agora a pensar como pensava então, isto é, que era absolutamente essencial respeitar, porque quem não cumpria as adequadas regras da mobilidade eram todos os agentes que na cidade contribuía para que isso não acontecesse, portanto isso interferia com a forma de exercício responsável da cidadania, mas tinham que ser ajudados pelos poderes públicos para cumprir, de forma responsável, essa mesma cidadania. -----

----- Portanto, o apelo que fez foi um apelo à Câmara para o exercício das suas funções de autoridade e a demonstração do apoio do PS se essas funções de autoridade fossem exercidas no objectivo adequado e correcto de garantir uma também adequada circulação na cidade. -----

----- Então como hoje, considerava que uma intervenção dessa natureza devesse reforçar os poderes da Câmara, dar apoio aos poderes da Câmara e ao exercício das suas funções, porque era também essa a função do PS, enquanto Grupo Municipal da Oposição responsável que pretendia ser. -----

----- Por isso, tendo apreciado muito aquilo que o Sr. Presidente da Câmara referira relativamente a esse propósito, desejava também dizer-lhe, porque isso lhe dizia muito, que continuaria a acompanhar essa acção e daqui a um ano ali estariam para fazer a avaliação daquilo que a Câmara foi capaz de fazer nesse domínio, solicitando, desde já, a especial atenção para três aspectos que lhe pareciam essenciais. -----

----- Um deles, porque em tudo tinham que fixar prioridades como era óbvio, o respeito pelos corredores BUS, eles estarem livres para que efectivamente o transporte público pudesse circular com a adequada fluidez que devia ser sua característica; outro aspecto, a questão do estacionamento selvagem junto das instituições que também faziam o prestígio de Lisboa, porque era absolutamente indispensável que fossem capazes de garantir a adequada visibilidade e os respeito dessas mesmas instituições; e um terceiro aspecto que lhe parecia essencial que era o da segurança dos peões nas passadeiras, porque o estacionamento selvagem em cima das passadeiras era impeditivo da segurança dos peões na circulação na cidade, e uma outra especial atenção às barreiras arquitectónicas que um pouco por toda a cidade ainda não estavam resolvidas e mereciam também receber atenção prioritária por parte do Executivo camarário. -----

----- Por fim, disse que gostava de referir, enquanto Presidente de uma Comissão Permanente porque também lhe competia prestar contas, que tem sido óptimo o ambiente, e com certeza seriam os Deputados Municipais da maioria e todos os outros a confirmarem esse mesmo ambiente de trabalho. Têm realizado reuniões com os Vereadores, menos do que gostariam porque, infelizmente, uma das reuniões foi desmarcada no próprio dia em cima da hora, tinha a certeza que isso não aconteceria se a reunião fosse com o Sr. Presidente da Câmara e lá chegaria a altura em que com ele teriam que reunir, tiveram já uma óptima reunião com o Sr. Vereador António Prôa, que foi muito produtiva, e exerceriam as suas actividades, que eram actividades de fiscalização, de acompanhamento e de apoio à actividade da Câmara, porque queriam, efectivamente, que a Cidade de Lisboa fosse uma cidade prestigiada, uma cidade que honrava os seus munícipes e uma cidade que contava com a colaboração de todos para fazerem dela aquilo que os portugueses dela esperavam por ser a capital do País. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que no discurso que o Sr. Presidente da Câmara fez no passado dia 5 de Outubro, um ponto tocara especialmente a sua atenção. Para os que lá não estiveram, informava que o Sr. Presidente da Câmara fizera uma interessante prelecção, que se poderia intitular “origens e futuro do municipalismo em Portugal”. Citara Alexandre Herculano, autarca, e um antigo membro da Assembleia Municipal de Lisboa, o historiador César de Oliveira, que recordavam com saudade. -----

----- Evocara o Sr. Presidente da Câmara o papel dos diversos elementos estruturantes do Poder Local, nomeadamente as freguesias e os concelhos, e alvittrara a criação de um órgão executivo intermédio entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal nos grandes aglomerados. Não referira, ao que se lembrava, o papel do parlamentarismo municipal neste cosmos, mas as Assembleias Municipais constituíram-se como fórum de discussão dos problemas das cidades, eram canais privilegiados nas relações entre governados e governantes onde os primeiros punham aspirações e os segundos

prestavam contas. E aí, quando se esboçava o diagnóstico sobre o estado da cidade, surgia um sintoma dos mais alarmantes da actual gestão municipal. -----

----- Recordou que um Deputado Municipal disse há dias que a ala esquerda da Assembleia Municipal baseava todas as intervenções no disse que disse e no que vinha nos jornais. Era bem verdade, infelizmente! Entre eles, a população que representavam e o Executivo sobrepunha-se uma barreira de incomunicabilidade, de opacidade, de autismo de onde emergiam de quando em quando casos. -----

----- Essas divergências e contradições eram geradas, sobretudo, pela ausência de uma linha de pensamento que apontasse claramente para a cidade futura e o seu funcionamento, e que deveria ser vertida num Plano Director que era o instrumento municipal de planeamento que permitia, perante a cidade que tinham, antever, imaginar e sonhar a cidade que queriam. -----

----- E a verdade era que se um Pelouro afirmava que o trânsito de atravessamento deveria ser banido da cidade, outro construía dispendiosa infra-estrutura que permitia e convidava que se entrasse por um lado da cidade e se saísse pelo outro. -----

----- A polémica entre a proliferação ou contenção da circulação e do estacionamento nas zonas históricas, estava acesa e cada qual puxava para o seu lado. Se estudos, aceites e louvados, afirmavam que se deveria fomentar a fixação das actividades criadoras de postos de trabalho e produtoras de riqueza, a política de licenciamento que se praticava fazia encher de condomínios fechados cada fabrica que se abatia, todo o equipamento que se desactivava, cada buraco que surgia. -----

----- A vontade de defender e valorizar o património paisagístico como bem cultural, a claridade mediterrânica, o perfil da cidade, a frente ribeirinha, quebrava-se contra a autorização de construir edifícios altos onde quer que fosse. E surgiam perguntas! -----

----- Loteamento ou agregação? Planos de pormenor ou projecto urbano? Quando se deveria usar o processo simplificado? Como se media uma cércea? Os índices de características numéricas eram calculados *a priori* ou *a posteriori*? Tudo isto respostas que um PDM devia dar! -----

----- Os casos que surgiam dessa cortina de opacidade eram todos envolvidos em controvérsia, e todos vividos sobre a ausência de um PDM. -----

----- E aqui formulava a pergunta: para quando a discussão do PDM na Assembleia Municipal? Não lhes chegava a aprovação de um plano finito, era privilégio da Assembleia participar na sua feitura. -----

----- **A Deputada Municipal Lídia Fernandes (BE)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “A tão badalada proposta de revitalização para a Baixa-Chiado é mais um sintoma do desnorte de um Executivo camarário sem estratégia e que delega ao invés de decidir, lança operações de *marketing* ao invés de promover o debate público. -----

----- A degradação de uma cidade que foi envelhecendo, perdendo habitantes impunha a definição de uma estratégia de reabilitação que aproveitasse recursos, e não que os duplicasse e implicava um sério comprometimento dos poderes autárquicos. De uma estratégia que não ficasse refém dos interesses e especulação imobiliária, e do clientelismo político. Ora o executivo PSD/PP propõe a criação de sociedades de

reabilitação urbana como formula milagrosa para inverter o processo de degradação da cidade, com a conseqüente transferência de competências, desaproveitando recursos, e risco de alienação de património e investindo numa estratégia financeira (a dos fundos de investimento) que reforça ela própria a lógica da especulação imobiliária. -----

----- As perspectivas actuais sobre a Baixa-Chiado demonstram bem a falência deste modelo. Quintuplicam-se as entidades que se supõe intervir nessa área da cidade – SRU-Baixa Pombalina, Unidade de Projecto Baixa-Chiado, Agência de Promoção da Baixa-Chiado, Comissariado da Baixa-Chiado. Como se não bastasse pretende-se criar mais duas empresas municipais para fazer a gestão do projecto. Como bem apontou um grupo de cidadãos do Fórum Cidadania, “é a solução preferida em Portugal, quando não se sabe o que se quer, nem como fazer, nem por onde começar, nem nada”. E uma opção que só aumentará o peso dos custos gestão, a confusão e sobreposição organizativa e não augura perspectivas de eficácia. Utilidade? Só se for a de responder a clientelismos partidários e dar lugares a *boys*. -----

----- Ao que parece o projecto apresentado pelo Comissariado presidido pela Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto é atraente por fotografia: uma frente ribeirinha de um quilómetro, sem automóveis, a possibilidade de escadas rolantes até ao Castelo, projectos de conversão de áreas do Terreiro do Paço em hotéis, o alargamento do Museu do Chiado, um centro comercial ao ar livre, mais parques estacionamento e uma relíquia – a da circular das colinas, prevendo-se furar as colinas da cidade com túneis sob o Jardim da Estrela e Penha de França. -----

----- Com um misto de novas e velhas ideias, bons e maus projectos, o projecto sofre vários problemas de raiz. -----

----- O primeiro é de natureza estratégica. -----

----- A Baixa lisboeta é o coração da cidade com a importância que tem não só para os que vivem em Lisboa mas também para os que aqui trabalham. É essencial por isso um correcto enquadramento numa estratégia de planeamento de toda a área metropolitana, de todo o plano de mobilidade e enquadrado no próprio PDM da cidade. -----

----- O segundo tem a ver com a ideia de que sem mais estacionamento subterrâneo é impossível melhorar a qualidade de vida dos potenciais novos residentes. Desvirtua a ideia de qualidade de vida e, ao pretender esburacar a cidade, restringe as soluções para os problemas de trânsito. -----

----- O terceiro é de natureza democrática, ainda hoje ouvimos o Sr. Presidente referir por mais de uma vez o Projecto da Baixa-Chiado. Mas, pergunto eu, alguma vez esse projecto foi apresentado e discutido nesta Assembleia, em Comissões ou em Plenário? -

----- A verdade é que está em causa uma zona central da nossa cidade, com condições de candidatura à UNESCO enquanto património da humanidade. -----

----- Enfim, em causa está o interesse público. -----

----- Requer por isso uma outra atitude do Executivo perante esta Assembleia e perante a cidade.” -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves Silva (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, no uso da palavra, leu o seguinte documento: --

----- “Falar do Estado da Cidade implica necessariamente falar de pessoas e de medidas que melhorem o Estado da Cidade, em prol das pessoas e disso o PSD pode falar. -----

----- Em primeiro lugar queríamos aqui deixar uma palavra de apreço e reconhecimento ao Sr. Presidente, Prof. Carmona Rodrigues, e ao Sr. Vereador Sérgio Lipari, pelo empenho demonstrado na execução de projectos e políticas para a Acção Social, Educação e Criança. -----

----- No âmbito destes Pelouros, em cerca de 11 meses, realçávamos, entre várias actividades e projectos apenas aqueles que julgamos mais emblemáticos, e que a oposição em geral se esqueceu de mencionar naturalmente porque são projectos com sucesso e que não interessa reconhecer. -----

----- 1. Conselho Municipal de Educação -----

----- Foi finalmente posto em actividade o Conselho Municipal de Educação, Conselho que estava inactivo desde 2002, tendo os seus membros já tomado posse em Setembro passado. Foi já apresentada uma Carta de Equipamentos Educativos, Carta essa que se encontra já em discussão pelo Conselho Municipal. -----

----- 2. Enriquecimento Curricular -----

----- Com coragem a Câmara assumiu-se como entidade promotora no enriquecimento curricular, garantindo de forma gratuita e universal, em todas as escolas da rede pública de Lisboa o ensino do Inglês, Musica, Actividade Física e Desportiva e introdução à cidadania, sendo esta última uma determinação fundamental do actual Executivo para a promoção da aceitação da diferença atendendo à existência de 20% de crianças de minorias étnicas que frequentam as nossas escolas. -----

----- O sucesso deste desafio define-se quando é a próprio Governo a reconhecer que a Câmara Municipal de Lisboa tem tido um papel fundamental na prossecução deste objectivo nacional que é o de melhorar cada vez mais a nossa qualidade de ensino e promover uma consciência cívica nas crianças. -----

----- Uma vez mais a Oposição e em particular o PS deixaram passar uma medida emblemática. -----

----- 3. Componente de Apoio à Família -----

----- Neste âmbito, Senhoras e Senhores Deputados, cumpriu-se a promessa eleitoral que muitos duvidavam ser possível. -----

----- Hoje, entre as 8:00 e 9:00 horas e entre as 17:30 e 19:00, é possível, graças a um esforço financeiro por parte da Câmara, de cerca de 2 milhões de euros, deixar as nossas crianças em segurança nas Escolas. -----

----- Com esta grande conquista conseguiu-se assim a reconciliação entre a vida familiar e a vida profissional dos Educadores. É sem duvida uma medida emblemática. -----

----- Quando o Governo aumenta a tributação sobre os cidadãos, a Câmara Municipal de Lisboa, ao contrário e pela 1ª vez promove a desoneração dos orçamentos familiares. Aqui uma vez mais o PS assobiou para o ar pois reconhecer o sucesso é difícil. -----

----- 4. Fornecimento de Refeições nas Escolas -----



----- Desde 1986 que está em vigor uma determinação, imposta por despacho Ministerial, de fornecimento de refeições para as crianças que frequentam as escolas da Rede Pública. -----

----- No entanto, só agora e pela primeira vez conseguiu este Executivo efectuar um Concurso Público Internacional, envolvendo uma verba na ordem dos cinco milhões de Euros, que cumprisse os requisitos e os prazos legais de forma transparente, tendo antes do início do presente ano lectivo adjudicado o fornecimento de todas as refeições. -----

----- Foi ainda conseguido um aumento da taxa de cobertura, sendo que neste momento nas 96 Escolas do Ensino Básico e nos 61 Jardins-de-infância o fornecimento abrange cerca de 96 %, repito, 96 %. -----

----- Nesta matéria estranha também o PSD que nenhum elemento da oposição tenha reconhecido o empenho e o sucesso atingido. -----

----- 5. Plano de Reconversão das Escolas -----

----- Trata-se de um edifício com um grau de manutenção muito precário que nunca foi abrangido por um plano de reconversão. -----

----- Porém e tendo consciência da gravidade deste problema foi finalmente criado um plano, plano esse que, como foi já publicamente referido pelo Sr. Vice-Presidente, Dr. Fontão de Carvalho, vai contar com a disponibilização de 30 milhões de euros, através de uma parceria público-privada, para que assim a reabilitação dos edifícios escolares seja uma realidade para breve. -----

----- Também aqui esperaríamos um reconhecimento do PS, que durante 12 anos com o PCP, governou Lisboa e nada fez para reabilitar as Escolas. -----

----- 6. Rede Social -----

----- Com apenas cinco meses de mandato assinou-se um protocolo fundamental para tornar eficaz e articulada a política de desenvolvimento social da cidade de Lisboa. Com a criação da Rede Social vai ser uma realidade a parceria dinâmica entre a Câmara e todos os parceiros sociais que laboram na cidade. -----

----- Sr. Vereador Sérgio Lipari, sabemos que se empenhou pessoalmente e que no âmbito deste projecto reuniu já com cerca de 292 IPSS, para que seja criado brevemente o Conselho Local de Acção Social e as Comissões Sociais de Freguesia, instrumentos fundamentais para a operacionalização deste projecto. -----

----- 7. Centro de Inovação e Empreendedorismo Solidário -----

----- Aprovado em Maio último este Centro irá lançar os alicerces de um novo caminho entre a coabitação da Economia Social com a Economia de Mercado, promovendo a auto-sustentabilidade das IPSS bem como a auto-estima das pessoas mais vulneráveis que a elas recorrem. -----

----- Queremos aqui dar reconhecimento público à Comissão de Peritos, que está neste momento a elaborar um plano estratégico para apresentar até ao final do ano, de inquestionável competência tais como: -----

----- O Prof. Doutor Ribeiro Mendes, Ex-Secretário de Estado da Segurança Social do Governo de António Guterres; -----

----- O Eng.º Parra da Silva, Presidente da Associação de Ética Empresarial; -----

----- A Dra. Cristina Louro, actual Vice-Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa; -----  
----- Dra. Cândida Santos, professora do Instituto Superior de Serviço Social; -----  
----- O Dr. João Freire, responsável pelo projecto Microcrédito Millenium BCP. -----  
----- Todos eles estão de parabéns pois após o Sr. Vereador lançar o desafio da criação do Centro de Inovação e Empreendedorismo Solidário, todos estes profissionais empenhados aceitaram, de forma gratuita, participar na criação de mais um projecto inovador para Lisboa, que julgamos ser um dos mais emblemáticos desta relação pois representa o início do fim da subsídio-dependência. -----  
----- Uma vez mais registamos a indiferença da oposição a um projecto marcante. É fácil criticar, o difícil é reconhecer os sucessos do actual Executivo. -----  
----- Ao Partido Socialista queremos agradecer a oferta das suas propostas a preços de saldo mas foi exactamente por terem muito pouco valor eleitoral que os lisboetas não as quiseram, escolhendo sim as propostas da equipe que dirige os destinos da Câmara e em particular as propostas do PSD e de Carmona Rodrigues. -----  
----- Para terminar queremos desejar o maior sucesso para a 1ª Assembleia da Criança, que se irá realizar neste mesmo auditório, no próximo dia 26, projecto este também inovador onde pela primeira vez se irão receber contributos das crianças de Lisboa no sentido, de também elas participarem no objectivo deste Executivo, no objectivo de todos nós, o objectivo de melhorar cada vez mais Estado da Cidade.” -----  
----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, no uso da palavra, disse que nesta sua intervenção ia colocar a tónica num tema que era muito caro ao PS, que já hoje ali foi referido e que deveria ser também caro ao Executivo camarário – não lhe parecia que fosse – que era a escola. -----  
----- De facto, existia um afastamento efectivo da Câmara em relação àquilo que devia ser uma gestão correcta e atenta do parque escolar público e um claro e evidente investimento no ensino privado. Colocava-se então uma questão muito pertinente: seria este o rumo que todos queriam para a cidade? -----  
----- Mas lembrava o que o Sr. Presidente da Câmara disse, escreveu e defendeu no seu programa eleitoral: “Sobre o Parque Escolar de Lisboa. Um ensino de excelência e necessita de condições apropriadas, a escola tem de ser apelativa, é preciso requalificar e modernizar o parque escolar”. E reiterara também a importância de reforçar a segurança nas escolas. -----  
----- Ora, como era do conhecimento geral, Lisboa era uma cidade em crescente envelhecimento pelo que se tornava necessário pôr em prática políticas de atracção e de captação para novos habitantes, política essa que estava a falhar redondamente e os sinais estavam amostra. -----  
----- Tinha de existir por parte dos responsáveis camarários, e o Sr. Presidente da Câmara era o primeiro responsável da edilidade, uma preocupação no sentido de fixar os jovens na cidade e, mais do que os jovens, as jovens famílias. Lisboa tinha de ser uma cidade de futuro, e o futuro começava na escola. O problema era que o parque escolar básico, ou seja os primeiros degraus do ensino, não correspondia, obviamente, a uma cidade capital. -----

----- Como podiam fixar os jovens em Lisboa se um dos factores fundamentais era a escola, e as escolas básicas da cidade não correspondiam de todo aos parâmetros que se esperavam de uma capital europeia? Era preciso responsabilizar a autarquia por um investimento sério, de carácter e de função social da escola pública, e era preciso também expor, publicamente, o facto da Câmara descurar esse investimento precioso na escola pública e a sua resposta recair sistematicamente no ensino privado. A Câmara tinha o dever de investir no público e a escola tinha que ter a dignidade que merecia, mas que não tinha. A Câmara estava a contribuir para uma política de abandono da cidade e não de fixação, a escola tinha que ser um pólo de atracção da cidade e não de abandono. -----

----- Disse, ainda, que o PS não era nem seria conivente com o facto de se estar a contribuir constantemente para um claro e concreto desinvestimento público, que por sua vez se estava a traduzir numa acentuada clivagem social. Era triste saber que em Lisboa existiam escolas com problemas intensos de degradação, que necessitavam de intervenções de fundo de forma a serem garantidas as mais elementares condições escolares e pedagógicas. -----

----- Prosseguindo, disse que muito já se tinha falado ali sobre TPC e a verdade era que o PS fez o seu trabalho de casa, e podia afirmar hoje, ali, que havia escolas em Lisboa onde chovia, como, por exemplo, a EB1 do Bairro do Restelo; escolas onde as cozinhas e os refeitórios não tinham condições de funcionamento, caso da EB1 Infante D. Henrique, nos Olivais; escolas com esgotos e com WCs avariados, como a B1 Leão de Arroios; escolas com infestações de ratos, como a EB1 n.º 18, nos Prazeres; escolas em risco de derrocada como a EB1 das Gaivotas, no Beato; escolas com falhas evidentes de segurança nos pátios e nos logradouros, como a EB1 Fernanda de Castro; escolas a aguardar sucessivamente obras há mais de 10 ou 20 anos, como a EB1 n.º 57, em Telheiras. -----

----- Por outro lado, com problemas concretos, casos reais, continuavam as escolas EB1 do Carmo, EB1 n.º 53 em Marvila, EB1 n.º 20 no Beato e EB1 n.º 121 no Campo Grande, entre muitas outras que eram da responsabilidade da Câmara. A situação era demasiado grave para se fecharem os olhos, a Câmara tem-se desresponsabilizado da gestão do parque escolar básico e este era o resultado. Havia aí uma falha clara de gestão, uma falha clara de estratégia social, uma falha clara que afectava crianças e famílias e que afectava diariamente os lisboetas. A palavra de ordem deveria ser a reabilitação e a modernização, e não a inércia e a apatia. -----

----- Desafiou o Sr. Presidente da Câmara a visitar as escolas para ver o nível de degradação a que estavam a chegar, e pediu que a edilidade não fugisse das suas responsabilidades e dedicasse à escola pública mais atenção do que ao sector privado, porque o caminho que vinha sendo escolhido era exactamente o oposto. -----

----- A terminar, disse que o PS se congratulava por a maioria reconhecer a importância do enriquecimento curricular, dado que se tratava de uma medida directa de apoio do Ministério da Educação que a Câmara estava a pôr em prática. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, no uso da palavra, disse que ia colocar algumas questões

esperando ouvir respostas por parte da Câmara, em especial do Sr. Presidente, porque se tratava de problemas que afectavam profundamente os moradores, e era sobretudo nos moradores que pensavam quando tratavam do estado da cidade. -----

----- Disse, então, que se mantinham e tinham tendência a agravar-se os problemas colocados há mais de dois anos no que dizia respeito ao problema do trânsito em Alfama. -----

----- Designadamente, ocorriam frequentes e persistentes casos de estacionamento indevido dentro do bairro, em várias situações o regulamento não era cumprido porque havia falta de fiscalização e havia também falta de empenho em fazê-lo cumprir. Faltavam respostas em relação à necessária intervenção no espaço público, como a pintura das passadeiras, dos lugares de estacionamento e a afixação de informação a indicar a localização dos parques de estacionamento mais próximos. Faltavam lugares de estacionamento para moradores e comerciantes, situação que se agravava com a colocação de estaleiros e de contentores das obras. E esses problemas levavam a que não fossem concretizados os objectivos que levaram ao condicionamento do trânsito no bairro, frustrando as expectativas criadas. -----

----- Disse que essas e outras questões foram já colocadas, pela Junta, por escrito ou em reuniões com a Sra. Vereadora, mas sem resposta alguma. -----

----- A situação em relação ao trânsito estava a tornar-se muito grave e exigia medidas urgentes. Presentemente, em algumas ruas era tão difícil entrar um carro de socorro como antes do condicionamento, e, mais grave ainda, era que agora existia um sistema pago com dinheiro dos contribuintes que deveria servir para controlar a entrada dos automóveis. -----

----- Quanto à intervenção da Câmara na reabilitação urbana numa área de grande importância como era o Bairro de Alfama, verificavam que as obras demoravam muito. Eram montados estaleiros e andaimes mas as obras não começavam. Depois começavam mas não se sabia quando acabavam, como acontecia nos prédios do Beco do Espírito Santo, onde os moradores e os donos dos restaurantes estavam fartos de se queixar dos andaimes e das coberturas que lhes tapavam o sol e não os deixavam respirar. Para agravar, tratava-se de moradores idosos e com alergias ao pó que se acumulava nas coberturas dos andaimes. Era urgente que as redes que tapavam os andaimes fossem substituídas ou até retiradas. -----

----- Referiu que na Rua Guilherme Braga arrastavam-se as obras num prédio municipal, os moradores, pessoas idosas, estavam realojados em vários pontos da cidade e perguntavam quando poderiam regressar. Essa obra deveria estar pronta em Junho passado, mas pelo andar da carruagem nem em Junho do próximo ano os moradores poderiam regressar às suas casas. Na Rua da Regueira há mais de três anos que foi colocada uma tela a tapar um edifício municipal, mas até ao momento nada foi feito. -----

----- Por outro lado, a fiscalização em relação à montagem dos estaleiros era bem deficiente. Os empreiteiros pediam autorização à Câmara para montar estaleiros e, enquanto esperavam, iam fazendo a montagem. Quando se dava conta surgiam

estaleiros enormes e andaimes que incomodavam os moradores e retiravam lugares de estacionamento. -----

----- No Largo do Terreiro do Trigo há mais de dois anos que foram colocados contentores para realojar comerciantes, o que não aconteceu e hoje os contentores continuavam a ocupar a via pública. Esses contentores ficavam em frente a um restaurante. -----

----- O lavadouro público do Beco do Mexias, destruído há mais de três anos pelo rebentamento de um colector de água, ainda não estava em funcionamento apesar da Câmara o ter recuperado. Não podiam colocá-lo ao serviço da população porque a intervenção de substituição do colector na Rua da Regueira ainda não acontecera e as inundações do lavadouro eram constantes. Foram informados, por um técnico responsável, que estava tudo tratado para se iniciar a obra, só faltava assinar o contrato com o empreiteiro. Seria que iam ter resolvido esse grave problema este ano? É que já chegava de inundações e prejuízos. -----

----- Continuando, disse que os prédios municipais que passaram para a EPUL, em Junho e Outubro de 2003, continuavam fechados e emparedados, alguns estavam assim há mais de 15 anos e não havia informação sobre o início da obra. Na Rua Guilherme Braga estava um prédio com obras paradas há mais de 12 anos e cujo proprietário, nesse tempo todos, apenas substituíra os andaimes. -----

----- Mas prioritária deveria ser a construção da creche, equipamento pelo qual o povo da freguesia e de Alfama ansiava e cuja concretização esperava há mais de 12 anos. O projecto existia, estava aprovado pela Câmara e pela segurança social, era urgente a construção da creche prevista para o Beco do Loureiro. -----

----- O programa Lx Porta-a-Porta estava desvirtuado na sua função, há alguns meses que não funcionava a 100%, o tempo de espera era cada vez maior, os utentes chegavam a esperar mais de uma hora o que era excessivo para um percurso de poucos quilómetros. Esse programa era ou não para manter? Ou seria que aos poucos iam retirando as carrinhas a pretexto de estarem avariadas e assim acabar o Porta-a-Porta? Com isso a população seria muito prejudicada até porque com a reestruturação da Carris não ficaram melhor servidos, antes pelo contrário. -----

----- Quem conhecia a população e o bairro já esperava que não falasse de obras grandiosas, mas debatendo o estado da cidade queria chamar a atenção para a necessidade de resolver problemas que, não proporcionando manchetes de jornais nem aberturas de noticiários, eram muito importantes para quem com eles vivia todos os dias. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que este era, de facto, um momento importante para a Assembleia Municipal, o momento em que se fazia o debate do estado da cidade, tão importante como aquele que era o debate da nação, salvaguardadas as devidas distâncias. Portanto, era ali e agora que deviam ouvir da Câmara aquilo que foi a sua execução, o seu desenvolvimento durante o ano passado e, naturalmente, apresentarem as críticas que deviam apresentar. -----

----- Disse que daquilo que ouviu até ao momento, tinha que salientar três belíssimas intervenções que não podia deixar de relevar: a intervenção do Sr. Presidente da

Câmara, a intervenção do seu colega, Deputado Municipal Saldanha Serra, e a intervenção da Deputada Municipal Maria de Belém Roseira, de facto três excelentes intervenções que tinha que saudar. -----

----- A do Sr. Presidente da Câmara porque, de facto, ao contrário do que ali foi dito, fizera uma explanação completa e exaustiva daquilo que foi a actividade da Câmara durante o último ano, revelando exactamente o conceito e a congregação, em termos de esforços, e a interdisciplinaridade que uma Câmara teria que ter. Ao contrário do que ali foi dito, ele demonstrara que tinha uma equipa coesa, que estava a trabalhar em comum, que sabia o que estava a fazer e sabia para onde ia. E isso foi muito importante porquanto ficou demonstrado, a todos, que o Sr. Presidente da Câmara era, efectivamente, o líder da maioria, era ele quem liderava o conjunto do Executivo que governava a cidade. -----

----- Relativamente às demais intervenções, disse que não podia deixar de referir o começo da intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, quando disse que este debate sobre o estado da cidade tinha começado há duas horas e só então se iniciava o contraditório, quando, como era sabido, essas eram exactamente as regras, porque no tempo em que o PS e o PCP tinham maioria, primeiro falava a Câmara, depois falava o PCP, depois o PS e só depois é que falava o PSD. Isso era bem pior, mas o PSD nunca apresentara tal como desculpa para qualquer falta de capacidade de intervenção. Era diferente! -----

----- Ainda sobre a intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que ele fez basicamente queixas sobre o mandato anterior. Só que esse mandato já foi julgado e, infelizmente para o PS, foi julgado de forma favorável ao PSD, as propostas do PS e todos os seus candidatos foram derrotados amplamente nas urnas, portanto o julgamento foi dado, isso aí era um assunto arrumado! O que estavam agora a fazer era o debate do estado da cidade relativamente ao ano que o actual Executivo tinha de acção, e o povo julgaria! -----

----- Por outro lado, as considerações pessoais que o Deputado Municipal fizera sobre a personalidade do Sr. Presidente da Câmara não lhe ficavam bem. Reconhecia que o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha um sentido de humor às vezes um bocadinho fora do sítio, mas, de facto, não lhe ficava bem chamar “naif” ao Sr. Presidente da Câmara, dizer que não era um líder mas um homem que andava ao sabor da onda e não governava a cidade. E não lhe ficava bem porque o Deputado Municipal Miguel Coelho sabia exactamente que isso era mentira. -----

----- Aliás, o Deputado Municipal Miguel Coelho acrescentara, ainda por cima, que havia sensibilidades entre os Vereadores, e isso levava-o a perguntar-lhe se queria maiores sensibilidades que aqueles que existiam no tempo em que o PS era maioria. Lembrava-se disso? Lembrava-se daquilo que era dito nos corredores por todos? Mas nunca o PSD ali apresentara isso como razão para que a governação da cidade não fosse a melhor. -----

----- Mas que críticas, mas que surdinas ouviam todos os dias relativamente àquilo que era a actividade, nomeadamente do Dr. João Soares. Mas nunca isso ali foi apresentado nesses termos. -----

----- De facto, não era elegante o Deputado Municipal Miguel Coelho apresentar esse tipo de considerandos, até pela perspectiva que tinham na Assembleia de que ele representava, de alguma forma, o líder da Oposição, o líder do maior partido da Oposição que, naquilo que era a lógica do poder, poderia, naturalmente – daqui a muito tempo esperava – ter também a gestão da Câmara. Portanto, tinham que pensar que o que hoje diziam amanhã podia cair-lhes em cima. -----

----- Disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho falara sobre a problemática das escolas, à semelhança de outros oradores da Oposição, e foi ali dito por um orador, talvez num *lapsus lingue*, que havia escolas que precisavam de obras há 20 ou 30 anos e isso efectivamente era verdade. A prova disso, era que, de facto, tem sido feito um esforço enorme no sentido da recuperação do parque escolar e também era verdade que não estava todo já recuperado. Era verdade que os problemas não estavam todos resolvidos, mas era impossível uma cidade ter todos os seus problemas resolvidos. Era impossível! Portanto, aquilo que estava a ser feito era uma acção activa que não foi feita no tempo da maioria de esquerda, relativamente à recuperação do parque edificado escolar. -----

----- Referiu que quando este Executivo tomara posse eram necessários 50 milhões de euros para providenciar a recuperação do parque escolar, e estava a ser feita uma parceria público-privada no sentido de obter esses meios para se poder, mais activamente, recuperar as escolas todas para que as crianças, que eram o investimento futuro, pudessem cada vez mais ter condições óptimas para viver na Cidade de Lisboa.

----- Continuando a referir-se à intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que se queixara de uma coisa que nem parecia dele, o problema do estacionamento desregrado, o estacionamento em segunda fila, quando ele sabia, como toda a gente, que o problema da fiscalização do estacionamento fora das zonas da EMEL era da PSP, nem sequer era da Câmara, pelo que se tinha que se queixar que se queixasse ao “seu” Governo, à PSP ou ao Ministro da Administração Interna, que naturalmente seria um bom interlocutor já que pela capacidade que tem revelado e pela forma combativa como reagia, naturalmente lhe responderia de forma categórica. -----

----- E sobre a intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho disse que se ficava por aqui, porque isso só demonstrava que o PS não tinha muita coisa para criticar ao Executivo. -----

----- Seguidamente, disse que o Deputado Municipal Modesto Navarro se mostrara muito preocupado com o problema do capitalismo, aliás ficava-lhe bem, era normal que o PCP se preocupasse com o capitalismo, com os capitalistas, com o dinheiro, com os homens do dinheiro, essa era a tradição mais vincada do PCP relativamente àquilo que era a sua maior preocupação, os capitalistas. Os capitalistas tinham coisas péssimas era verdade, mas também tinham coisas boas, eram eles que faziam movimentar as empresas, eram eles que conseguiam arranjar empregos, e não podiam estar a dizer permanentemente que não queriam capitalistas. Infelizmente a União Soviética acabara, aqueles exemplos que tinham da Coreia e de outros sítios onde imperava a ideologia comunista não eram os mais saudáveis como era sabido, portanto em Portugal viviam numa democracia onde todos tinham direito a estar, onde todos

tinham direito a poder investir e a poder desenvolver os seus negócios desde que cumprissem as regras, e as regras eram impostas pela própria democracia. -----  
----- Portanto, pedia desculpa mas essa queixa, recorrente no PCP, não podia servir para este tipo de debate. -----  
----- Sobre o que foi referido pelo Deputado Municipal Carlos Marques, disse que ele fez a oratória habitual sobre a falta de estratégia, que Lisboa não tinha estratégia, que Lisboa estava completamente sem estratégia, quando era um facto que o Deputado Municipal Carlos Marques sabia muito bem que aquilo que definia a estratégia de uma cidade, para além de todas aquelas ideias e acções que foram ali desenvolvidas pelo Sr. Presidente da Câmara, era o seu planeamento. O PDM, planos de urbanização, planos de pormenor era tudo isso que definia o que queriam para uma cidade. O PDM era não só aquilo que era em termos físicos mas também aquilo que era em termos de usufruto da própria cidade, e isso estava a ser feito, denodadamente, pela Câmara. -----  
----- Portanto, não podia dizer que não havia estratégia, porque se não havia estratégia era na óptica do BE que naturalmente queria outra. E o BE, de facto, era um dos partidos que não tinha história na cidade, ou se tinha alguma história era negativa, era de embaraço, era de travar iniciativas que a Câmara lançara, nomeadamente o Túnel do Marquês. Essa é que era a tradição do BE, era entrar, era parar, era de bota-abaixo, não era propriamente a intervenção que o actual Executivo tem desenvolvido. -  
----- Quanto ao relatório do Provedor de Justiça, disse que foi a segunda vez que o Deputado Municipal Carlos Marques falara nisso, mas ele sabia perfeitamente que esse relatório, que era uma opinião considerável naturalmente, estava a ser analisado, exaustivamente, na Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade. Estava a ser analisado entre todos, com explicações da Câmara, estava programada uma visita ao local, portanto a Comissão, como o Deputado Municipal Carlos Marques sabia muito bem porque havia um Deputado Municipal do BE que fazia parte dessa Comissão e ao que sabia mantinha-o informado permanentemente, estava a escalpelizar o relatório exaustivamente. -----  
----- Por isso, era evidente que não fazia sentido nenhum que o Sr. Presidente da Câmara fosse ali referir esse relatório. Para quê? Para dizer que não concordava com ele? Além disso, se havia obras que estavam a ser escrutinadas na cidade era essa! Neste mandato, todos tinham que reconhecer que tem havido um cuidado permanente e sério no sentido de controlar, verificar e estar em cima de tudo o que tinha a ver com essa obra. Até porque ela, como o Deputado Municipal Carlos Marques sabia, estava a ser analisada por outros órgãos jurisdicionais pelo que a Câmara não tinha interesse nenhum em criar situações que pudessem vir a causar qualquer dano relativamente à sua gestão. Portanto, a Polícia Judiciária, tal como o Tribunal de Contas, estavam a inquirir, a solução era deixá-los inquirir e esperar pelo resultado, mas também deixar ver qual a opinião da Comissão sobre o relatório. Aliás, se o Deputado Municipal Carlos Marques tivesse o cuidado de perguntar ao Deputado Municipal Heitor de Sousa saberia exactamente o argumentário que vinha sendo desenvolvido na Comissão. Não lhe competia a si, como Presidente da Comissão, estar agora a desenvolvê-lo, mas na oportunidade fá-lo-ia. -----



----- Prosseguindo, disse que o Deputado Municipal Silva Dias se mostrara preocupado com o atraso do PDM, mas sendo ele arquitecto, e um arquitecto consagrado, sabia melhor que ninguém que esses instrumentos de planeamento eram altamente complicados, eram altamente burocratizados, demoravam sete/oito anos. E essa demora não era de agora, era de há muito! -----

----- O Deputado Municipal Silva Dias tinha que considerar, até porque acompanhara o desenvolvimento do plano numa apresentação pela Sra. Vereadora e pelos serviços que estavam a trabalhar nele no edifício da Câmara no Campo Grande, era que tem havido por parte do Executivo um esforço grande para que esse caminho fosse percorrido o mais rápido possível. Aliás, o Deputado Municipal Silva Dias já ouviu as pessoas várias vezes dizer que estavam a tentar encontrar todas as partes a que se tinha que dar resposta para que o caminho fosse mais rápido, porque, infelizmente, não podiam ultrapassar a lei, não podiam ultrapassar a burocracia que pendia sobre esse tipo de instrumentos de planeamento. -----

----- Agora, a Câmara estava a fazer um esforço, tinha que o reconhecer, para encurtar, dentro das possibilidades, os tempos necessários para que o PDM fosse discutido e finalmente aprovado. -----

----- Mas, entretanto, continuavam sujeitos ao PDM anterior, aprovado também pelo Deputado Municipal Silva Dias, e que exigia 60 planos de pormenor os quais não foram feitos. O PDM que estava em vigor utilizara-o o Dr. Jorge Sampaio – e o Deputado Municipal Silva Dias já estava na Assembleia Municipal – para fazer a aberração que era a Av. da Liberdade com as normas provisórias, porque o PUALZE nunca foi aprovado. No entanto, as normas provisórias serviram para toda a desmenda que na Av. da Liberdade foi feita, e que, naturalmente, o Deputado Municipal Silva Dias, como um especialista na matéria, condenaria. Mas estavam agora a ser desenvolvidos 15 planos de pormenor, e o Deputado Municipal Silva Dias sabia, melhor que ninguém, que isso era difícil. -----

----- Portanto, o que queria era ver o Deputado Municipal Silva Dias reconhecer que esta Câmara, nomeadamente a Sra. Vereadora Gabriela Seara, tinha desenvolvido um grande esforço no sentido de recuperar o atraso em relação ao planeamento. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Dias (PS)**, no uso da palavra, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Uma avaliação genérica sobre a Lisboa Solidária, a Acção Social na Câmara Municipal de Lisboa, neste momento, conduz à conclusão de que pouco foi feito e que o pouco que foi feito é francamente insuficiente. -----

----- Com efeito, se atentarmos, numa primeira fase, apenas nas medidas previstas para os primeiros 180 dias de governação do actual Executivo camarário, meta que já dobrámos, constata-se que aquilo que há seis meses ainda não tinha sido cumprido continua, seis meses volvidos, por fazer. -----

----- Por exemplo, a promoção de um plano de alargamento de Assistência Domiciliária à noite e aos fins-de-semana, em consonância com a afirmação constante no Programa de Candidatura do Presidente da Câmara de que “Lisboa é uma cidade envelhecida. (...) A sociedade moderna tem conduzido os nossos idosos a uma situação

de crescente solidão, falta de atenção e até abandono. A conjugação destes factores torna a preocupação com os idosos uma questão central da nossa actuação.”, continua por fazer. -----

----- Mais, nesse mesmo documento podemos verificar que são anunciados, pelo menos, 10 Centros de Dia, os quais não passaram ainda de meras intenções. -----

----- E o mesmo se diga relativamente às Residências Nocturnas, as quais continuam no mesmo sítio, ou seja, a página 33 do Programa de Candidatura e na Medida n.º 63 dos primeiros 180 dias. -----

----- Por outro lado, o que é feito da promessa eleitoral da promoção de táxis para idosos com tarifas económicas? -----

----- Por fim, no que aos idosos diz respeito, por que motivo boas iniciativas como a que teve lugar no Domingo passado na Alameda D. Afonso Henriques, no âmbito do Programa Outubro em Festa, não acontecem todos os meses do ano? -----

----- Relativamente à temática da Infância, um dos principais problemas com que os pais se debatem é a falta de equipamentos sociais onde possam deixar as suas crianças, sobretudo até aos três anos, a chamada Infantil. Ora neste domínio, verifica-se que das seis creches constantes das medidas para os 180 dias, entre as que ainda estão em avaliação e as que estão por concluir, nenhuma começou ainda a funcionar. -----

----- No que aos portadores de deficiência diz respeito, problema que mereceu no Programa de Candidatura a reflexão de que é o meio que se deve adaptar às pessoas e não o contrário, continuam por fazer as eliminações de barreiras físicas e arquitectónicas, evidentes um pouco por toda a cidade. -----

----- Ou, o que leva a que o Conselho Municipal para a Integração das Pessoas com Deficiência não tenha ainda reunido desde 2003? -----

----- Em relação às minorias étnicas, que trabalho produziu já o Gabinete de Apoio a Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes? -----

----- Ou porque não reuniu ainda neste mandato o Conselho Municipal para as Comunidade Imigrantes e Minorias Étnicas? -----

----- Relativamente aos Sem-Abrigo, as acções concretas previstas nas medidas dos 180 dias continuam por fazer, nomeadamente, a recuperação dos abrigos existentes e a necessitar de reabilitação. -----

----- Apesar do que já aqui foi dito, por que motivo a Comissão Local de Acção Social de Lisboa-Rede Social ainda não foi constituída, embora o Protocolo entre a Segurança Social, a SCML e a CML tenha sido assinado há já 6 meses, o que diminui a capacidade de se expressarem e serem ouvidas junto do Município as entidades representativas da área? -----

----- Em suma, tal como havia sido dito no início, o estado da cidade na área da acção social é francamente insuficiente face ao nível de carências patenteado pela envelhecida população de Lisboa. -----

----- Dir-se-á: não há dinheiro, a Câmara tem dificuldades financeiras, os recursos não chegam para tudo. -----

----- É tudo verdade, simplesmente, numa versão neoclássica, a ciência económica estuda a relação entre a escassez de meios para os fins que se pretendem atingir, ou,

por outras palavras, do que se trata aqui é de avaliar as escolhas que o Executivo camarário faz quando decide concentrar os recursos financeiros de que dispõe em determinada área e não noutra. -----

----- Nesse sentido, a avaliação que fazemos é muitíssimo negativa, pois um rigoroso saneamento financeiro da máquina camarária, com incidência particular na reestruturação do pesado sector empresarial municipal permitiria certamente criar a folga financeira para gastar lá onde é preciso, isto é, nas pessoas, nos lisboetas! -----

----- Não se deve gastar dinheiro que não existe, deve-se sim evitar que ele desapareça e os recursos só desaparecem quando não são investidos em coisas que se traduzem verdadeira e concretamente na melhoria da vida dos cidadãos. -----

----- Na Acção Social trata-se de corrigir e atenuar as falhas da própria vida: no caso dos idosos carenciados, compensa-se uma existência dura de trabalho, proporcionando uma merecida reforma condigna preenchida com actividades estimulantes e auxiliando na dependência; na infância, mitigam-se as dificuldades de base, para permitir almejar um futuro promissor; na deficiência, diminuem-se as barreiras e dificuldades; nos excluídos, integra-se; nas minorias étnicas, estimula-se a convivência. -----

----- Por estes motivos, e por muitos mais, conceder tão poucos recursos à Acção Social, significa hipotecar o futuro de Lisboa!” -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que, embora inscrito, estava para não intervir, mas depois de ouvir o seu amigo Victor Gonçalves com aquela conversa da treta que já ouvia desde 1982, resolvera manter a inscrição e intervir. -----

----- Referiu que quando o Sr. Presidente da Câmara intervinha ou apresentava relatórios à Assembleia, falava da cidade dos bairros, pelo que, uma vez que estavam a fazer o inventário daquilo que acontecia na cidade, ia falar do seu. -----

----- Disse, então, que quando esta maioria, há cinco anos, ganhara as eleições havia cinco barracas em Alcântara, no Casal do Alvito, as quais ainda lá se mantinham. -----

----- Em matéria de habitação social de há cinco anos a esta parte não foi feita uma habitação social em Alcântara, enquanto na anterior coligação só no Bairro do Cabrinha foram construídos 248 fogos. -----

----- No tocante ao estacionamento, a actual Câmara não fez nenhum lugar de estacionamento em Alcântara. Mais, até tirou alguns porque na Rua 1º de Maio existia um parque, em frente à Carris, e ao colocarem lá em centro de limpeza roubaram lugares à via pública. Isto precisamente numa zona que era a mais nobre da sua freguesia, onde estava todo o tipo de monumentos que eram classificados. De resto, no anterior mandato a Junta fez, na Rua Leão de Oliveira, um estacionamento em espinha, como criara também estacionamento na Rua Diogo Cão e outras artérias. -----

----- O acesso à Tapadinha, pela Rua Prof. Vieira da Natividade, foi arranjado mas da Tapadinha para cima até ao Bairro do Alvito ficou como estava, nunca mais ninguém avançara com nada. -----

----- A iluminação da Rua da Aliança Operária, uma zona perigosíssima, quer da parte de Alcântara, quer da parte da Ajuda, estava a ser pedida pelas duas Juntas há muitos anos e a Câmara limitava-se a dizer que não tinha lâmpadas fundidas, quando não era

isso que queriam. O que queriam era iluminação totalmente diferente. E o mesmo se passava com metade da Rua da Indústria, onde metade da rua estava iluminada e a outra não. -----

----- Por outro lado, o Vereador da Cultura nunca pôs os pés na Academia de Santo Amaro, porque se alguma vez lá tivesse ido via uma verdadeira Academia de teatro amador que era melhor que muito teatro profissional, de onde saíram actores profissionais como era o caso do Areias. -----

----- Disse, ainda, que o Pelouro da Educação em Alcântara tem sido desastrado. O Sr. Vereador, para além de ter tido uma atitude pouco firme, ou cúmplice, na questão do encerramento da Escola D. João de Castro, no Alto de Santo Amaro havia uma escola que estava totalmente remodelada, só faltava fazer um refeitório que nunca foi feito. --

----- Por fim, disse que como habitualmente dava o “prémio limão” a dois Vereadores: um ao Vereador Amaral Lopes porque nunca fez nada em Alcântara, e outro à Vereadora Marina Ferreira porque na semana passada foi atropelada mais uma senhora na Av. de Ceuta, onde morrera, há cerca dois meses, uma criança. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PSD)**, no uso da palavra, disse que o que ia referir não era uma crítica mas a simples expressão de uma opinião, e essa opinião era a seguinte: -----

----- Para si, um dos grandes problemas, e que cada vez era mais grave, era o problema do trânsito automóvel. Ainda há poucos anos leu que entravam todos os dias em Lisboa cerca de 8.000 automóveis, o que queria dizer que agora deveriam entrar muito mais, e parecia-lhe que uma solução, ou pelo menos parte dela, seria o que se fazia nas grandes cidades estrangeiras, como por exemplo Londres e Paris, onde havia parques de estacionamento nas periferias das cidades para os automobilistas arrumarem os seus carros e depois apanharem os transportes públicos que serviam, e muito bem, esses parques. Isso tinha a vantagem não só de libertar a cidade de grande número de automóveis, como também favorecia a actividade dos transportes públicos. E depois também dentro da cidade se teria que fazer com que os residentes utilizassem mais os transportes públicos. -----

----- No seu entender, facilitar a entrada em Lisboa, fazer na cidade mais parques de estacionamento para os automobilistas que vinham de fora, só agravava o problema. Podiam fazer mais parques de estacionamento, mas a verdade era que já hoje entrar e sair de Lisboa, nas horas de ponta, era um pandemónio, e se não se encontrasse rapidamente uma solução esse pandemónio seria cada vez pior. -----

----- Além disso, era também importante referir que Lisboa estava numa zona sísmica muito intensa, e se um dia houvesse um terramoto em Lisboa como houve em 1755, a cidade, com os seus parques subterrâneos, abatia e as consequência seriam muito mais graves do que foram no século XVIII. -----

----- Enquanto não se resolvessem essas situações como era que se podia punir quem estacionasse os carros nos passeios ou a menos de cinco metros das esquinas das ruas? Primeiro teria que se arranjar solução para essas pessoas! -----

----- Terminou dizendo que tendo em atenção muitas críticas que têm sido feitas à Administração da cidade, desejava referir a opinião que leu de um tratadista, já há uns

anos, que dizia que qualquer cidade quando ultrapassava 600.000 habitantes passava a deparar-se com problemas de muito difícil resolução. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves, na sua intervenção, não debitera nesta reunião uma única ideia sobre a cidade, o que era lamentável porque todos gostariam de ouvir aquilo que ele pensava sobre a cidade. E como este debate só se fazia uma vez por ano, teriam que aguardar ansiosamente pelo próximo ano para ouvir as ideias que tinha sobre a cidade. -----

----- Disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves preferira “desferir bordoadas” sobre todos os colegas parlamentares das outras bancadas, enfim, era o seu estilo, a sua maneira de ser, já se conheciam há muitos anos, tinham consideração, compreendia-o, mas fazia questão de lhe entregar em mão o seu discurso. -----

----- E isso por uma razão muito simples. Também percebia que pudesse não ter ouvido bem e aquilo que se podia ouvir no momento depois lendo-se poderia verificar não ser a mesma coisa. -----

----- Referiu que tinha com o Sr. Presidente da Câmara uma relação pessoal de grande cordialidade e consideração mútua, e nunca lhe passaria pela cabeça dizer qualquer coisa de menos própria contra a personalidade do Sr. Presidente da Câmara. Já várias vezes o testemunhara em diversos sítios e também nesse mesmo discurso. -----

----- Agora, o Deputado Municipal Victor Gonçalves teria que perceber uma coisa, e estava a olhá-lo olhos nos olhos: a crítica política era legítima e desejável, e que a Câmara Municipal estava sem liderança política era um facto. E, em última análise, a sua intervenção era para ajudar o Sr. Presidente da Câmara, não para o prejudicar. Porque o problema que se punha, como já se detectara várias vezes na Assembleia Municipal e era do conhecimento público, estava no seio da maioria. A maioria não se entendia, e como não se entendia – e o Sr. Presidente da Câmara não era militante filiado no PSD – naturalmente a sua autoridade política saía debilitada por causa dessa questão. -----

----- Poderiam dizer-lhe que isso era um problema interno do PSD ... -----

----- A um aparte respondeu “eu ouvi-o com todo o respeito, espero que também me oiça, ainda não estamos num estádio de futebol”. -----

----- Portanto, em última análise, esta sua intervenção era para ajudar o Sr. Presidente da Câmara. Poderiam dizer-lhe que os problemas internos de cada partido eram de cada partido, isso era verdade e jamais se queria imiscuir nos problemas internos do PSD, mas o problema era que a cidade estava a ser prejudicada por causa disso. Essa é que era a questão! O problema era que enquanto os Vereadores discutiam não se governava, não se fazia o que se devia fazer, e ele próprio, como cidadão de Lisboa e como dirigente de um partido político que se candidatara às eleições e não venceu, com sentido de responsabilidade queria que houvesse um governo, mesmo que não fosse o seu, mesmo que entendesse que não era o ideal, que não era bom, que não tinha linhas estratégicas correctas, de que não houvesse governo nenhum. E o problema era que a cidade estava sem governo neste momento! -----

----- E aquilo que desejava, com toda a sinceridade, e foi por isso que fez na sua intervenção, era que a Câmara tinha que cumprir o seu programa, o seu Presidente tinha que recuperar a sua autoridade política, era difícil mas se ele quisesse ia conseguir, porque o PS ali estaria para debater as linhas estratégicas na Cidade de Lisboa, ali estaria para concordar ou discordar quando fosse necessário. Várias vezes o PS fez votações que foram consideradas polémicas até por outras forças políticas que também estavam na área da esquerda, porque entenderam ser importante para a cidade.

----- Portanto, ali estariam para ser Oposição firme, leal e construtiva. Ainda hoje teve oportunidade de propor à Câmara, como tinha feito também há 15 dias que abrisse o Túnel do Marquês, quando referira ao Sr. Presidente da Câmara que agarrasse propostas do PS. Era bom ou mau combater os carros em cima do passeio? Se começassem esse combate não criticariam, estariam ao lado do Presidente da Câmara porque com certeza seria preciso tomar algumas medidas impopulares. -----

----- Referindo-se ao Deputado Municipal Victor Gonçalves, disse que ele estava muito enganado porque o PS só fez intervenções sobre a cidade, tanto ele como todos os seus camaradas que intervieram. Seleccionaram temas e falaram sobre eles. Falaram sobre o espaço público, a mobilidade, a situação financeira, a escola, etc., enquanto que o Deputado Municipal Victor Gonçalves apenas se preocupava em criticar os outros, o que também era legítimo e tinha todo o direito, mas não aproveitara a oportunidade para dizer o que pensava sobre o estado de Lisboa, e isso é que era lamentável! -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, novamente no uso da palavra, depois de referir que lamentava ir perder tempo e tirar tempo aos seus companheiros que tinham coisas para falar sobre a cidade, para falar de coisas que não tinham a ver com a cidade, disse que, desde o mandato anterior, já estavam habituados a este tipo de discurso do Deputado Municipal Miguel Coelho quanto à zizani interna no PSD. Já no mandato anterior ele e o candidato do PS à Câmara Municipal de Lisboa, Prof. Manuel Maria Carrilho, fizeram esse ataque à Câmara que então era presidida pelo Dr. Santana Lopes. -----

----- Neste momento o PS vinha fazer o mesmo tipo de afirmação! Bastava desse tipo de considerações sobre aquilo que era a vida interna da Câmara Municipal, e que o PS não conhecia, a menos que houvesse microfones! -----

----- Isso ainda poderia ser aceitável. Mas o que não aceitava, em nome do PSD, era que o PSD não distinguiu, entre aqueles que estavam nas suas listas, quem era ou não era militante. Se estavam nas listas do PSD eram do PSD. -----

----- O Presidente Carmona Rodrigues é nosso, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, disse que não podia deixar de falar sobre o estado da cidade sem alguma emoção e orgulho. Orgulho, por ter sido escolhido pelo PSD para ser candidato a uma Junta de Freguesia, numa Câmara liderada pelo Prof. Carmona Rodrigues, porque se o PSD escolhera esse candidato foi porque ele tinha perfil para ser o líder que era, incontestável dentro do PSD. Não havia ninguém dentro do PSD que contestasse a forte liderança do Prof. Carmona Rodrigues. -----

----- Que isso ficasse bem claro, o Prof. Carmona Rodrigues era, em Lisboa, o líder do PSD e que personificava as políticas que queriam para a cidade. -----

----- Disse, depois, que ia referir algumas coisas que tinham a ver com a importância que o Prof. Carmona Rodrigues deu às Juntas de Freguesia. Os Presidentes de Junta, da direita à esquerda, em definitivo tinham uma Vereação com quem trabalhavam directamente e passaram a ter regras claras definidoras da sua gestão. E nessa questão foi importantíssimo o trabalho do Gabinete do Vereador António Prôa na negociação dos protocolos com as Juntas de Freguesia. Com isso, fez-se com que os Presidente de Junta, a maior parte deles novos a gerir, tivessem uma maior responsabilidade e uma diferente forma de olhar para a cidade com muita responsabilidade, e não serem só autónomos mas também parceiros da gestão da Câmara. -----

----- Era óbvio que Deputado Municipal Nuno Ferro, na Lapa, conseguira movimentar uma série de Presidentes de Junta, da esquerda à direita, para reivindicar uma questão como as alterações das carreiras pela Carris. Não foi à toa que o Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, com a sua intervenção, conseguira junto da GNR que voltassem atrás para não despejarem os reformados dessa força de segurança. Como também não foi à toa que o Vereador da acção social entregara a Santa Isabel e a São José duas valências, ao nível dos centros-de-dia, mas porque esses dois Presidentes de Junta apresentaram, com uma equipa, um projecto economicamente viável, coerente e de verdadeira acção social importante para a cidade. -----

----- E também não foi à toa que se voltou a falar do plano de urbanização da Av. da Liberdade e zona envolvente, que com o envolvimento dos Presidentes de Junta dessa zona, todos eles, com grande esforço têm conseguido fazer com que esse plano fosse uma realidade. Ele tem-se discutido na cidade, mas tinha alguma pena de lá não ver, depois de convidado várias vezes, pessoas como o Sr. Vereador Sá Fernandes a quem disse, olhos nos olhos que, sabendo que era contra esse plano, teria muito gosto que ali fosse demonstrar, junto da população, por que era contra. Falou com ele mais do que uma vez mas esquecera-se de dizer que os jornalistas também lá estavam, porque senão ele teria aparecido com certeza. -----

----- Mas por que o PS ia ali contestar a liderança, perguntava onde estava Manuel Maria Carrilho! Alguém sabia explicar onde estava aquele que disse que não abandonaria a Vereação? Onde era que estava a discutir os assuntos importantes da cidade? -----

----- Disse que os jornalistas e a Oposição poderiam não dizer isto, mas há bem pouco tempo fez chegar uma mensagem ao Sr. Presidente da Câmara, que certamente se recordaria, onde lhe referia que, na rua, os idosos diziam “nós acreditamos no Carmona”. Não acreditavam nos papagaios que por aí andavam que só apareciam para falar às câmaras de televisão e dizer mal, dizer mal, dizer mal! -----

----- Requalificação urbana? 40 milhões de euros para essa área e em Lisboa e não havia requalificação urbana?! -----

----- Referiu que o Executivo camarário estava no bom caminho. Por exemplo, há oito anos que a Praça da Alegria era escura e um sítio onde estavam 36 sem-abrigo. Ele próprio, o Vereador António Prôa e o seu Gabinete conseguiram, em seis meses, retirar

da rua esses sem-abrigo e fazer a requalificação daquela praça devolvendo-a, já em Dezembro, a todos os lisboetas. Isso era estar no bom caminho, era gerir, mas que não pedissem que fizessem num ano aquilo que em doze anos a maioria de esquerda não teve capacidade de fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, no uso da palavra, disse que já se ouviu ali questionar se tinham ou não estratégia, mas quanto a si estavam a escamotear um pouco a questão, porque iam ter um novo PDM – o último era de 1994 – que até ao final do ano seria público. -----

----- Isso levava-o a pensar uma coisa. Nos anos noventa a cidade estava completamente virada de costas para o rio, os primeiros passos que se deram para que deixasse de estar foram as Docas e, mais tarde, a EXPO. O único parêntesis que existia do relacionamento da cidade com o rio era a zona turística de Belém. -----

----- E por que era que dizia isto? Para uma cidade ou para um Executivo que não tinha estratégia bastava atentar e ver na obra que estava a ser feita. Se comessem em Belém, viam a intervenção que ia ser feita com a criação do Museu dos Coches; depois continuavam um pouco mais e chegavam a Alcântara onde toda aquela zona que pertencia à Carris e várias fabricas, que era uma zona industrial ia ser requalificada para essencialmente residências, mais uma vez na frente rio. Continuavam um pouco, iam pela Av. 24 de Julho e chegados à zona de Santos sabiam que toda aquela zona ia ser requalificada com uma praça ampla, grande, e mais uma vez com espaço para residências, e seguindo um pouco mais chegavam ao Cais do Sodré onde iam ter a Agência Europeia Marítima, a Agência de Toxicodependência e mais um conjunto de estacionamento que era necessário. -----

----- Seguindo, andavam um pouco mais, e chegavam à Praça do Comércio onde tinham a intervenção da zona da Baixa-Chiado, seguiam pela Av. Infante D. Henrique e chegavam a Santa Apolónia onde tinham um novo terminal – algo que tinha a ver com o Governo era certo – para os transatlânticos que, como ali já foi dito, só no ano passado pararam 270 em Lisboa. Mas seguindo um pouco mais pela Av. Infante D. Henrique chegavam ao Poço do Bispo e tinham uma zona de 90 hectares onde seriam construídas milhares de residências mais a nova Catedral da Cidade, e, finalmente, terminavam na EXPO com a nova Cidade Judiciária e mais uma vez residências. -----

----- Portanto, para quem não tinha estratégia conseguir revolucionar toda a frente ribeirinha da cidade, de Belém à EXPO, isso parecia-lhe estratégia. Um PDM parecia-lhe estratégia. Mais, acreditava que o actual Executivo ia fazer algo que nenhum outro conseguira desde o início dos anos oitenta. Havia duas variáveis extremamente importantes para a cidade, que eram: a cidade perdera 300.000 pessoas e de uma forma sustentada ao longo dos últimos 25 anos e, em contrapartida, o número de automóveis que entravam diariamente na cidade crescera muito de forma sustentada. No ano de 2005 entraram na cidade 412.000 veículos por dia que depois voltavam a sair o que dava 824.000 veículos que correspondia a cerca de 2.600 quilómetros de filas ou quatro milhões de metros quadrados. -----

----- Mas acreditava que até ao fim do mandato do actual Executivo seria possível pegar nessas duas variáveis e dar-lhes a volta, que seria terem menos carros a entrar na



cidade e mais pessoas a viverem em Lisboa. Para isso era preciso a construção de todas as obras que referira e que em todas elas estava presente o aspecto residencial. Para isso era preciso trazer pessoas para a cidade e dar-lhe vida outra vez, para isso era preciso ter qualidade de vida. -----

----- Por outro lado, quando se falava de estratégia o que viu da parte da oposição – e aqui mostrava que não tinha estratégia – foi questionar: “ah mas então aumentamos os parques de estacionamento? Vamos redefinir a EMEL? Vamos redefinir o estacionamento público?”. Mas isso era óbvio, a não ser que quisessem continuar com essa política dos 412.000 carros a entrar em Lisboa! A escolha parecia-lhe simples! Tinham que ter uma política, os preços tinham que aumentar porque tinham que desincentivar – e isto tinha que ser dito de uma forma frontal – a entrada de carros particulares em Lisboa e pugnar por uma maior utilização dos transportes públicos e parques de estacionamento teriam que ser construídos mas não para quem vinha de fora da cidade, porque viviam em Lisboa mais de 700.000 pessoas, grande parte da cidade era um casco histórico velho, grande parte dos prédios não tinham estacionamento, mas todas essas pessoas que correspondiam a uma classe média e média/baixa também tinham direito a ter carro e direito a ter um sítio onde o estacionar. -----

----- Para isso era preciso pensar em estacionamento, mas em estacionamento residencial, que era algo que foi ali apresentado na última reunião pela Sra. Vereadora Marina Ferreira. Ou seja, quando se falava em estacionamento deviam preocupar-se com o estacionamento daqueles que entravam, quando eles deviam deixar os carros em parques de estacionamento à entrada da cidade, ou com o estacionamento daqueles que residiam em Lisboa, pagavam os seus impostos em Lisboa e elegiam os órgãos autárquicos da cidade? Isso é que seria pensar de uma forma estratégica a cidade, e para isso era preciso desincentivar a entrada de carros, era preciso aumentar o parque de estacionamento, era preciso fazer um controlo sobre o espaço público, e era para isso que a EMEL servia. -----

----- Mas também via com preocupação duas questões: -----

----- Primeira questão: lendo hoje o Diário Económico logo na primeira página viu os seguintes dois temas: “Orçamento de Estado de 2007 – Estado despesa pública corrente contínua a aumentar” e “executivo limita transferência de verbas para os municípios”. -----

----- Ou seja, era um pouco mudar as regras a meio do jogo! Ficava uma preocupação com a nova Proposta de Lei das Finanças Locais, que não acautelava o interesse de todos os Municípios de igual forma, porque a tal questão que já referira na última reunião de que o dinheiro podia ser o mesmo mas como os critérios da distribuição eram diferentes isso ia ser um problema para Lisboa. A Câmara Municipal de Lisboa não ia ser beneficiada com esta nova Lei das Finanças Locais e isso podia criar dificuldades na concretização dos objectivos a que o Executivo de propôs. Para isso precisavam do apoio de todos, incluindo dos Deputados Municipais do PS. -----

----- Segunda questão: ficava também uma preocupação que já ali foi referida, mas que nunca era de somenos, que tinha a ver com a política de turismo. Lisboa era neste

momento um dos dez principais destinos, algo que foi construído ao longo dos últimos dez anos, tinha uma boa utilização da sua capacidade hoteleira, isso dava entrada de divisas o que era importante para a cidade e para o País. Mas não lhe parecia que o Governo tivesse preocupações neste momento relativamente ao aeroporto de Lisboa. --

----- Em suma, via com grande preocupação a questão da nova Lei das Finanças Locais e a questão do novo aeroporto de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Guerra de Sousa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, no uso da palavra, começou por dirigir uma palavra especial aos Vereadores da Oposição dizendo que problemas internos não era a maioria que os tinha, porque bastava olhar para as cadeiras da Vereação para se ver onde estavam os problemas internos. Onde estava o Vereador líder da Oposição? Problemas internos não era a maioria que os tinha de certeza! -----

----- Disse, depois, que neste debate onde se discutia o estado da cidade, algumas questões teriam que ser vistas. A gestão normal da cidade não correspondia única e exclusivamente às competências da Câmara e das Juntas de Freguesia, mas também a outras entidades, nomeadamente ao Governo. -----

----- E sobre essa matéria algumas questões teria para colocar, mas porque já foram ditas não as iria agora abordar, tanto mais que o tempo era escasso. Todavia, referiria algumas ideias base, nomeadamente sobre: Carris, Porto de Lisboa, Túnel do Rossio e Túnel do Metro da Praça do Comércio. -----

----- Para quando a abertura do Túnel do Rossio? Para quando a abertura da Estação do Metro da Praça do Comércio? Estas as questões que gostavam de ver esclarecidas porque a cidade também se fazia com elas e não só da actuação do Poder Local. -----

----- Por outro lado, havia um nível de questões que eram também relevantes, a um nível inferior era certo, mas que queria frisar enquanto Presidente da Junta dos Mártires, na zona da Baixa-Chiado. -----

----- Por exemplo, desejava saber para quando a recuperação e limpeza do Arco da Rua Augusta, que não era competência da Câmara, e a sua abertura ao turismo e ao público em geral dado tratar-se de um monumento *ex-libris* da cidade. -----

----- Disse que a Baixa-Chiado era para os Presidentes de Junta da área uma questão fundamental, a Baixa-Chiado era o coração da cidade e mesmo do País. Ontem teve acesso a uma informação que considerava relevante: na zona do Chiado circulavam, em média, nove milhões de pessoas por ano, diariamente circulavam 200.000 pessoas, números que por certo não se repetiam em mais lado nenhum da cidade e do País. -----

----- A Baixa-Chiado era o coração da cidade e o coração tinha de ser reparado, quando se não tratava do coração morria-se, e o actual Executivo queria fazer isso e estava a fazer, e podiam apontar várias situações, vários projectos que têm sido amplamente divulgados na comunicação social, que todos conheciam mas que podia enunciar novamente. -----

----- Candidatura a Património Mundial da UNESCO, criação do Comissariado da Baixa-Chiado e reactivação da Associação de Dinamização da Baixa-Chiado, eram velhas questões que finalmente estavam a ser criadas. O Executivo estava a fazer obra, estava a desenvolver a zona da Baixa-Chiado. -----

----- Mas pessoalmente gostava de saber, porque ainda não viu, onde estavam as soluções alternativas! Onde estavam as propostas da oposição? Na Junta de Freguesia dos Mártires não estavam por certo, como por certo não estavam na Junta de Freguesia de São Nicolau. Mas aguardavam que a oposição apresentasse as suas alternativas para que, de forma consciente, pudessem decidir qual era o projecto da oposição, compará-lo com o da maioria e ver qual era efectivamente o melhor. -----

----- Disse, ainda, que os Presidentes de Junta da Baixa-Chiado estavam disponíveis e têm colaborado nestas iniciativas. As Juntas tinham poucos meios, mas tinham vontade e queriam participar. O futuro colectivo dependia também das freguesias, porque elas estavam no terreno, conheciam os moradores e comerciantes e iam continuar a colaborar em tudo o que lhes fosse possível até ao limite que lhes fosse exigido. -----

----- Por outro lado, desejava também abordar uma questão que considerava de uma certa importância e de um certo valor, não só para a área da Baixa-Chiado mas para toda a cidade. Foi ali referida a questão do trânsito e desejava perguntar ao PS, uma vez que era o partido que neste momento estava no Governo, seguindo as palavras da Deputada Municipal Maria de Belém, para quando a reactivação da Autoridade Metropolitana de Transportes na zona de Lisboa. -----

----- Era esta a questão que deixava, porque a gestão de uma cidade não se fazia só com as câmaras e as freguesias, mas também com o Poder Central. -----

----- Por fim, disse que não podia deixar de felicitar o Presidente do Executivo e os Srs. Vereadores, e entre eles não podia deixar de fazer algumas referências que considerava dignas de registo na actuação com as Juntas. Desde logo, o Sr. Vereador António Prôa, a Sra. Vereadora Marina Ferreira que vinha fazendo alguma e certa intervenção no trânsito da zona da Baixa-Chiado, e também a Vereadora Maria José Nogueira Pinto pelo trabalho desenvolvido a nível do Comissariado da Baixa-Chiado, e estavam certos que iriam colher bons frutos dessa nova parceria que esperavam se viesse a desenvolver na zona da Baixa-Chiado. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as intervenções dos Senhores Deputados Municipais, deu a palavra à Câmara para responder às questões colocadas. -----

----- **A Senhora Vereadora Maria José Nogueira Pinto**, no uso da palavra, disse que apenas desejava dar um esclarecimento relativamente à intervenção da Sra. Deputada Municipal do BE, a quem pedia desculpa de não conhecer o nome. -----

----- E quando estava a pensar como poderia ser clara a responder-lhe, por acaso o seu colega Vereador do PS, Dr. Nuno Gaioso, oferecera-lhe o livro dele, e o livro dele tinha uma citação de Le Corbusie, que dizia assim: “É preciso dizer-se sempre aquilo que se vê, sobretudo, e isso é o mais difícil, é preciso ver sempre aquilo que se vê”. E pessoalmente achava que essa citação se aplicava, de forma inequívoca, àquilo que a Sra. Deputada Municipal disse. -----

----- Primeiro, a Sra. Deputada Municipal referira o modelo institucional como sendo uma multiplicação de mais entidades, sempre, sempre com a ideia de que queriam criar mais empregos, provavelmente para os primos, parentes e afins. -----

----- Ora, esse modelo institucional caracterizava-se por ter na sua génese a necessidade de um acordo para-social entre o Estado e o Município, no pressuposto, que lhe parecia verdadeiro, de que esse território da Baixa-Chiado tinha duplo jurisdição, portanto qualquer projecto de revitalização só poderia ir por diante se efectivamente tivesse como base esse acordo para-social a partir do qual tudo se faria. -

----- E esse modelo institucional – e era por isso que queria acentuar que uma coisa era criticar e outra coisa era deturpar – tinha três quadrados, e neste momento, contando as entidades que do lado do Poder Central e as entidades que do lado da Câmara mexiam nesse território, podia dizer que certamente eram para cima de vinte. Portanto, aí havia uma redução de vinte entidades que, de forma descoordenada e necessariamente descoordenada porque naturalmente uma coisa era o Poder Central e outra era o Poder Autárquico, que mexiam nesse território, passariam a ter, com grande vantagem para a cidade, um modelo institucional com três quadrados. -----

----- Depois, dizia a Sra. Deputada Municipal que era um projecto pouco democrático, e quanto a isso queria dizer-lhe que quando no início de Junho quisera pôr no *site* a versão preliminar do projecto, a maior objecção veio justamente do Vereador do BE, que considerara que essa consulta às pessoas era condicionadora da sua decisão *a posteriori*. Portanto, esse era um assunto que o BE tinha que resolver entre si, que era não dizer ali uma coisa e outra coisa na Câmara. Já bastava um BE, porque um BE mais uma alínea do BE era profundamente confuso mesmo para as mentes mais claras.

----- Mas o mais importante que o BE dizia era que esse projecto não tinha estratégia. Ora, esse projecto tinha um diagnóstico, tinha uma visão e tinha depois um conjunto de eixos estratégicos perfeitamente definidos. -----

----- Por outro lado, a Sra. Deputada Municipal misturava o estacionamento, a mobilidade, a circular das colinas, esquecendo-se que não podiam qualificar um espaço com a poluição que neste momento se verificava na Baixa, com o ruído que aí se verificava e com 70% de tráfego de atravessamento, portanto a requalificação exigia decisões e exigia opções. -----

----- Aliás, a questão da circular das colinas, era uma questão há muito pensada e se há muito estava pensada era porque com certeza lhe reconheciam necessidade não apenas para a Baixa-Chiado mas para toda a cidade. -----

----- Disse que o projecto dava uma grande prioridade aos transportes públicos, aliás a Baixa-Chiado estava já bem servida e ficaria melhor servida, mas também, naturalmente, teriam que deixar que fosse um espaço de circulação para aqueles que lá viviam, que lá trabalhavam ou a visitavam. -----

----- Sobre o Terreiro do Paço, disse que a Sra. Deputada Municipal daí só fixara o hotel, o que era uma coisa curiosa. Não fixara, por exemplo, todo o trabalho, que tantas potencialidades tinha, de transformar todas aquelas arcadas em zonas de comércio, de lazer e de cultura. Isso não interessava! Interessava o hotel porque, se calhar, a Sra. Deputada Municipal estava a pensar que tinham algum acordo secreto com algum hoteleiro espanhol. E não tinham! -----

----- Mas queria-lhe dizer que não havia nenhuma praça, nenhuma grande praça digna desse nome em nenhuma cidade europeia, capital ou não capital, que não tivesse um

hotel. E se isso fazia confusão ao BE, era apenas um sinal que o BE não viajara pelas cidades europeias, o que era uma coisa que deveriam fazer rapidamente. -----

----- E havia uma outra coisa que lhe parecia muito importante, é que a Sra. Deputada Municipal estava muito preocupada porque o projecto lhe parecia atraente. Ah, mas isso era uma grande maçada! É que se esse projecto parecia atraente tornava-se então uma grande ameaça, porque a Sra. Deputada Municipal parecia que só tinha do seu lado o Fórum Cidadania para começar a dizer que o projecto era uma ameaça e não era prático. -----

----- Mas enquanto a Sra. Deputada Municipal dizia que o projecto era todo mau, ela não dizia que o projecto era todo bom. Era um projecto aberto que iria a Sessão de Câmara, viria à Assembleia Municipal e que iria ser colocado num *site* para receber todas as críticas. Não era um projecto acabado, foi um projecto feito com muito amor, muita humildade, estava aberto a todas as críticas e, naturalmente, ao voto de quem foi eleito para votar nessa matéria. Não era absolutamente mau, também não era absolutamente bom. -----

----- E desejava dizer à Sra. Deputada Municipal, porque falara em nome do BE, que o BE dava-se muito mal com o concreto e com o real e dava-se muito mal com qualquer iniciativa que se tomasse, exactamente porque dizia o que via mas apenas via o que queria. O BE só via o que queria e era assim que se protegia e defendia. O BE era um permanente embargo à vontade de trabalhar da Câmara, um permanente embargo à iniciativa da Câmara, um permanente embargo ao entusiasmo da Câmara, um permanente embargo ao empenhamento da Câmara, um permanente embargo moral porque lhes atribuía intenções que não tinham, porque presumiam comportamentos que nunca tiveram nem pensavam ter. -----

----- Portanto, o BE era uma verdadeira força de bloqueio, uma força política que nunca fez nada, absolutamente nada! Ela apresentava um projecto para discussão, mas o BE nunca fez absolutamente nada senão destruir sistematicamente tudo o que os outros procuravam fazer. -----

----- Era o imobilismo que convinha ao BE, mas queria dizer-lhes – agradecendo muito ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, fazendo parte desse grupo da Baixa-Chiado as palavras que lhe disse – que havia uma coisa que era a pura das verdades: este coração não iria parar. Se parasse era porque os órgãos competentes votaram outra coisa qualquer, e isso era um direito que a democracia criara. Agora, naquilo que da Câmara dependia esse coração não iria parar, eram assim e continuariam assim trazendo projectos para que pudessem ser discutidos e pudessem ser votados. -----

----- Por fim, referindo-se à intervenção do Deputado Municipal José Godinho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, disse que não estava pensado construir mais habitação social em Alcântara. Alcântara teve um grande empreendimento quando foi a reconversão do Casal Ventoso, e pensava que embora feito com muito boas intenções foi um projecto que ficara muito aquém daquilo que se desejava. Ou seja, foi um projecto que tinha em si muita génese da segregação que ainda se notava

ali. O que era preciso fazer agora era reabilitar para alojar, e era isso que a Câmara iria fazer. Reabilitar para alojar, não mais construir para segregar nem para acantonar. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer que estavam a terminar o debate do estado da cidade e desejava agradecer todas as intervenções, sem excepção, todos os contributos, todas as reflexões e todas as perguntas, porque ajudavam a esclarecer e ajudavam a corrigir, eventualmente, trajectórias. -----

----- Referindo-se à intervenção do Deputado Municipal João Saraiva, disse que no seguimento da intervenção da Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto, importava referir que muito do que se publicava não retratava exactamente o que se passava. E relativamente às notícias, que por acaso não teve oportunidade de ver no passado fim-de-semana, o que queria reafirmar, e já reafirmara perante a Sra. Vereadora e até ao próprio Ministro do Ambiente, era que não havia da sua parte nenhuma indefinição, nenhuma dúvida, estava, como era óbvio, totalmente empenhado nesse grande projecto de reabilitação da Baixa-Chiado, muito embora, como a Sra. Vereadora bem acabara de dizer, o projecto tivesse que ser discutido em Câmara e na Assembleia. Não estava absolutamente correcto nem absolutamente errado, havia com certeza margem para adicionar certas ideias e certas propostas e, portanto, da sua parte caminharia sempre na direcção desse projecto com a Câmara e todas as pessoas, e eram muitas, que queriam justamente ir no sentido de uma aposta irreversível de revitalização do coração da Cidade de Lisboa. -----

----- Passando à intervenção do Deputado Municipal Modesto Navarro, disse que relativamente a certas críticas, que não eram só dele mas também de outras pessoas que tentavam colocar a actuação da Câmara como de alguém que privilegiava na construção de casas para pessoas ricas, gostava de perguntar quem autorizara a construção das torres da Av. José Malhoa, quem viabilizara ou entusiasmara o plano inicial de Braço de Prata, o plano de pormenor da Parque Expo que duplicara a volumetria no Parque das Nações com casas que não eram exactamente de habitação social ou de interesse social, quem foi que autorizara o Saldanha Residence ou, no Alto do Restelo, a Quinta de Santo António. Quem é que foi? Não foi seguramente a actual Câmara! -----

----- Disse, depois, que esperava mais do Deputado Municipal Carlos Marques, que resumira a sua intervenção e o contributo para a análise do estado da cidade ao relatório do Provedor de Justiça sobre o projecto da Av. Infante Santo, ao Rock in Rio e ao cinema digital. Esperava mais, mas também percebera que o Deputado Municipal Carlos Marques parecia ser um especialista do urbanismo, que ele – Presidente da Câmara – seguramente não era. -----

----- Referiu que numa intervenção feita por um Deputado Municipal do PEV, este tentara dizer que a Câmara estava a vender a Quinta de Nossa Senhora da Paz para comprar carros. Enfim, havia coisas que melhor seria que não fossem ditas, porque ficavam ali um pouco perdidas e sem sentido, quase tinha dificuldade em responder a uma coisa dessas. E depois uma outra crítica foi que não iam aos bairros! Achava isso extraordinário! Não sabia se o Sr. Deputado Municipal ia ou não ia aos bairros, mas a

Câmara ia aos bairros. Pessoalmente sempre foi aos bairros, os Senhores Vereadores sabia que também iam porque acompanhava a sua actuação, pelo que não seria por aí, seguramente, que deixariam de estar em contacto com a realidade da cidade. -----

----- Sobre o que foi dito pela Deputada Municipal Maria de Belém Roseira no tocante ao empenho que tem demonstrado à frente da Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida e as suas preocupações na área da mobilidade, que eram também as da Câmara, mas sobretudo naquilo que tinha a ver com o respeitar e cumprir as regras em defesa do peão, quer em termos de corredores BUS, quer em termos de estacionamento selvagem nos passeios e nas passadeiras, disse que tudo isso e muito daquilo que já hoje ali foi apresentado ia no sentido de preparar todos os instrumentos e todas as acções para prevenir que isso continuasse a ser uma chaga na Cidade de Lisboa. -----

----- Disse que a Rede Social foi criada por uma Resolução do Conselho de Ministros que datava de 1997, e até Janeiro deste ano já havia 275 concelhos que tinham começado com a Rede Social, mas Lisboa não tinha. E para a primeira reunião do Conselho Local de Acção Social, que havia ser em breve, estava a trabalhar uma Comissão Instaladora, com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e com a Segurança Social, e já foram realizadas quatro sessões de sensibilização com potenciais parceiros público-privados, que no total eram cerca de 360 instituições. Portanto era uma área que a Câmara, obviamente, acarinhava. -----

----- Relativamente à conservação e reabilitação urbana, disse que foram ali avançados alguns números, que ele não referira, mas importava esclarecer que em termos de empreitadas concluídas estavam a falar de 3,5 milhões de euros; empreitadas em curso 40,7 milhões de euros; empreitadas em consignação 1,6 milhões de euros; e empreitadas em concurso 3,3 milhões de euros. Isso para além do testemunho que já dera de que queria que neste mandato as obras de reabilitação fossem concluídas nos bairros de Alfama, Mouraria e Castelo. -----

----- Mas deixara para o final uma palavra ao Deputado Municipal Miguel Coelho, com a consideração, o respeito e a amizade que lhe devia e que ele sabia que era genuína e verdadeira. Não era naif, era genuína e verdadeira! -----

----- E deixara para o final também porque o Deputado Municipal Miguel Coelho era o líder da bancada socialista, e folgava que fosse o líder da bancada do PS o líder da Oposição na Assembleia, ao contrário do que acontecia no Executivo camarário. -----

----- O Deputado Municipal Miguel Coelho tentara dizer ali que Lisboa estava parada, e infelizmente estava parada nalguns casos: tinham as greves do Metro que paravam a cidade, tinham as greves dos professores que paravam as escolas, tinham as embrulhadas, ou trapalhadas como o Deputado Municipal Miguel Coelho costumava dizer, das obras do Túnel do Rossio que paravam muito a cidade. Havia muita cidade parada! -----

----- Seguramente também havia outras coisas que os preocupavam. O Deputado Municipal Miguel Coelho conhecia-o bem para lhe dar o benefício da dúvida, que não vinha dizer ali, neste debate sobre o estado da cidade, que Lisboa estava um brinco, porque não estava nem nunca estaria. O que estava era numa dinâmica de melhoria, o

que mostraram foi que neste ano estavam a pôr uma dinâmica de crescente melhoria, de crescente entrega à resolução dos problemas da cidade, de que se podiam e deviam orgulhar. -----

----- Mas quando falavam de liderança costumava dizer que cada um era como era, cada um tinha o seu feitio. Havia umas pessoas que eram mais ditadoras num certo sentido, mais exigentes, mais voluntaristas, cada um tinha a sua maneira de ser. O que podia dizer é que não era com vinagre que se apanhavam moscas! Era uma frase que todos aprenderam em pequenos e era muito verdadeira neste caso. -----

----- Disse que não teve o prazer do Sr. Vereador Nuno Gaioso lhe ter oferecido o livro que referira a Sra. Vereadora, mas teve um professor do liceu que dizia uma frase muito parecida com a citação da Sra. Vereadora: “é preciso ver aquilo que se vê”. E esse seu professor dizia também “as coisas não são o que são, são o que nós somos em nossa imaginação”. E realmente achava que havia muita imaginação para querer ver aquilo que não estava à vista! Mas não seria com essa vontade de ver o que não estava à vista que o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho mudava a realidade das coisas. --

----- Obviamente não vinha para ali escamotear, não vinha para ali atirar poeira para os olhos e dizer: “não, isto está tudo bem, fizemos tudo bem, não falhamos em nada”. Era um estímulo quando se dizia que pouco foi feito, não sabia se pouco foi feito mas de qualquer modo o dizer-se que pouco foi feito era um estímulo pelo menos para pôr a fasquia muito mais elevada, e estavam na Câmara para isso, para fazer muito mais e melhor. -----

----- Por outro lado, o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho disse que faltavam três anos de governação, ao que acrescentava que faltavam também três anos de Oposição e esperava que nesses três anos de oposição pudessem surgir mais ideias que aquela que foi de repescar ao programa eleitoral que foi apresentado na véspera das eleições a dizer que queria pôr um jardim em cada bairro. Esperava que nos três anos de Oposição houvesse lugar a mais e melhores contributos. -----

----- E quanto ao estacionamento, de que também se falou muito, recordou que já ali tinha referido que era ainda um problema e que estavam a alterar as bases para resolver isso: a alteração dos Estatutos da EMEL, as regras de estacionamento nos parques da EMEL e à superfície. Mas também chamava a atenção para uma atitude que era muito importante de pessoas que estavam em cargos governativos, bastava ver o que se passava hoje no Terreiro do Paço, em termos de estacionamento de viaturas dos Ministérios que lá estavam, e que não acontecia há três anos atrás, assim como o que se passava na zona envolvente do Palácio da Ajuda com estacionamento em cima do passeio, tudo pessoas que trabalhavam em edifícios governamentais. -----

----- Sabia que o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho esperava da Câmara tudo mais alguma coisa, mas que não lhe pedisse para não chover! Porque quando lhe pedia que garantisse que não ia haver cheias em Lisboa, enfim, podia-lhe pedir tudo mas realmente não tinha um protocolo com o São Pedro que lhe permitisse chegar aí. A chuva era necessária, agora como o Deputado Municipal Miguel Coelho sabia, e bem, as redes das águas pluviais de Lisboa estavam dimensionadas para cinco a dez anos de período de retorno, o que queria dizer que chuvadas com um risco de



ocorrência superior não encaixavam na rede de drenagem. Não encaixavam na Cidade de Lisboa como em qualquer outra cidade do mundo! Era assim, eram os critérios objectivos de dimensionamento, portanto se viessem chuvadas mais intensas teriam cheias com certeza. -----

----- Agora, podia dizer uma coisa. Hoje tinham um plano de drenagem, quase acabado, que lhes permitiria tomar medidas de planeamento, dar prioridade às intervenções com total conhecimento do que se passava para fazer soluções consentâneas com o que era um bom funcionamento das infra-estruturas drenais da cidade, que nunca no passado houve em Lisboa. Disso podiam orgulhar-se, estavam a trilhar o caminho certo e a recuperar muito tempo perdido nesse aspecto. -----

----- Acerca da questão das escolas, também ali muito falada, disse que já teve ocasião de referir que a Câmara privilegiara este ano a componente pedagógica. Privilegiaram o apoio à família, o enriquecimento curricular e um conjunto de coisas que tinham a ver, em primeiro lugar, com as crianças. O problema das infra-estruturas, edifícios, das escolas não era de hoje nem de ontem, era um problema antigo, estavam conscientes dele, estavam a procurar soluções, como foi ali referido também pelo Sr. Presidente da Junta de São Domingos de Benfica, no sentido de encontrar parcerias público-privadas para avançar rapidamente com obras em 30 escolas da cidade. -----

----- Disse, ainda, que se calhar nunca houve tanta proximidade com a Administração Central, nomeadamente com a Sra. Ministra da Educação, em relação à qual devia também dar ali nota do muito empenho em matérias que diziam respeito às escolas de Lisboa, mas, no entanto, havia três escolas, pelo menos, que eram referidas pelo Ministério da Educação como extremamente prioritárias, e a DREL dizia que não tinha dinheiro para as fazer. Era pena porque, se calhar, iria ser a Câmara, mais uma vez, a fazer aquilo que a Administração Central não tinha capacidade ou meios para o fazer. Mas isso não demovia a Câmara na sua acção para ir ao encontro daquilo que devia fazer. -----

----- Por fim, disse que o futuro estava pela frente, tinham mais três anos. O primeiro ano de mandado era sempre um ano necessariamente especial, não só um ano de transição mas essencialmente um ano de transição de mandato. Era preciso criar as bases, rever os regulamentos, fazer os planos, lançar os projectos como a Baixa-Chiado e outros, portanto, um primeiro ano de preparação para os três que vinham a seguir, e estavam seguros que isso era o que os movia agora, ou seja, avançar nestes três anos, fazer muito mais do que o que já foi feito porque tinha a certeza que estavam a fazer muito, estavam no bom caminho, mas havia seguramente muito mais para fazer. Era isso que os movia, era nisso que continuavam empenhados, e era isso que continuariam a fazer, com certeza que sempre com o apoio da Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminado o debate com a intervenção da Câmara, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 20 horas. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_.

----- A PRESIDENTE -----

